



Copyright © 2002 Munsell Color Services Lab



REGON RULE CO.

1

U.S.A.

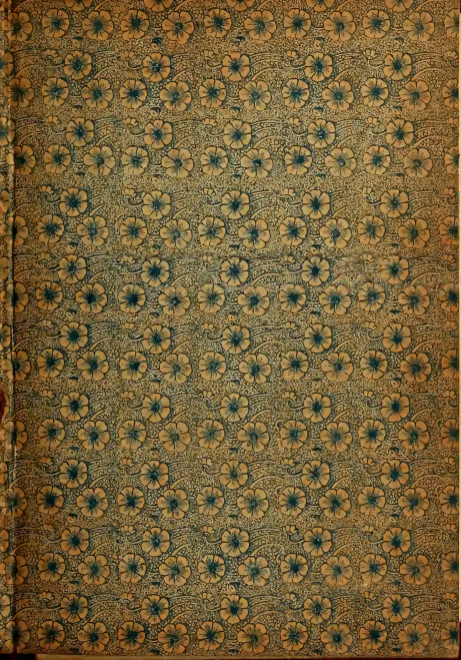
2

3

4



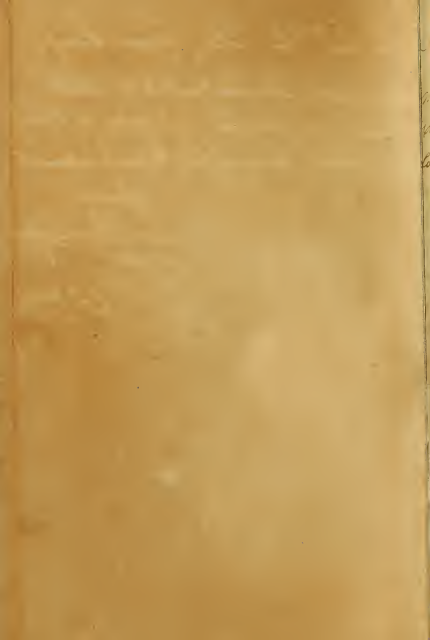
60











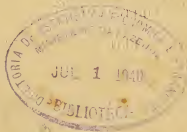
Ao Sr. Sr. Dr. Oscar Loup,  
mini illustre Director geral de Estatística  
Comercial do Ministério da Fazenda do Brasil.  
Com as suas homenagens, reconhecidamente

oferece  
Francisco Ribeiro Calvo

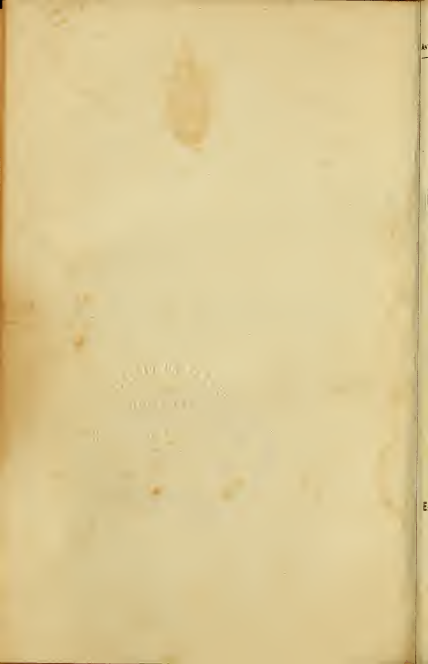
**RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS**

(Alguns subsídios para a sua melhor apreciação e orientação)

Lx.ª 9-12-5



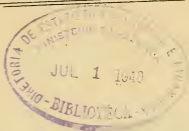
362.541.69  
25.164



F. RIBEIRO SALGADO

OFICIAL DO EXERCITO E COMERCIALISTA

ANTIGO 1.º ASSISTENTE-PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR DO COMERCIO DO PORTO



# RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS

(Alguns subsídios para a sua melhor apreciação e orientação)

COMPLEMENTO ESTATÍSTICO-DESCRIPTIVO  
DA CONFERENCIA REALISADA NO GREMIO  
REPUBLICANO PORTUGUÊS DO RIO DE JA-  
NEIRO, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1929

EDIÇÃO DO AUTOR, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
(TIRAGEM LIMITADA A 500 EXEMPLARES)

LISBOA 1929

## DO MESMO AUTOR

INTERESSES ECONOMICOS LUSO-BRASILEIROS — LISBOA, 1927 — 448 paginas. Prefacio do Dr. Francisco Antonio Correia, Director do Instituto Superior de Comercio de Lisboa — Tiragem 5.000 exemplares.

A EVOLUÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR DE PORTUGAL, DEPOIS DA GRANDE GUERRA. (Subsidios para a sua mais exacta avaliação e orientação) — RIO DE JANEIRO, 1928. Comunicação lida ao Conselho Director da Camara Portuguesa de Comercio e Industria do Rio de Janeiro, em sua sessão ordinaria de 6 de Junho de 1928 — Separata ao seu Boletim.

## NO PRELO

LE BRÉSIL ET LES COLONIES PORTUGAISES (*Averçu de leurs ressources économiques, par rapport à leur commerce d'exportation*) EDIÇÃO DO AUTOR. Tiragem 25.000 exemplares para distribuição gratuita nas Exposições Internacionais de Sevilha, Barcelona e Anvers.

O QUE DIZEM AS ESTATISTICAS (*Sobre o intercambio Commercial luso-brasileiro*). EDIÇÃO DO AUTOR. Separata.

O BRASIL E AS COLONIAS PORTUGUESAS (*Sintese dos seus recursos economicos, relacionados com a respectiva exportação*). EDIÇÃO DO AUTOR. Tiragem 5.000 exemplares para distribuição gratuita no Brasil, Portugal e Colonias Portuguesas.

Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Comendador

José Rainho da Silva Carneiro

COMO PROTOTIPO DO PATRIOTISMO E DA BENEMERENCIA DOS PORTUGUESES, EM TERRAS DE SANTA CRUZ;

*E ás Ex.<sup>mas</sup> Direcções:*

do jornal:

«Patria Portugueza», do Rio de Janeiro,

PELA SUA PATRIOTICA IDEIA E ACTUAÇÃO EM PROL DA REALISAÇÃO DO «CONGRESSO DOS PORTUGUESES RESIDENTES NO BRASIL», E COMO ORGÃO JORNALISTICO MAIS REPRESENTATIVO DA COLONIA PORTUGUESA NO BRASIL;

e das:

Camaras Portuguesas de Comercio no Brasil,

Associações Comerciais do Rio de Janeiro,  
Lisboa, Porto e Funchal

e

Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil,

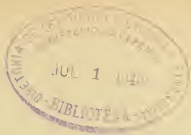
COMO CORPORAÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS DO COMERCIO IMPORTADOR E EXPORTADOR LUSO-BRASILEIRO;

RESPEITOSAMENTE DEDICA ESTE TRABALHO O

AUTOR







## DUAS PALAVRAS

### À GUISA DE PREFACIO

Desejoso de contribuir com o meu modesto esforço para o estudo dum problema que está esperando uma solução condigna ha dezenas de anos, aproveitei a oportunidade da minha segunda viagem ao Brasil, em missão gratuita de estudo, para, *á margem do principal objectivo da mesma* — que brevemente será condensado num trabalho visando «a demonstrar, praticamente, através da inofensiva verdade dos numeros, concretizados em trabalhos estatisticos, especialmente coordenados para o efeito, qual a viabilidade e a vantagem da preconizada politica economica luso-brasileira, baseada na associação da produção homologa do Brasil com a das Colonias Portuguesas, para a conquista e manutenção dos seus mercados externos mutuamente consumidores» — coligir uma série de elementos estatisticos, devidamente actualizados e igualmente coordenados, em face dos obtidos pela Directoria da Estatistica Commercial, do Ministerio das Finanças do Brasil.

Acñando-me prestes a regressar a Portugal, fui gratamente surpreendido por um officio datado de 8 de Fevereiro do corrente ano, assinado pelo 1.º secretario do Directorio do Gremio Republicano Portuguêz do Rio de Janeiro, concebido nos seguintes termos:

*Sabendo o Directorio deste Gremio que V. S.ª tem terminados os seus trabalhos de investigação através do Brasil sobre o intercambio comercial e economico entre este país e a nossa Patria e que se apresta para regressar á nossa terra, julgou muito oportuno convidar V. S.ª a realizar, em dia que préviamente designar, uma demonstração á nossa Colonia das conclusões a que chegou, através dessa patriótica e scientifica peregrinação pelos centros da vida economica deste país.*

*Ao Directorio, particularmente, muito lhe seria grata a vossa aquiescencia, não só por julgar interessantissimo e de maximo interesse para a colectividade o assunto, como pela oportunidade que se lhe oferece de proporcionar á Colonia uma hora de sadios e uteis ensinamentos, á parte a satisfação de vermos illustrada a tribuna deste Gremio com a vossa cultura e apreciado talento.*

*Se V. S.ª se dignar responder, aceitando, rogo-vos designar o dia e hora convenientes, para que este Directorio providencie a respeito.*

Aprasado o dia para essa palestra, logo após a época do Carnaval, realizou-se a mesma na noite de 18 de Fevereiro, tendo merecido, as suas conclusões, determinadas referencias da imprensa carioca.

Releve-me o leitor a imodestia das transcrições que, no Livro II, faço dessas considerações manifestadas em artigos editoriais, a proposito da palestra que realizei, por alguns dos mais considerados orgãos da imprensa da Capital Federal, mais em contacto com a mesma Colonia, bem como algumas das referencias publicadas na imprensa brasileira, respeitantes á minha actuação e conduta no país irmão.

Desta maneira conto, condignamente, responder, embora duma maneira indirecta e, talvez, um pouco vivaz, mas que se me afigura deveras convincente, ás aleivosias de certo despeitado e bem assim ás do autor, senão inspirador, do infeliz artigo que serviu de tema á minha palestra, baseadas, simplesmente, em sentimentos improprios de homens que se presem.

Posteriormente á realização dessa palestra no Gremio, chegaram-me ás mãos, devidamente ultimados, certos trabalhos estatísticos por mim iniciados, que me permitem actualizar algumas das considerações na mesma expressas. Entretanto, convem anotar que todos os nume-

ros estatísticos referentes a 1928 e que constam deste trabalho são provisórios.

Não só por aquele motivo, como também por a transcrição da minha palestra no Boletim da patriótica Camara Portuguesa de Comercio do Rio de Janeiro, referente ao mês de Março do corrente ano, não ter sido efectuada na integra — certamente devido á falta de espaço com que continuamente luta — sou forçado a ampliar essa despretenhiosa palestra, na qual abordei sómente «alguns aspectos das relações comerciais luso-brasileiras», actualizando-a em face desses novos elementos estatísticos, e imprimindo-lhe uma nova feição que se me afigura ser a mais pratica e comprehensivel aos leitores mais profanos nestes assuntos, por sua natureza, muito aridos.

E por esta forma, também, se me afigura não só poder prestar a minha prévia e modesta cooperação ilucidativa para qualquer tese que, baseada no objectivo deste trabalho, se apresente ao projectado Congresso dos Portugueses residentes no Brasil, simpatica e patriótica ideia levantada pelo conceituado orgão da nossa Colonia no Brasil — *Patria Portuguesa* — e a qual tanto entusiasmo está despertando no seio da mesma Colonia, como também justificar a minha missão de estudo gratuita ao Brasil requerida, como já disse, sem dispendio algum para o Estado.

Este modesto e despretencioso trabalho será, portanto, como que um Relatório justificativo dessa missão de estudo gratuita, ao qual ficam anexas determinadas sugestões e reclamações das classes mais interessadas no fomento da exportação portuguesa para o Brasil, de modo a tornar-se mais eficiente a ilucidação do assunto em vista.

*LISBOA, 10 de Novembro de 1929.*

*F. Ribeiro Salgado.-*



# LIVRO I

## O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS

### 1.<sup>a</sup> PARTE

#### A posição de Portugal no Commercio de Importação do Brasil

##### CAPITULO I

###### Exportação portuguesa para o Brasil dos seus mais valiosos productos

Variados são os interesses economicos que podem constituir um conjunto justificativo duma politica de aproximação luso-brasileira. Dado, porém, o restrito objectivo deste despretencioso trabalho, limitar-me-hei, sōmente, a abordar *alguns aspectos das relações commerciaes luso-brasileiras*, servindo-me, para esse efeito, dos quadros de estatistica comparada que organizei em face de determinados elementos estatisticos recentemente por mim colhidos na Directoria de Estatistica Commercial, do Ministerio da Fazenda, do Brasil, e da Direcção Geral de Estatistica, do Ministerio das Finanças, de Portugal.

Com esta minha presente contribuição, como deixei dito no Prefacio, viso a fornecer, não sómente aos exportadores portuguezes, mas tambem aos estudiosos e aos nossos compatriotas residentes no Brasil, alguns elementos estatísticos, porventura inéditos, ordenados e apresentados duma maneira que se me afigura ser a mais comprehensivel para se apreciar a orientação a imprimir ao problema das nossas relações comerciais com o Brasil, completando-se e actualizando-se, assim, diversos estudos sobre as mesmas, mormente os da autoria do distinto commercialista e Consul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, dr. Carlos de Sampaio Garrido, que, sem desdouro para outras pessoas e entidades, cito especialmente, por a esse momentoso problema ter dedicado especiais atenções, sendo justo citar-se, tambem, a interessante actualização jornalística do talentoso e probo correspondente do *Comercio do Porto* no Rio de Janeiro, sr. Raul Martins.

Muito me apraz deixar consignados, neste lugar, os meus melhores agradecimentos aos ex.<sup>mos</sup> srs. drs. Oscar Loup e Armindo Monteiro, dignísimos e esclarecidos directores gerais da Estatística do Ministerio da Fazenda, do Brasil, e das Finanças, de Portugal, respectivamente, pelas facilidades e atenções que me dispensaram quanto á obtenção dos indispensaveis elementos estatísticos em que baseio o presente e modesto trabalho.

\*

\* \*

Bastantes são os produtos, principalmente alimentícios, que Portugal exporta para o Brasil. No intuito de não alongar a respectiva lista constante do quadro estatístico de conjunto n.º 1, limito-me a enunciar aqueles cujo valor-total, no decorrer dos anos de 1926, 1927 e 1928, contribuiu com 93,5 o/o, para o conjunto da exportação portuguesa para os mercados brasileiros. São os mesmos em numero de 28, os quais, em 1913, identicamente contribuíram com 88,4 por cento, pelo que, immediatamente, se deduz



a tendência que essa mais extensa série de produtos não especificados está tendo para diminuir a sua exportação destinada áqueles mercados.

Sobre esses 28 produtos mencionados, portanto, vai incidir a minha desvaliosa apreciação. Para os efeitos duma melhor sistematização, agrupei esses produtos mencionados (incluídos na 4.ª Classe da Pauta Aduaneira do Brasil — Produtos alimentares) em 4 agrupamentos, constituindo, com os restantes, outros 2 agrupamentos, correspondentes ás respectivas classes da mesma Tarifa Alfandegaria. Esta sistematização, de resto, corresponde, nas suas linhas gerais, á enunciada no artigo crítico do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, a que na 3.ª Parte deste Livro I me vou referir, e o qual me forneceu o tema, repito, para a referida palestra de que este presente trabalho é como que uma especie de complemento.

\*

\*      \*

Relacionados, sistematicamente, os produtos portugueses mais exportaveis para os mercados brasileiros, pela observação do quadro estatístico n.º 1, immediatamente se nota quais foram as respectivas quantidades e valores totalmente importados pelo Brasil em 1913 — o ultimo ano da chamada normalidade economica que antecedeu a Grande Guerra — e no ultimo quatrienio (1925 a 1928), simultaneamente caracterizado pela estabilização, mais ou menos de facto, da nossa moeda (desde 1925) e de direito, da moeda brasileira a partir de 1926. Identicamente se nota qual foi a quota parte que coube a Portugal nesses quantitativos e valores totais da importação geral brasileira.

Analizando mais detidamente esses quadro estatístico igualmente se nota que, em relação aos 1.º e 5.º agrupamento, em que o mesmo quadro se divide, a importação

brasileira declinou enormemente a partir de 1913, apesar do notavel aumento de população hâvido no Brasil desde essa data, porquanto, em numeros redondos, passou de 24 milhões em 1913 a 39 em 1928.

Este quadro estatístico apresenta, sobre identicos trabalhos, a particularidade de incluir uma secção indicativa das *percentagens correspondentes a Portugal* e respeitantes á quota parte com que este país contribuiu para a importação geral brasileira, em quantidades, dos productos mencionados no mesmo quadro. Pela observação desses numeros constantes desta secção se nota, rapidamente, qual tem sido o grau de concorrência que os demais países fornecedores do Brasil têm feito a Portugal nos seus mercados.

Combinando entre si todos os elementos componentes do quadro estatístico n.º 1, fica o leitor sufficientemente habilitado a poder constatar, duma maneira bastante elucidativa, qual tem sido a evolução da exportação portuguesa dos productos mais vendáveis para o Brasil, no decorrer do último quatrienio (1925 a 1928) comparativamente com 1913. Desta forma, evidentemente, fico tambem dispensado de encher paginas consecutivas de prosa que, no final, resultariam menos elucidativas que a consulta atenta desse quadro estatístico. No entanto, permito-me exemplificar o seu manejo, no final desta 1.ª Parte, para uso dos leitores menos praticos na consulta e interpretação destes trabalhos estatísticos.

# Quada em 1913

(Brasil)

CL-REIS, DA

Parte correspondente a Portugal

% corresponden-  
tes a Portugal

1928

1927

1926

1925

1913

1928



## CAPITULO II

### **Importação geral brasileira dos produtos mais exportáveis por Portugal**

Seguindo a orientação idêntica á do Capitulo anterior, elaborei o quadro estatístico n.º 2, demonstrativo da «Importação geral brasileira dos produtos mais exportáveis por Portugal para o Brasil, no decorrer do biénio 1927-1928, segundo os seus principais países fornecedores».

Este quadro, complementar do antecedente, contém os necessários elementos respeitantes á quota parte com que os países concorrentes de Portugal contribuíram, idênticamente e de-per-si, para a importação geral brasileira dos produtos mencionados, podendo, assim, o leitor ficar igualmente habilitado a avaliar, e rapidamente, qual o grau de concorrência que os mesmos países fizeram ao nosso, especialmente no decorrer do ultimo ano — 1928.



# Países fornecedores

por cada

Quantidade exportada pelos principais países fornecedores do Brasil

| ITALIA        |           | Outros países não especificados |           |           |   |
|---------------|-----------|---------------------------------|-----------|-----------|---|
| 1928          | 1928      | 1927                            | 1928      | 1927      | Países                                  |
| 1.281.648:600 | 1.485:600 | 14.045:067                      | 1.144:541 | —         | França<br>Ilha da Madeira<br>Inglaterra |
| 118.038:085   | —         | —                               | 407:183   | —         |   |
| 90.34:708     | —         | —                               | 2.907:461 | 2.000:484 |   |
| 86.026:12:403 | —         | 1.779:061                       | —         | —         |   |



# Importação geral brasileira dos produtos mais exportáveis por Portugal para o Brasil, no decorrer do bienio 1927-1928, segundo os seus principais fornecedores

(Quadro organizado em face dos Elementos colhidos directamente na Directoria de Estatística Commercial, do Ministerio da Fazenda)

| N.º da Tarifa Alfandegaria      | Mercadorias mais exportáveis por Portugal para o Brasil | Percentagens e as quantidades totais da Import. geral brasil., correspond. 1927 a: |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | Quantidades em quilos exportadas pelos principais países fornecedores do Brasil |                  |                  |                   |           |            |                                 |                      |                   | Valores em mil-reis das quant. export. pelos principais países fornecedores do Brasil |                   |                   |            |           |           |                                 |                |                      |
|---------------------------------|---|--|------|--------|------|--------|------|---------------------------------|------|----------------------|---|------------------|------------------|-------------------|-----------|------------|---------------------------------|----------------------|-------------------|---|-------------------|-------------------|------------|-----------|-----------|---------------------------------|----------------|----------------------|
|                                 |   | PORTUGAL (a)   |      | ESPAÑA |      | ITALIA |      | Outros países não especificados |      |                      | PORTUGAL (a)  |                  | ESPAÑA           |                   | ITALIA    |            | Outros países não especificados |                      |                   | PORTUGAL (a)  |                   | ESPAÑA            |            | ITALIA    |           | Outros países não especificados |                |                      |
|                                 |   | 1925   | 1927 | 1925   | 1927 | 1925   | 1927 | 1925                            | 1927 | Países               | 1925  | 1928             | 1927             | 1928              | 1927      | 1928       | 1927                            | Países               | 1928              | 1928  | 1927              | 1928              | 1927       | 1928      | 1927      | 1928                            | 1927           | Países               |
| <b>IV Classe:</b>               |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      |   |                  |                  |                   |           |            |                                 |                      |                   |   |                   |                   |            |           |           |                                 |                |                      |
| 135                             | Vinhos contidos   | 64,0   | 50,8 | 5,0    | 7,1  | 81,5   | 25,0 | 1,1                             | —    | Francia              | 15.084.840  | 1.281.198        | 1.670.201        | 8.184.778         | 2.570.015 | 375.244    | —                               | Francia              | 10.005.500        | 1.761.880   | 2.178.870         | 11.48.041         | 11.04.085  | 1.154.541 | —         | —                               | —              | Francia              |
| 136                             | generosos   | 92,3   | 90,0 | 1,5    | 2,5  | 10,5   | —    | 2,3                             | —    | Ilha da Madeira      | 2.281.204   | 118.287          | 82.713           | 10.757            | —         | 18.188     | —                               | Ilha da Madeira      | 12.011.141        | 58.592  | 66.981            | 18.985            | —          | —         | —         | —                               | —              | Ilha da Madeira      |
| 142                             | Bebidas alcoolicas e fermentadas                        | 98,9   | 97,7 | 1,2    | 0,9  | 10,9   | —    | 43,0                            | 46,7 | Inglaterra           | 28.380  | 11.687           | 5.743            | 2.085             | —         | 1.215,0    | 104.108                         | Inglaterra           | 1.220.706         | 68.430  | —                 | 11.708            | —          | —         | —         | —                               | —              | —                    |
| 144                             | Vermuth e outros aperitivos                             | 57,8   | 41,2 | 7,5    | 8,1  | 41,5   | 54,1 | —                               | —    | —                    | 28.137  | 80.012           | 17.813           | 65.081            | 400.475   | —          | —                               | —                    | —                 | 2.567.94  | 57.785            | 20.431            | 2.612.408  | 1.170.801 | —         | —                               | —              | —                    |
| <b>Totais para o 1.º grupo</b>  |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>19.910.269</b>   | <b>1.495.564</b> | <b>1.761.942</b> | <b>3.342.251</b>  |           |            |                                 |                      | <b>35.030.258</b> | <b>2.814.475</b>  | <b>3.260.829</b>  | <b>17.179.796</b> |            |           |           |                                 |                |                      |
| 157                             | Conservas de azelionas                                  | 40,4   | 61,2 | 11     | 41,5 | 2,8    | —    | —                               | —    | —                    | 1.480.081   | 1.080.005        | 1.251.000        | 115.444           | —         | —          | —                               | —                    | 1.480.081         | 1.080.005   | 2.004.110         | —                 | —          | —         | —         | —                               | —              | —                    |
| 158                             | legumes   | 1,7  | 2,4  | —      | 0,1  | 82,0   | —    | 5,0                             | —    | Estados Unidos       | 81.707  | 11.080           | 4.570            | 1.712.155         | —         | 110.002    | —                               | Estados Unidos       | 10.225            | 44.988  | 17.817            | 177.822           | —          | —         | —         | —                               | —              | Estados Unidos       |
| 163                             | peixe diversas  | 2,8  | 10,0 | 40,5   | 20,0 | 7,1    | 0,0  | 17,5                            | 0,1  | Holanda              | 81.274  | 105.010          | 149.083          | 10.780            | 380.015   | 125.608    | —                               | Holanda              | 28.180            | 1.272.750   | 501.416           | 38.258            | 100.700    | 224.010   | —         | —                               | —              | Holanda              |
| 1651                            | sardinhas   | 78,0   | 81,4 | 11,2   | 2,2  | —      | —    | 8,4                             | —    | Noruega              | 1.750.782   | 289.078          | 20.290           | 989               | —         | 160.447    | 115.000                         | Noruega              | 3.740.000         | 376.834   | 147.472           | 2.880             | —          | 845.181   | 542.71    | —                               | —              | Noruega              |
| <b>Totais para o 2.º grupo</b>  |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>3.741.903</b>  | <b>2.303.656</b> | <b>1.439.925</b> | <b>1.893.338</b>  |           |            |                                 |                      | <b>9.627.910</b>  | <b>5.461.323</b>  | <b>3.333.542</b>  | <b>5.545.844</b>  |            |           |           |                                 |                |                      |
| 43                              | ameijoas  | 9,7  | 17,5 | 81,4   | 70,7 | 4      | —    | 1,1                             | —    | Alemanha             | 52.922  | 430.000          | 378.800          | 118.401           | —         | 7.008      | —                               | Alemanha             | 148.070           | 1.710.800   | 1.570.501         | 80.000            | —          | —         | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 45                              | avelãs  | 4,5  | 16,0 | 52,4   | 68,0 | 41,2   | —    | —                               | —    | —                    | 2.789   | 100.818          | 100.805          | 120.442           | —         | —          | —                               | —                    | 3.291             | 180.281   | 155.808           | 27.165            | —          | —         | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 46                              | castanhas   | 81,6   | 81,1 | 18,0   | 15,2 | 1,1    | —    | —                               | —    | —                    | 2.971.291   | 68.118           | 831.570          | 52.061            | —         | —          | —                               | —                    | 2.971.291         | 68.118  | 831.570           | 52.061            | —          | —         | —         | —                               | —              | —                    |
| 47                              | nozês   | 10,7   | 2,8  | 0,01   | 0,02 | —      | —    | 84,4                            | 88,8 | Estados Unidos       | 28.804  | 1.715            | 190              | —                 | —         | 1.957.182  | 2.170                           | Estados Unidos       | 78.988            | 52  | 2.700             | 2.351.172         | 5.028.825  | —         | —         | —                               | —              | Estados Unidos       |
| 48                              | peras   | 18,0   | 40,1 | 1,5    | 37,7 | 60,7   | 2,5  | 0,1                             | —    | Alemanha             | 20.087  | 200.000          | 210.727          | 567.541           | 280.010   | 120.000    | —                               | Alemanha             | 108.740           | 501.000   | 308.145           | 26.512            | 884.305    | 108.841   | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 49                              | lvas verdes   | 1,0  | 3,8  | —      | —    | —      | —    | 83,8                            | —    | Estados Unidos       | 31.150  | 2.700            | —                | 18                | —         | 2.170.380  | 1.280.727                       | Estados Unidos       | 118.000           | 0,000   | —                 | 490               | —          | —         | —         | —                               | Estados Unidos |                      |
| 50                              | frutas secas não especificadas                          | 24,0   | 47,2 | —      | 20,1 | —      | —    | 20,1                            | 20,8 | Argentina            | 717.781   | 1.120.888        | 201.458          | —                 | —         | 1.225.061  | 545.101                         | Argentina            | 2.111.135         | 3.110.217   | 1.527.154         | —                 | —          | 5.588.105 | 1.712.807 | —                               | —              | Estados Unidos       |
| 51                              | verdes  | 0,4  | 5,9  | 7,4    | 23,5 | 14,3   | —    | 20,5                            | —    | Francia              | 124.788   | 709.163          | 600.285          | 201.177           | —         | 102.178    | 543.708                         | Francia              | 22.000            | 81.111  | 2.050.281         | 178.070           | —          | —         | —         | —                               | —              | Francia              |
| 52                              | Totais para o 3.º grupo                                 | 17,8   | 35,9 | 17     | 3,1  | —      | —    | 17,8                            | —    | Argentina            | 184.300   | 50.813           | 21.905           | 2.191             | —         | 121.375    | —                               | Argentina            | 17.045            | 38.120  | 80.210            | 11.086            | —          | —         | —         | —                               | —              | —                    |
| <b>Totais para o 3.º grupo</b>  |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>4.322.904</b>  | <b>3.474.855</b> | <b>2.306.161</b> | <b>1.007.696</b>  |           |            |                                 |                      | <b>7.295.466</b>  | <b>10.213.837</b>   | <b>7.495.389</b>  | <b>2.204.551</b>  |            |           |           |                                 |                |                      |
| 47                              | Azeite de oliveira                                      | 28,3   | 15   | 11,7   | 21,9 | 43,1   | —    | —                               | —    | Francia              | 3.470.611   | 1.207.417        | 170.188          | 3.944.148         | 2.601.701 | 310.805    | —                               | Francia              | 11.14.304         | 1.015.197   | 1.102.810         | 10.021.050        | 14.200.017 | 1.025.000 | —         | —                               | —              | Francia              |
| 48                              | alhos   | 14,7   | 27,1 | 0,4    | 16,4 | 2,1    | —    | 22,4                            | —    | Uruguay              | 291.107   | 720.821          | 292.141          | 40.012            | —         | 445.707    | —                               | Uruguay              | 100.254           | 1.117.027   | 4.78.800          | 67.341            | —          | —         | —         | —                               | —              | Uruguay              |
| 49                              | cebolas   | —  | —    | —      | 0,0  | 0,7    | —    | 72,8                            | —    | Argentina            | —   | —                | 1.201            | 1.801.530         | —         | 21.800.700 | 25.881.000                      | Argentina            | —                 | —   | —                 | 20.000            | —          | —         | —         | —                               | —              | Argentina            |
| 476                             | vinagre   | 51,4   | 76,0 | —      | 12,5 | 0,5    | —    | 34,1                            | —    | Pos. Portugal e Afr. | 185.500   | —                | 208.500          | 21.021            | —         | —          | —                               | Pos. Portugal e Afr. | 180.700           | —   | 180.700           | 13.885            | —          | —         | —         | —                               | —              | Pos. Portugal e Afr. |
| 483                             | Totais para o 4.º grupo                                 | 19,2   | 20,0 | —      | 0,5  | —      | —    | 80,8                            | 80,0 | Francia              | 91.800  | 1.184            | 1.008            | 87                | —         | 141.507    | 80.000                          | Francia              | 182.000           | —   | 2.000             | 7.485             | —          | —         | —         | —                               | —              | Francia              |
| <b>Totais para o 4.º grupo</b>  |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>4.057.829</b>  | <b>2.025.220</b> | <b>1.522.228</b> | <b>5.849.821</b>  |           |            |                                 |                      | <b>16.810.432</b> | <b>6.326.412</b>  | <b>5.889.507</b>  | <b>17.766.995</b> |            |           |           |                                 |                |                      |
| 286                             | Palitos para meza                                       | 78,4   | 68   | —      | —    | —      | —    | 21,0                            | 42,3 | Estados Unidos       | 10.547  | —                | —                | —                 | —         | 20.071     | 70.804                          | Estados Unidos       | 7.40.133          | 7.15.000  | 810.147           | —                 | —          | —         | —         | —                               | —              | Estados Unidos       |
| 287                             | Roibas de cartão  | 72,7   | 21,7 | 15,2   | 21,9 | —      | —    | 4,5                             | 27,1 | Alemanha             | 393.843   | 70.110           | 81.725           | 482               | —         | 12.400     | 20.782                          | Alemanha             | 1.40.000          | 1.00.000  | 100.000           | 7.804             | —          | —         | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 289                             | erramentas e utensilios diversos                        | 0,1  | 0,7  | —      | —    | 0,2    | —    | 41,8                            | 45,1 | Alemanha             | 11.215  | —                | —                | 2.800             | —         | 1.500.577  | 120.782                         | Alemanha             | 37.000            | —   | —                 | 11.781            | —          | —         | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 311                             | livros impressos, jornais e revistas                    | 15,5   | 16,1 | —      | 0,03 | 3,7    | —    | 31,6                            | 42,5 | Francia              | 134.297   | 2.102            | 291              | 35.183            | —         | 315.843    | 201.207                         | Francia              | 1.000.844         | 4.017   | 1.111             | 181.070           | —          | —         | —         | —                               | —              | Francia              |
| <b>Totais para a III classe</b> |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>628.772</b>  | <b>78.252</b>    | <b>80.029</b>    | <b>43.484</b>     |           |            |                                 |                      | <b>3.458.524</b>  | <b>773.952</b>  | <b>817.478</b>    | <b>394.425</b>    |            |           |           |                                 |                |                      |
| 57                              | Palha para cigarros                                     | 10,1   | 18,2 | —      | —    | —      | —    | 0,9                             | —    | Alemanha             | 20.113  | —                | —                | —                 | —         | 216        | —                               | Alemanha             | 20.113            | —   | —                 | —                 | —          | —         | —         | —                               | —              | Alemanha             |
| 58                              | Folhas, flores, raias e semelhantes                     | 11,1   | 20,0 | 3,0    | 21,0 | 21,1   | —    | 22,8                            | —    | Estados Unidos       | 84.000  | 17.500           | 11.800           | 106.800           | —         | 110.500    | —                               | Estados Unidos       | 250.000           | 50.000  | —                 | 90.145            | —          | —         | —         | —                               | —              | Estados Unidos       |
| <b>Totais para a II classe</b>  |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>110.174</b>  | <b>15.511</b>    | <b>11.858</b>    | <b>107.863</b>    |           |            |                                 |                      | <b>552.904</b>    | <b>40.981</b>   | <b>39.669</b>     | <b>407.135</b>    |            |           |           |                                 |                |                      |
| <b>Totais gerais</b>            |   |  |      |        |      |        |      |                                 |      |                      | <b>31.864.851</b>   | <b>9.593.664</b> | <b>7.113.743</b> | <b>17.744.453</b> |           |            |                                 |                      | <b>70.776.694</b> | <b>25.030.989</b>   | <b>20.642.414</b> | <b>43.791.846</b> |            |           |           |                                 |                |                      |

a) Em relação aos anos anteriores vide quadro estatístico n.º 1.



### CAPITULO III

#### **Custo unitario dos productos mais exportaveis por Portugal para o Brasil**

Finalmente, o Quadro Estatístico n.º 3 oferece a interessante inovação ou particularidade, de nos indicar as diferenças entre o custo unitario de cada um dos productos mencionados, não só pelo que respeita á sua colocação a bordo no porto de embarque — F. O. B. — como, igualmente, no cais do porto de destino — C. I. F.

O conhecimento deste elementos, até agora ineditos, reputo-os da mais flagrante actualidade, mormente nesta ocasião em que tanto se fala no restabelecimento duma carreira de navegação para o Brasil. Reportam-se os mesmos aos anos de 1927 e 1928, respectivamente caracterizados pela concorrência de fretes entre as diversas Companhias de Navegação e pelo «pool» da navegação, actualmente em vigor.

O seu recente conhecimento levaram-se a modificar a minha anterior opinião sobre a *viabilidade economico-industrial* da criação dessa carreira de navegação. E reporto-me sómente a essa modalidade, porquanto em relação á *economico-politica* a maioria dos portugueses se encontra de acordo. Evidentemente que é aos nossos governantes que

compete pesar os prós e os contras dessas duas modalidades.

\*

\* \*

Comparando entre si os diversos elementos constantes deste quadro também o leitor ficará suficientemente elucidado quanto ao grau de concorrência dos fretes marítimos que as nossas mercadorias suportam, em relação ás dos demais países concorrentes de Portugal, nos mercados brasileiros.

A disparidade que se nota na comparação entre o que, identicamente, se nos depara como tendo sido pago por Portugal em relação ao que pagaram, por exemplo, a Espanha e a Italia, não provém, sómente, das diferenças de cotações dos fretes marítimos — hoje subordinados a tabelas mais ou menos uniformes — mas especialmente ao facto de se nos apresentar como adicionadas ás despesas do frete, conjuntamente, as que se reportam aos direitos de saída, seguro e comissão até o porto de desembarque, as quais, como é natural, variam muito de país para país. Essa disparidade, no caso das percentagens constantes da ultima secção do quadro estatístico n.º 3, avoluma-se, portanto, devido ao facto que acabo de citar; isto é, pela circumstancia das despesas do frete e outras incidirem sobre um custo FOB, menor que o dos nossos concorrentes.

E' preciso notar, portanto, que as pequenas diferenças que podem, aparentemente, prejudicar Portugal, pouco influem no computo geral do preço *C. I. F. adicionado ao conjunto dos direitos aduaneiros*, porquanto estes direitos, no caso dos vinhos comuns e conservas, por exemplo, são 5 a 6 vezes superiores aos valores que constituem a diferença entre os preços *F. O. B.* e *C. I. F.*, sendo iguais para todos os países fornecedores do Brasil, em virtude deste país conceder, como reciprocidade, a igualdade de

tratamento aduaneiro a todos eles, como se verá no decorrer do Capitulo I da 3.ª Parte deste Livro. O que, por tanto, beneficia Portugal em relação aos seus concorrentes, — como se constata pela observação da 1.ª Secção do quadro estatístico n.º 3, combinada com a parte final do n.º 1 — é o custo F. O. B. ser inferior ao dos seus concorrentes. Mas esta vantagem provém, em regra, da qualidade e apresentação (principalmente da apresentação) dos produtos portugueses ser inferior á desses seus concorrentes, combinadas com a quasi ausencia de propaganda. Estes dois ultimos requesitos, na moderna luta commercial, valem quasi tanto como o primeiro — a qualidade; por vezes até a superam.

Esta conclusão torna-se deveras interessante porque nos vem demonstrar o quanto ha a lucrar com a melhoria e principalmente com a apresentação e a propaganda dos produtos portugueses nos mercados externos (neste caso os brasileiros) que, igualmente, oferecem bastante margem para compensar uma correspondente elevação de preços, pelo que alguns dos exportadores poderão e *deverão deixar de ser apelidados de «sucateiros»*, nesses mercados compradores.

\*

\*   \*   \*

Para terminar esta 1.ª Parte e para facilitar ao leitor, menos familiarizado com o manejo de trabalhos estatísticos, a consulta dos quadros que ficam patentes, vou exemplificar o que se passa actualmente no mercado brasileiro em relação a qualquer dos 28 produtos mais exportaveis por Portugal para o Brasil, através os mesmos quadros estatísticos. Para esse efeito vou servir-me do produto que vem á cabeça dessa relação — os vinhos comuns.

Pelo quadro n.º 1 fica-se sabendo que o Brasil, antes da Grande Guerra — 1913 — comprou 69.015.663 quillos de vinhos comuns, dos quais 45.020.887 lhe foram vendidos

por Portugal, ou sejam, portanto, 65,2 por cento. A essas quantidades corresponderam, respectivamente, os seus valores em «mil-reis», de 31.763:511 e 19.259:986 e a percentagem de 60,6 por cento. Pela comparabilidade destas percentagens se nota que os vinhos portugueses se impunham nos mercados brasileiros mais pela quantidade que propriamente pelo seu valor, isto é, os nossos concorrentes, embora tivessem sómente vendido 34,8 por cento sobre a quantidade total importada conseguiram, no entanto, cobrar por essa quantidade o equivalente a 39,4 por cento. Exportaram, portanto, no seu conjunto, vinhos de melhor qualidade.

Igualmente se fica sabendo que 15 anos depois — em 1928 — o Brasil pouco mais compra que um terço da quantidade de vinhos comuns que comprava antes da guerra — 1913 — porquanto essas compras não ultrapassaram, no decorrer do ano passado, o total de 25.751.908 quilos, ou sejam 37,3 por cento do montante correspondente a 1913. A quota parte que coube a Portugal sobre este total foi de 15.648.840 quilos, ou sejam 60,9 por cento, correspondentes a 19.394:516\$ sobre o valor total da importação brasileira que totalizou 37.968:146\$000 réis, a que igualmente corresponde a percentagem de 51,1 por cento.

Comparando estas percentagens correspondentes a Portugal em 1928 com as que lhe competiram em 1913, nota-se que este país tem sido ligeiramente batido pela concorrência que outros países lhe fazem no mercado brasileiro, nas seguintes proporções: *quanto a quantidades* vendeu menos 4,3 por cento em 1928 que em 1913 (60,9 para 65,2 por cento), facto este que demonstra terem esses concorrentes, no seu conjunto, desalojado o nosso país, embora a tendencia porcentual do ultimo quatrienio nos demonstre a reconquista desse tradicional mercado da nossa exportação; *quanto aos valores*, nota-se que essa concorrência se manifestou mais intensamente, pois que Portugal não contribuiu com mais de 51,1 por cento em 1928, quando em 1913 essa contribuição foi de 60,6 por cento; facto que

igualmente nos demonstra que os nossos vinhos comuns continuam, no seu conjunto, a ser cotados inferiormente aos dos oriundos dos países nossos concorrentes.

Como se vê, o quadro n.º 1 demonstra-nos qual a *posição relativa que Portugal ocupa no commercio geral da importação brasileira* dos produtos que mais exporta para estes mercados. Analisemos, agora, o quadro n.º 2.

Este quadro demonstra-nos, mais detalhadamente, qual o grau de concorrência que parcialmente nos fizeram os países nossos concorrentes nesses mercados, no decorrer do bienio 1927-1928. E, assim, no caso dos vinhos comuns, nota-se que o maior concorrente de Portugal continua a ser a Italia, que, em 1928, vendeu ao Brasil 38,1 por cento do *valor* da importação geral brasileira, embora em *quantidade* não tivesse ultrapassado 31,8 por cento, exactamente o contrario do que succedeu ao nosso país, que se impõe mais pela quantidade que pelo valor, isto é, pela qualidade, como já vimos. Entretanto, a Italia está declinando as suas vendas ao Brasil em relação á quantidade, em beneficio de Portugal, pois em 1927 lhe vendeu 34 por cento, correspondentes a 37,7 por cento sobre o valor total da sua importação geral. No entanto, observa-se o caso curioso desse declínio quantitativo não acompanhar o correspondente valor que, pelo contrario, se consolidou em 1928, como se constata pela comparabilidade da diferença das respectivas percentagens (6,3 em 1928 para 3,7 por cento em 1927). Segue-se nessa concorrência a Espanha e a França, cujo grau se manifesta pelas percentagens e totais mencionados no quadro n.º 2. Este quadro pode, portanto, considerar-se como o *demonstrativo do grau de concorrência que o nosso país sofre no mercado brasileiro*. Essa concorrência nota-se, ainda, mais especificadamente, pela análise do quadro n.º 3.

Este ultimo quadro começa por nos demonstrar qual foi o custo F. O. B., isto é, o custo nos portos de procedencia dos diversos productos com que o nosso país mais concorre no mercado brasileiro. No caso dos vinhos

comuns igualmente se nota que os de origem portuguesa, nos últimos dois anos (1927 e 1928), se cotaram bastante inferiormente aos oriundos da Espanha e da Italia. Essa cotação, bastante inferior á dos seus concorrentes — e a qual se me afigura representar uma margem de lucros quasi nula — é que permite a Portugal poder, relativamente, concorrer com os mesmos, porquanto o conjunto dos fretes marítimos e outras despesas que constituem a diferença entre os preços F. O. B. e C. I. F. (posto no cais do porto de destino) são, em regra, mais elevados do que as correspondentes aos nossos concorrentes. Como se constata, pela observação das cotações C. I. F., confirmam-se as razões mais atrás expostas a proposito das percentagens que a Portugal couberam nos valores e quantidades da importação geral brasileira.

A última secção do quadro n.º 3 apresenta-nos as percentagens que a Portugal e aos seus concorrentes couberam, como demonstrativas da relação existente entre as despesas pagas de cais a cais (fretes, despachos e outras não especificadas) e o valor C. I. F. dos produtos mencionados como mais exportáveis pelo nosso país para o Brasil. No caso dos vinhos comuns — o produto que nos está servindo para exemplificação — nota-se que essa relação, correspondente ao nosso país, se nos apresenta como mais avultada, não só pelo motivo dos preços F. O. B. sobre os quais incide serem menores que os dos seus concorrentes, como também pelo facto dessas despesas serem ligeiramente superiores ás dos países nossos concorrentes. Assim, em 1928, Portugal cobrou pelos seus vinhos comuns sómente 76,9 por cento do seu preço C. I. F., pois que os restantes 23,1 por cento corresponderam ás despesas com fretes e outras, pagas de cais a cais. A Espanha cobrou, identicamente, 83,7 por cento e 16,3 por cento e a Italia 84,5 por cento e 15,5 por cento. Afigura-se-me, como medida transitoria, ou experimental, que essa elevada percentagem (23,1 por cento) que corresponde ao nosso país se poderia baixar até ao nível da correspondente ás dos

nossos concorrentes, mediante um accordo entre o Governo Português e algumas Companhias de navegação, ás quaes seria dada a preferencia, ou determinadas facilidades, no embarque dos nossos emigrantes, em troca duma redução sensível dos fretes actualmente pagos pelos nossos mais valiosos productos exportados para o Brasil.

Entretanto, torna-se absolutamente necessario anotar que essas diferenças de percentagens entre as que correspondem a Portugal e as relativas aos seus concorrentes no mercado brasileiro, na pratica, pouca influencia poderão ter, não só por o preço F. O. B. dos nossos productos, em regra, ser inferior aos dos nossos concorrentes, mas ainda porque, *no campo da concorrência de preços*, pouca influencia representará um tostão a mais ou a menos, quando é certo que os direitos aduaneiros e os impostos estaduais e outros que se pagam no acto do despacho das mercadorias, no geral, são superiores em 5 a 6 vezes o total das despesas que oneram essas mercadorias (1), (despacho, transporte marítimo e seguro desde o cais do seu embarque até ao cais do porto de destino) acrescida essa circumstancia pelo facto de que, praticamente, também, se poderá considerar os 200 reis como sendo a menor moeda subsidiaria brasileira, porquanto se não consegue, geralmente, comprar qualquer jornal ou pagar uma passagem de *electric*, etc., por menos daquela quantia. E' certo que na Capital Federal ainda ha determinadas linhas de *electricos* e certos jornais vespertinos que se vendem a 100 reis. Estas excepções, no entanto, tendem a desaparecer,

---

(1) Segundo os elementos fornecidos pela «Revista dos Corretores», o custo-médio duma pipa de vinho estrangeiro, na Capital Federal, em 1920, foi: *Virgem* — 790\$000 reis; *verde* — 710\$000, e *Colares* — 533\$000. Em 1928, esses preços-médios foram, respectivamente, de 1.400\$000 reis; 1.400\$000 e 1.445\$000 reis. Identicamente, um barril de vinho do Rio Grande do Sul custou 80\$000 reis em 1920 e 115\$000 em 1928.

em face do chamado *reajustamento economico*. motivada pela estabilização da moeda brasileira numa divisa cambial sobre Londres, que muitos consideram ter sido demasiado baixa.

Estas considerações, que á primeira vista podem ser consideradas como superfluas, mas que não passam de meros subsídios para o completo estudo do problema das relações comerciais luso-brasileiras, afiguram-se-me como dignas de ponderação, para não nos deixarmos arrastar pela magia dos palavrosos, que, muitas vezes, complicam as questões com a exhibição de calculos estatísticos deveras complicados, tendentes a justificar os seus pontos de vista. A analyse atenta e desapaixionada do quadro estatístico n.º 3 presta-se a inumeras considerações tendentes a melhor orientar a solução do problema do fomento da exportação portuguesa para o Brasil, mormente neste momento, em que as classes interessadas nesse fomento vêm de apelar para os poderes publicos, nesse sentido. Na 2.ª Parte do Livro II, transcrevo não só as suas representações ao Governo, como tambem dois interessantes artigos sobre a viabilidade da carreira de navegação portuguesa para o Brasil, recentemente publicados, bem como uma representação dirigida ao Governo por um grupo de capitalistas dirigido pelo sr. Visconde de Povoença, que tudo indica estar, de antemão, votada a um fracasso, porquanto já alguns dos seus signatarios retiraram a sua solidariedade a este titular.

Nesses diversos estudos debatem-se problemas para cuja solução se me afigura deverem prestar os elementos constantes dos três quadros estatísticos que fazem parte integrante da 1.ª Parte deste despretençioso trabalho, que ora apresento á apreciação do leitor.



produto la

s em

os de em quil

s países ITA

1927 28



## 2.<sup>a</sup> PARTE

### A posição do Brasil no Comércio de Importação de Portugal

#### CAPITULO I

##### Exportação brasileira para Portugal dos seus mais valiosos produtos

A exportação brasileira para Portugal é constituída, como se sabe, por um muito menor numero de produtos do que a portuguesa para o Brasil. Enquanto que o grosso desta última é, presentemente, constituído por produtos alimentares, aquella é constituída, especialmente, por materias primas, seguindo-se-lhe os generos alimenticios que, no seu conjunto, não ultrapassam a terça parte do valor respeitante ao café.

Muito maior poderia ser a exportação brasileira dos seus mais valiosos produtos para Portugal se não fôra: em 1.<sup>o</sup> lugar, o *elevado custo da sua produção* (o caso do açucar, tabaco e gorduras, por exemplo); em 2.<sup>o</sup> lugar, o *reduzido volume da sua exportação* para os mercados internacionais (o caso do algodão e dos oleos vegetais, por exemplo); e, finalmente, em 3.<sup>o</sup> lugar, *a sua similitude com*

a produção colonial portuguesa (o caso do café, cacau, oleaginosas e couros).

E se cito sómente estes productos é porque os mesmos são aqueles em que se poderia estabelecer uma vultuosa e valiosa permuta, em face da capacidade aquisitiva do mercado português, se não fôra as circunstancias apontadas, acrescidas da urgente necessidade que existe de se «criar entre a Metropole e as Colonias uma unidade economica, baseada na distribuição das produções e dos consumos que competem a uma e outras».

\*

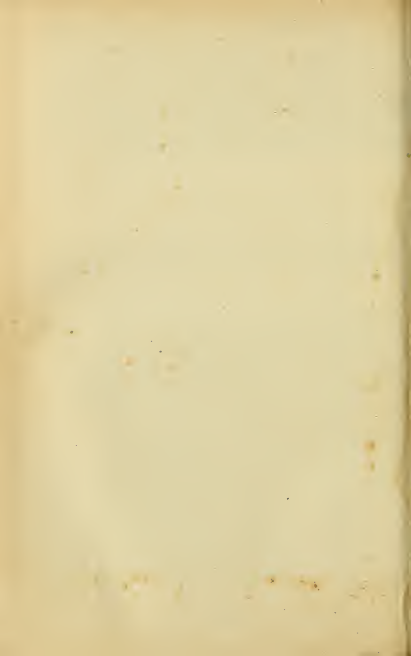
\* \*

O quadro estatístico n.º 4, organizado á imagem e semelhança do n.º 1, igual e inversamente nos ilustra da posição que o Brasil ocupa como fornecedor dos nossos mercados.

Este quadro foi por mim elaborado, obedecendo á seguinte orientação: Comecei por relacionar os diversos productos mais exportaveis pelo Brasil para os seus mercados externos — e os quais, no decorrer do ultimo quadriennio (1924 a 1928), totalizaram 98.27 por cento do valor da sua exportação geral. Desprezi todos os demais, que não ultrapassam os restantes 1.73 por cento. Deixo patentes, não só o valor-total, equivalente em moeda inglesa, desses productos especificados, exportados totalmente no decorrer desse quinquenio, como tambem a média-anual das suas quantidades exportadas, para assim melhor se poder compará-las com a capacidade aquisitiva dos mercados portugueses, expressa nos numeros referentes á «Importação geral portuguesa dos productos especificados».

Seguidamente, indicam-se quais foram os países que, em concorrência com o Brasil, forneceram os nossos mercados, no decorrer do quadriennio considerado — 1925 a 1928 — em relação aos productos que constituem a quasi totalidade da exportação geral brasileira.

Da comparabilidade das 3 secções em que se subdivide o quadro estatístico n.º 4, ficará o leitor habilitado a constatar e a confirmar o que acabamos de dizer: muito maior poderia ser a exportação brasileira para Portugal se não fôra; *o elevado custo por que nos ficam os produtos brasileiros em concorrência com os oriundos doutros países; o reduzido volume da sua exportação em relação a determinados produtos e, finalmente, a sua similitude com a produção colonial portuguesa.*



# QUADRO ESTATISTICO N.º 4

quatrienio 1925-1928, e seus principais países e  
 dos colhidos directamente na Direcção Geral de

| escudos) | Colonias Portuguesas |          |          |          | BRASIL   |         |         |         |
|----------|----------------------|----------|----------|----------|----------|---------|---------|---------|
|          | 1925                 | 1928     | 1927     | 1926     | 1925     | 1928    | 1927    | 1926    |
| 5        | 34,773               | 3.921,7  | 2.871,0  | 2.701,0  | 2.647,0  | 1.504,2 | 1.462,0 | 1.225,0 |
| 0        | 28,945               | 1.118,7  | 928,8    | 1.125,2  | 921,9    | 398,6   | 534,7   | 700,3   |
| 7        | 26,849               | 0,1      | —        | 0,1      | 0,1      | —       | —       | 1,0     |
| 8        | 1,837                | 407,8    | 434,2    | 670,2    | 420,4    | —       | —       | —       |
| 9        | 247                  | 6,5      | 11,6     | 19,1     | 5,5      | —       | —       | —       |
| 6        | 43,042               | 16.776,6 | 20.734,1 | 20.085,0 | 20.236,0 | 551,1   | 531,4   | 60,0    |



Exportação brasileira para Portugal, no decorrer do quadriênio 1925-1928, e seus principais países concorrentes, nos mercados portugueses, no bienio 1927-1928

(Organizado em face dos elementos publicados e dos colhidos directamente na Direcção Geral de Estatística, do Ministerio das Finanças de Portugal)

| Mercadorias mais exportáveis pelo Brasil           | Exportação total brasileira, no decorrer do quinquenio 1924-1928 |                                |                                    | Importação geral portuguesa, dos produtos especificados |          |          |          |                                 |         |         |         | Principais países fornecedores de PORTUGAL (Sua exportação em toneladas) |          |          |          |         |         |         |       |            |      |          |       |                |       |         |       |        |         |                               |                  |           |   |   |   |
|--|--|--------------------------------|------------------------------------|---|----------|----------|----------|---------------------------------|---------|---------|---------|--|----------|----------|----------|---------|---------|---------|-------|------------|------|----------|-------|----------------|-------|---------|-------|--------|---------|-------------------------------|------------------|-----------|---|---|---|
|  | Em toneladas (média 1924-1928)                                   | Em toneladas (média 1924-1928) | % total geral do grupo (1924-1928) | Em toneladas métricas                                   |          |          |          | Em contos (milhares de escudos) |         |         |         | Colónias Portuguezas   |          |          |          | BRASIL  |         |         |       | INGLATERRA |      | ALEMANHA |       | ESTADOS UNIDOS |       | BÉLGICA |       | FRANÇA |         | Não mencionados especialmente |                  |           |   |   |   |
|  |  |                                |                                    | 1924  | 1927     | 1926     | 1925     | 1924                            | 1927    | 1926    | 1925    | 1924   | 1927     | 1926     | 1925     | 1924    | 1927    | 1926    | 1925  | 1924       | 1927 | 1926     | 1925  | 1924           | 1927  | 1926    | 1925  | 1924   | 1927    | Países                        |                  |           |   |   |   |
| Café...  | 17.883,72  | 45.477                         | 22,72                              | 5.240,2   | 4.281,0  | 5.115,0  | 1.881,1  | 28.544                          | 27.101  | 32.025  | 31.771  | 1.321,7  | 2.471,0  | 2.701,0  | 2.017,0  | 1.544,2 | 1.452,0 | 1.204,0 | 2,5   | 0,2        | 0,0  | 7,0      | —     | 19,6           | —     | 20,5    | —     | n/     | 0,7     | 1,4                           | Holanda          |           |   |   |   |
| Courus e peles (a)                                 | 10.095,018   | 2.000                          | 1,53                               | 2.125,4   | 2.107,1  | 1.880,8  | 2.855,1  | 28.800                          | 28.784  | 31.701  | 29.185  | 1.108,7  | 1.029,8  | 1.125,2  | 1.021,0  | 89,0    | 2,5     | 2,0     | 113,5 | 27,8       | 24,8 | 171,2    | 10,8  | —              | 10,1  | 19,2    | 104,7 | 261,2  | 261,2   | Holanda                       |                  |           |   |   |   |
| Cacau (b)  | 5.255,564  | 1.170                          | 1,11                               | 1.125,1   | 277,5    | 300,2    | 271,7    | 24.015                          | 24.031  | 31.10   | 29.851  | 0,1  | 0,1      | 0,1      | 0,1      | —       | —       | 8,0     | 0,5   | 0,5        | 31,0 | 45,1     | 01,1  | 23,5           | 18,7  | 20,1    | 5,0   | 1,8    | 1,8     | Espanha                       |                  |           |   |   |   |
| Ilorrachia   | 15.026,102   | 20.741                         | 2,93                               | 113,2   | 1,8      | 107,1    | 452,5    | 1.102                           | 2.510   | 2.510   | 1.805   | 47,8   | 111,2    | 107,2    | 45,1     | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | Não especificado |           |   |   |   |
| Mute   | 1.841,84   | 20.741                         | 2,93                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         |   |   |   |
| Oleaginosas  | 9.711,540  | 24.10                          | 2,05                               | 19.261,0  | 21.005,5 | 25.500,0 | 24.182,0 | 31.048                          | 40.716  | 40.150  | 51.042  | 10.770,0   | 20.741,1 | 21.005,0 | 20.295,0 | 551,1   | 5,1     | 4,0     | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Tobaco (em folha)                                  | 6.981,078  | 11.702                         | 1,90                               | 2.270,1   | 3.025,0  | 2.500,2  | 2.101,2  | 15.004                          | 21.841  | 14.714  | 11.531  | 253,0  | 249,1    | 0,5      | 51,1     | 8,2     | 7,8     | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Tobaco (manipulado)                                | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Carnes conservadas                                 | 7.201,147  | 57.018                         | 1,91                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Algodão em bruto                                   | 7.301,287  | 10.112                         | 1,2                                | 16.43,3   | 10.005,1 | 10.171,2 | 15.003,7 | 161.010                         | 151.017 | 140.017 | 187.077 | 510,1  | 802,5    | 1.107,1  | 107,8    | 1.881,1 | 1.421,8 | 1.721,1 | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Lã em bruto (f)                                    | 3.013,104  | 3.013                          | 0,22                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Manganez   | 1.301,057  | 25.017                         | 0,72                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Madeiras (em bruto)                                | 3.211,450  | 421.040                        | 0,08                               | 7.201,0   | 9.701,8  | 4.077,0  | 1.071,0  | 6.100                           | 2.114   | 50      | 772     | 50,0   | 0,5      | 28,0     | 17,0     | 2.771,0 | 578,8   | 807     | 1.050 | 0,7        | 15,2 | 1.707,5  | 122,0 | 151,7          | 710,0 | 93,0    | 26,1  | —      | 1.083,7 | 2.422,8                       | —                | Dinamarca |   |   |   |
| Madeiras (Mais de 11,75% de espessura (a))         | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Madeiras (Menos de 11,75% de espessura (a))        | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — |   |   |
| Céras de carnaúba (c)                              | 1.001,752  | 5.071                          | 0,05                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Fruitas de mesa (d)                                | 2.000,104  | 70.114                         | 0,50                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Assucar (escala holandesa)                         | 2.100,801  | 20.000                         | 0,07                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Assucar (Não especificado)                         | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Pedras preciosas                                   | 1.011,202  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Gébo (e)   | 720,280  | 1,0                            | 0,00                               | 1.012,0   | 1.450,0  | 1.094,7  | 1.024,3  | 4.117                           | 5.032   | 4.158   | 4.102   | 8,8  | 4,2      | 3,0      | 1,3      | —       | 0,0     | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Farinha de mandioca                                | 102,417  | 3.000                          | 0,00                               | 1.010,8   | 1.994,0  | 1.071,0  | 3.221,0  | 1.735                           | 1.271   | 1.101   | 1.101   | 0,5,1  | 101,0    | 54,0     | 202,4    | 1.475,1 | 1.181,4 | 1.014,4 | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Oleos vegetais, caroço de algodão                  | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Carne em conserva                                  | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Arroz não especificado                             | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Mercadorias não especificadas (Plumas de Honho...) | 2.501,504  | 127.052                        | 1,00                               | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Valor total da exportação brasileira               | 57.307.000   | 1.352.000                      | 100,00                             | —   | —        | —        | —        | —                               | —       | —       | —       | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — |   |
| Importação portuguesa dos produtos mencionados     | —  | —                              | —                                  | —   | —        | —        | —        | 510.404                         | 523.392 | 540.138 | 558.236 | —  | —        | —        | —        | —       | —       | —       | —     | —          | —    | —        | —     | —              | —     | —       | —     | —      | —       | —                             | —                | —         | — | — | — |

Designação das mercadorias pela nomenclatura portuguesa: a) Peles em bruto ou preparadas, secas b) Peles curtidas não especificadas c) Em animal, vegetal ou mineral em bruto (peso bruto) d) Frutas frescas ou secas não especificadas e) Oleos e gorduras animais, não especificadas f) Lã em ramo (brooca suja-branca lavada-oão especificado suja lavado) g) Metros cubicos h) No ano de 1925 estão incluídos nos «Biscitos e bolachas doces» ou não.

Anotações referentes o países fornecedores de Portugal, em 1928: i) Holanda j) Espanha k) Tcheco-Slovaquia; l) Noruega, m) Holanda n) Italia, o) Dinamarca



## CAPITULO II

### **Importação geral portugueza dos productos mais exportaveis pelo Brasil**

Pela observação do quadro estatístico n.º 5 — melhor sistematizado em função da estatística comercial portugueza — se nota, igualmente, pela análise da sua segunda secção, quais foram as percentagens que incidiram sobre as quantidades totais da importação, correspondentes aos mais importantes fornecedores dos mercados portuguezes, das mercadorias mais exportaveis pelo Brasil para Portugal, destacando-se, evidentemente, as que respeitam ás Colonias portuguezas em conjunto e ao Brasil. Para mais rápida compreensão adicionei ás duas primeiras secções desse quadro estatístico uma terceira, respeitante aos «Valores em contos (milhares de escudos) das quantidades exportadas pelos principais fornecedores de Portugal», destacando-se, igualmente, o Brasil, as Colonias Portuguezas em conjunto e um terceiro país, como sendo o maior fornecedor da mercadoria considerada.

\* \* \*

Igualmente, pela comparabilidade das 3 secções do quadro n.º 5, o leitor ficará suficientemente ilucidado, em

relação a uma dada mercadoria das especificadas, sobre qual seja o grau relativo da concorrência que o Brasil sofre nos seus mercados portugueses.

E, finalmente, em face das considerações que ficam expostas e pela análise comparada e atenta dos quadros n.ºs 4 e 5, poder-se-ha concluir quão difícil será modificar as correntes comerciais que, normalmente, estão estabelecidas entre Portugal e os seus tradicionais fornecedores, devendo ter-se em conta, também, as consequências da actual orientação da política económica brasileira, nas suas relações internacionais.

Para os mesmos quadros e para essas considerações, novamente ousou chamar a atenção de quem superintende na criação da carreira de navegação para o Brasil, mormente para o aspecto que se relaciona com a possível falta da carga de retorno, oriunda dos portos brasileiros.

\*

\* \*

Seguindo o mesmo critério que adoptei no final da 1.ª Parte, vou exemplificar o que se passa actualmente no mercado português em relação aos produtos brasileiros mais exportáveis para Portugal. Para esse efeito vou servir-me do algodão — o produto mais valioso da exportação brasileira para Portugal — e do café, o produto mais importante da exportação brasileira para os seus mercados mundiais.

Em relação ao algodão, Portugal está comprando, presentemente, uma quantidade média-anual ligeiramente superior ao total-anual que o Brasil está exportando, como se observa pelo quadro estatístico n.º 4. Enquanto que o nosso país, no decorrer do quinquenio 1923-1928, comprou a média-anual de 15.400 toneladas, o Brasil não exportou, identicamente, mais de 15.142 — que foram quasi totalmente vendidas á Inglaterra, colocando-se o nosso país logo a seguir como seu maior comprador — apesar da sua

produção média-anual, nesse período, ter sido de 121.004 toneladas. Desde 1922 — ano em que o Brasil bateu o «record» como nosso fornecedor — que a sua exportação deste produto para Portugal vem declinando, como se comprova pelas respectivas percentagens. Assim, naquele ano, Portugal comprou ao Brasil 6.193 toneladas de algodão, num total de 13.870 toneladas que importou para alimentar a sua industria, ou sejam 44,3 por cento; em 1923, comprou, identicamente, 5.873 toneladas e 16.010, ou sejam 36,6 por cento; em 1924, essas compras baixaram, respectivamente, para 2.406 e 13.052, ou sejam 18,4 por cento. Nos anos subsequentes, essas percentagens e quantidades são as constantes dos quadros estatísticos n.º 4 e 5, ou sejam as seguintes: em 1925 — 14,3 por cento; em 1926 — 10,2 por cento; em 1927 — 9,8 por cento e em 1928 — 8,3 por cento. Presentemente, os nossos maiores fornecedores, são os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, como se constata pela observação do quadro n.º 4. As Colonias Portuguesas, como fornecedoras de algodão aos mercados metropolitanos, apresentam-se-nos com percentagens inferiores a metade das que identicamente, correspondem ao Brasil e com tendencias, tambem, a um progressivo declinio. Entretanto, afigura-se-me que os fornecedores dos nossos mercados deveriam ser o Brasil e as Colonias, mas as suas condições produtivas, presentemente, não o permitem.

Quanto ao café, constata-se, pelos quadros estatísticos n.º 4 e 5, serem as nossas Colonias e o Brasil os quasi exclusivos fornecedores do nosso mercado, porquanto no decorrer do ultimo quatrienio, 1925-1928, concorreram, respectivamente, com as percentagens médias anuais de 69,2 por cento e 29,5 por cento, correspondentes a 3.000 e 1.300 toneladas, para um total-anual de 4.400 toneladas, quantitativo da nossa importação. Essa proporção, no entanto, não se mantem em relação aos respectivos valores, não só por o café brasileiro, em algumas circunstancias, ser melhor cotado, como tambem por motivo do ine-

ficaz sistema de valorização da exportação em vigor nas nossas Colónias ser análogo ao da Metropole, aos quais mais adiante me referirei, quando abordar os assuntos que respeitam á Balança Comercial luso-brasileira.

Portugal, não só por motivo da similitude da sua produção colonial, como, também, por não consumir mais do que  $\frac{1}{2}$  por cento do total da exportação brasileira do café é, por isso mesmo, um dos menores clientes do mais valioso produto que o Brasil exporta, e ao qual compra, sómente, 1.300 toneladas para um total médio-anual de 845.447, como se observa na 1.ª Secção do quadro n.º 4. Este produto, como pelo mesmo se nota, concorreu com a elevada percentagem de 72,72 por cento (libras 347.836.750) para o valor total da exportação brasileira (libras 478.347.698) no decorrer do ultimo quinquenio — 1924-1928. Pelo contrario, Portugal poderia ser o melhor cliente do algodão brasileiro — o produto mais valioso que o Brasil fornece ao nosso país — se a nação irmã o pudesse exportar em melhores condições de preço e quantidade, porquanto Portugal compra maior tonelagem para o seu consumo do que aquela que, presentemente, o Brasil exporta totalmente para os seus mercados externos. Além dessa circumstancia, a produção colonial portuguesa, por enquanto, é muito diminuta e irregular.

pelo nos

nenhir

es de Portugal

Principal país fornecedor não mencionado

| 1928     | 1927     | Nome               |
|----------|----------|--------------------|
| 1.103,7  | 2.906,0  | Inglaterra         |
| 4.005,8  | 5.300,6  | Uruguay            |
| 12.509,5 | 12.677,7 | França (a)         |
| 89.902,7 | 63.567,2 | Estados Unidos     |
| 1.364,3  | 1.410,5  | Dantzig            |
| 972,0    | 813,6    | Estados Unidos     |
| 1.891,1  | 1.011,3  | Suecia             |
| 0,2      | 17,7     | França             |
| 2.193,2  | 5.461,8  | Argentina          |
| 8.487,8  | 18.495,1 | Estados Unidos (b) |



### 3.<sup>a</sup> PARTE

#### COMPARAÇÕES E CONCLUSÕES

#### Sobre o Intercambio comercial luso-brasileiro

##### CAPITULO I

##### Algumas das mais generalizadas apreciações sobre o mesmo

##### 1 — *Manifestadas pela Redacção do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo*

O problema das relações comerciais luso-brasileiras, quero crer que por falta de elementos estatísticos sufficientemente elucidativos, tem sido, e está sendo, diversamente apreciado, porquanto algumas das conclusões a que se tem chegado, não sendo das mais aconselháveis, são, no entanto, as mais generalizadas.

Sendo, indiscutivelmente, a Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo uma das entidades que, tradicionalmente, mais patriótica e eficientemente se tem dedicado ao seu estudo, bem como o nosso actual e operoso Consul naquella cidade, vou transcrever as suas mais

recentes opiniões e conclusões, manifestadas a proposito desse momentoso problema.

Antes, porém, devo deixar insofismavelmente bem expresso que nenhum ressentimento me move, nem jamais o manifestei, contra a actual Directoria da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, cujo digno Presidente, o ex.<sup>mo</sup> sr. J. da Silva Porto, foi para comigo, *em certa emergencia bem lamentavel, originada independentemente da sua vontade e conhecimento*, duma correcção inexcedivel, propria do seu lidimo character, prontificando-se, incondicionalmente, a que me fosse feita a devida Justiça, no que, aliás, foi acompanhado pelo nosso Consul e pelo seu adjunto, o dr. J. L. Archer. Portanto, fica bem entendido que qualquer ressentimento que justamente ainda possa manter, se refere unica e exclusivamente ao autor, senão inspirador, desse malfado e injusto artigo redactorial do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, por motivo da sua falta de nobreza de character, porquanto noutra revista economica continua, inexplicavelmente, demonstrando a sua má fé ou absoluto desconhecimento dos factos, o que vem a dar na mesma. Reportar-me-hei, sócnente, aos argumentos que esse desastrado autor endossou á Camara P. de Comercio de S. Paulo, em virtude do justo e tradicional conceito em que esta corporação é tida nos meios economicos, especialmente. Quanto ás restantes opiniões nesse artigo mencionadas, e bem assim assim ás que anterior e posteriormente o seu autor tem emittido contra a minha pessoa, deixo a interpretação das mesmas ao lucido e imparcial criterio de todos aqueles que lhe conhecem a sua característica versatilidade. E... passo adiante para, ligeiramente, me referir, talvez dispensadamente — por tambem serem suficientemente conhecidos — aos seus dois colaboradores nessa mesquinha e invejosa actuação pessoal.

\*

\* \*

Determinado correspondente duma acreditada agen-



cia telegrafica — a qual nunca concedeu o seu «placet» a nenhuma companhia pessoal — já *useiro e veseiro* em certas «habilidades», tendentes a prejudicar o bom nome das pessoas ou entidades com quem não engraja, atribuiu errada e propositadamente ao então ministro dos Negocios Estrangeiros, sr. dr. Betlencourt Rodrigues — um dos mais esforçados paladinos da aproximação luso-brasileira — certas declarações, com o único objectivo de me indispor com os nossos representantes diplomaticos e consulares no Brasil, de forma a prejudicar a minha missão, exclusivamente de iniciativa pessoal. Tudo me leva a crer — pela maneira como foi orientada, mesés depois, nova ofensiva contra o dr. Sampaio Garrido — que foi suggestionado nesses objectivos por «*um embrigado de despeito*», de *inesquecivel memoria para os portugueses do Brasil*, que neste país exerceu a sua nociva actividade «*durante alguns annos e fez aí tudo quanto quis e muitas coisas que não levaria fazer...*», pelo que foi forçado a regressar a Portugal, «*de onde mais tarde, por um acto desastrado e irrelectido do Governo, nos foi enviado como adido commercial á nossa Embaixada, com grande espanto de toda a gente que o conhecia e sabia de quanto era capaz*». Os conceitos em italico não são da minha autoria. Constam de dois substanciosos artigos redactoriais, impressos em normando, no acatado órgão da nossa Colonia no Brasil — *Patria Portuguesa* — e publicados sob as epigraphes «*Um despeitado*» e «*A pá de cal*», nos seus numeros de 22 e 29 de Junho de 1929, a proposito do «enterro moral» a que então se procedeu contra quem não tem feito «*outra coisa senão criticar e deturpar tudo quanto os portugueses fazem no Brasil*» conjuntamente com «*outros falidos que por aí andam a ladrar á ilharga dos homens de bem*» — ainda o dizer do mesmo conceituado jornal.

Servindo-se das «habilidades» dum e do «embrigado despeito» doutro, houve *alguem da mesma laia* que conseguiu reproduzir no Boletim da conceituada Camara P. de Comercio de S. Paulo, certas abjurgatorias contra a minha

modesta pessoa, desta vez como complemento dum artigo redactorial do mesmo Boletim, em seu numero referente ao mês de Novembro de 1928 — devidamente rectificadas no seu numero immediato — no qual se endossaram determinados pontos de vista, ou conclusões demonstrativas (no entender do seu autor) do precario e actual estado das relações economicas luso-brasileiras. Evidentemente que me servi desses pontos de vista, aliás bastante generalizados, repito, para tema da palestra que fui convidado a realizar na séde do Gremio Republicano Português do Rio de Janeiro.

A's referencias pessoais constantes do mesmo artigo, refiro-me no Capitulo III, da 1.<sup>a</sup> Parte, do Livro II.

Vou, portanto, transcrever, integralmente, a parte dessa palestra que aos mesmos pontos de vista diz respeito, ampliando-os e comentando-os com certos elementos estatísticos que, posteriormente á realização da mesma, coligi:

*Os productos portugueses perdem, dia a diá, os mercados brasileiros.*

*Todos os anos mercadorias de outras nacionãlidades substituem aquelas que tradicionalmente se importãvam de Portugal. Os nossos vinhos, as nossas frutas, as nossas conservas vão diminuindo por uma forma progressiva nas praças brasileiras. Como contra-partidã, os productos do Brasil encontram boa praça em Portugal, onde uma pauta mínima, na doce esperança da reciprocidade, lhes permite vantagens sensiveis de preço.*

*Estamos na mísera condição de exportãr, apenas, em grande escala, o producto que a Civilização, teoricamente, aboliu dos mercados — a Gente. E esse mesmo, santo Deus! Chega aqui tão mal acondicionado que os mercãdores o tomam sempre, e com sombras de razão, por genero de terceira qualidade.*

*«De quem é a culpa da nossa precária situação comercial no Brasil?*

*«Só de Portugal!*

*«Só dos Góvõrnos Portugueses!*

*«Ainda agora o sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Octavio Mangabeira, agradecendo uma homenagem dos portugueses do Rio de Janeiro, se manifestou favoravel a um entendimento economico com Portugal.»*

Para melhor facilidade da exposição crítica torna-se necessário agrupar as conclusões ou considerações que acabo de vos lêr, e segundo a sua ordem. Começemos pelas 3 primeiras.

«Os produtos portugueses perdem, dia a dia, os mercados brasileiros. Todos os anos mercadorias de outras nacionalidades substituem aquelas que tradicionalmente se importavam de Portugal. Os nossos vinhos, as nossas frutas, as nossas conservas, vão diminuindo por uma forma progressiva nas praças brasileiras.»

Felizmente que para Portugal esta série de afirmações não correspondem, em absoluto, á verdade dos factos. Propositalmente faço uma certa restrição na minha afirmativa contraditória, por desejar fazer, tanto quanto possível, uma análise precisa e completa dos factos em que me fundamento.

Começemos por analisar até que ponto é verdadeira a primeira afirmação da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo quando diz que «os produtos portugueses perdem, dia a dia, os mercados brasileiros». De facto, se o articulista quere dizer que, presentemente, Portugal já não exporta para o Brasil as elevadas quantidades de mercadorias que exportava antes da Grande Guerra, por exemplo, em 1913 — o ano que serve de paradigma para as necessárias comparações — não resta duvida alguma de que tem toda a razão, pois que o Brasil conseguiu reduzir extraordinariamente a sua capacidade de aquisição nos mercados externos, especialmente em relação aos produtos que constituem o grosso da exportação portuguesa, para os seus mercados externos. Porém, já se não pode atribuir á Camara, ou melhor dizendo, ao seu articulista, essa mesma razão quando passa a afirmar que «Todos os anos mercadorias de outras nacionalidades substituem aquelas que tradicionalmente se importavam de Portugal». Por minha conta afirmo perentoriamente que o articulista não tem absoluta razão no que afirma, pelo menos em relação ao ano de 1927, pois que baseio a minha afirmação nas conclusões de um trabalho de estatística comparada que ponho á vossa disposição (1).

Esse trabalhoso estudo de estatística comparada foi por mim organizado, obedecendo á seguinte orientação. Comecei por relacionar as quantidades e valores totais da importação brasileira correspondente aos 28 mais valiosos produtos da exportação portuguesa para o Brasil, no decorrer dos anos de 1913, 1925, 1926 e 1927. Esses produtos em 1927, bem como em

---

(1) Vêde quadro estatístico n.º 1, que já inclui os elementos referentes ao ano de 1928.

1926, totalizaram em valor, 93,5% da referida exportação, pelo que desprezei os demais. Seguidamente, relaciono quais as percentagens que ao nosso país couberam em relação a essa importação geral brasileira. Por esta forma, que eu creio ser inédita, de patentear essas percentagens, imediatamente podemos constatar se Portugal *tem sido ou não batido* pela concorrência dos outros países igualmente fornecedores dos mercados brasileiros.

De facto, no decorrer dos anos de 1925 e 1926 — enquanto se não firmou a cotação do escudo português, cuja revalorização se iniciou no decorrer do 2.º semestre de 1924, e ainda por motivo de um mau ano agrícola — Portugal não conseguiu atingir as elevadas percentagens que as estatísticas brasileiras — aquelas de que me vou servir, exclusivamente, nesta palestra — registam em relação ao último ano a que elas se reportam, o de 1927.

Analisando esse trabalho de estatística comparada, constata-se que, desde 1927, Portugal conseguiu consolidar a sua anterior posição em 1913, como vendedor ao Brasil de determinados produtos que, presentemente, constituem o grosso da sua exportação para o país irmão. A maior parte dos produtos não especificados nesse trabalho estatístico, e que se exportavam em 1913, tem sido substituída pelos seus similares de produção brasileira. Entre os mesmos avultavam, pelo seu grande peso específico e diminuto valor unitário, as pedras, terras e outros minerais semelhantes. Só em relação a certos artigos manufacturados, especialmente metalurgicos, é que o articulista da C. P. C. e I. de S. Paulo tem alguma razão, mas é preciso notar que o valor total dessa classe em 1913 não ultrapassou 9 % da Classe IV — Artigos destinados á alimentação — ou sejam, 3:640 contos para 39:513.

\*

\*            \*

Vamos agora vêr a que se passa com respeito á terceira afirmação do articulista da Camara de S. Paulo, quando diz: «Os nossos vinhos, as nossas frutas, as nossas vãos diminuindo por uma forma progressiva nas praças brasileiras».

De uma maneira absoluta, como já vimos e veremos, o articulista não tem razão. Esta começa a falhar-lhe quando atende sómente aos totais das quantidades importadas de Portugal sem atender, especialmente, á proporção que as mesmas representam no total geral da importação brasileira.

Vamos, portanto, vêr o que tem sucedido em relação aos agrupamentos que o articulista menciona, e que eu ligeiramente me permito alterar para: BEBIDAS, CONSERVAS e FRUTAS DE MESA.

No agrupamento das *Bebidas*, constituído pelos vinhos comuns e generosos, bebidas alcoolicas e fermentadas e «Vermouth» e outros aperitivos, as modificações havidas em 1927, em relação ao ano de 1913, são deveras interessantes. Assim, enquanto em 1913 o Brasil comprou 69.015 toneladas de vinhos comuns, das quais couberam a Portugal 45.021, ou sejam 65,23 %, esses totais baixaram em 1927, respectivamente, para 22.305 e 12.658, ou sejam 56,75 %. Em relação a este produto é que o articulista tem sua razão, porque a nossa posição de vendedor ao Brasil declinou bastante, pois passou de quasi dois terços para pouco mais de metade. Em 1925 fomos igualedos em quantidades pela Italia, como fornecedores do Brasil. Porém, em 1928, devemo-nos ter aproximado bastante da percentagem dos dois terços.

Nos demais produtos que constituem o agrupamento das *Bebidas*, Portugal viu a sua posição de fornecedor do Brasil notavelmente consolidada pela derrota que infligiu aos seus concorrentes. Assim, temos que em *Vinhos generosos* a percentagem que ao nosso país coube em 1927 foi de 93 %, correspondente a 2.197 toneladas (não incluindo a percentagem e quantidade correspondente á ilha da Madeira, pelo facto de a estatística brasileira a considerar como possessão africana), num total importado de 2.320. Em 1913 essa percentagem não ultrapassou 91,9 %, embora tivesse incidido sobre maiores quantidades, pois, então, estas foram, respectivamente, 3.779 e 4.112. Como se nota, o declínio quantitativo na importação geral brasileira de vinhos generosos tem sido notavel.

Em *Bebidas alcoolicas e fermentadas*, o declínio da importação geral brasileira tem sido, igualmente, digno de registo, porquanto o Brasil, de 1.546 toneladas que comprou em 1913 — das quais couberam a Portugal 299, ou seja a percentagem de 19,5 % — baixou para 656 em 1927, das quais Portugal forneceu 201, ou sejam 32,1 %. Como se nota, imediatamente, pelo confronto porcentual, outros foram os nossos concorrentes que sofreram as maiores consequências da diminuição havida na importação geral brasileira. Em quantidade, Portugal, relativamente, pouco diminuiu a sua exportação, porquanto essa diminuição não ultrapassou 98 toneladas.

Em relação a *Vermuth e outros aperitivos*, Portugal consegue vêr notavelmente excedidas as cifras, não só da sua exportação, em quantidades, como especialmente a correspondente á percentagem com que concorre como fornecedor ao Brasil. Em 1913 o Brasil importou 2.544 toneladas, das quais couberam a Portugal sómente 290, ou sejam 11,4 %. Em 1927, a importação geral brasileira baixou para menos de metade: — 1.192 toneladas. Porém, a exportação portuguesa subiu para quasi o dôbro: — 492 toneladas, ou sejam, 41,3 %, á custa, especialmente, da Italia, que chegou a ter o domínio absoluto.

Acresce ainda a circunstancia destes productos portuguezes, ao contrario dos vinhos comuns, se venderem mais caros que os italianos, conservando a designação da sua nacionalidade de origem! Honra aos seus exportadores!

Como se constata, em todo este agrupamento das *Bebidas*, excepção das *Bebidas alcoholicas*, em que a Inglaterra nos conseguiu ultrapassar em 1927, com 306 toneladas, no valor de 2:669 contos, contra 201 a nosso favor, importando em 1:119 contos, em todos os demais productos Portugal mantém a sua supremacia absoluta de sempre. Não é, portanto, no campo da concorrência, como afirma o articulista que me forneceu o tema para esta desprezenciosa palestra, que devemos procurar as causas do declínio havido na importação geral brasileira das *bebidas mencionadas* que, de 77.217 toneladas em 1913 — das quais couberam a Portugal 49.390 — baixou, respectivamente, para 26.473 e para 15.499, desequilibrio este já menos acentuado em relação ao nosso país no decorrer do ano findo — 1928.

Vejamos o que succedeu em relação ao segundo agrupamento, o das *Conservas diversas*, constituído por *azeitonas*, *legumes*, *peixes diversos* e *sardinhas*.

Em relação a azeitonas succede precisamente o mesmo que nos vinhos comuns, pois que declinou sensivelmente a percentagem correspondente a Portugal, que em 1927 a viu igualada pela Espanha. Assim, das 2.100 toneladas que o Brasil importou em 1913, couberam a Portugal nesse total 1.361, ou seja a percentagem de 64,8 %. Em 1927 esses totais foram, respectivamente, de 2.810 e 1.214, ou sejam 43,2 %. Em 1928, porém, esta percentagem deve ter sido mais elevada que em 1927, como consequencia do excelente ano agrícola de 1927/28.

Quanto ás *conservas de legumes* é que Portugal tem sido fortemente batido pelos seus concorrentes: a Italia, a França e os Estados Unidos, pois que a percentagem de 17,4 % que obtivemos em 1913, correspondente ás 1.751 toneladas importadas pelo Brasil e das quais nos couberam 305, vimos esses totais, em 1927, serem representados, respectivamente, por 1.754 e 43, ou seja a percentagem de 2,5 %, equivalente aos valores de 5:214 contos e 131.

Seguem-se as *conservas de peixe*. Em 1913 a estatística brasileira englobava numa só rubrica todas as suas espécies. Porém, desde 1924, separa as *sardinhas* das demais. Assim, para fazermos uma comparação mais perfeita, teremos que englobar todas as espécies, mesmo em 1927. Em 1913 o Brasil comprou 3:892 toneladas de conservas de peixe, das quais 2.306 a Portugal, ou seja a percentagem de 59,24 %. Em 1927 esses totais baixaram, respectivamente, a 1.850 e a 1.146, ou seja a percentagem de 62 %: A principal espécie importada pelo Brasil em 1927 foi a sardinha, no total de 1.289 toneladas, das

quais 1.089 de Portugal, ou seja a elevada percentagem de 85 %. Os restantes 15 % couberam á Noruega (116 toneladas, pouco menos de 10 % sobre a quantidade exportada por Portugal), á França e á Espanha. Nas espécies não especificadas a Espanha ultrapassou Portugal, com a percentagem de 25 % (146 toneladas) contra 57 toneladas a favor do nosso país.

A exemplo do que succedeu com relação ao agrupamento das *Bebidas* ainda neste agrupamento (excepção das conservas de peixe não especificadas e das de legumes, as espécies de menor valia) o nosso país não perdeu a sua supremacia de maior fornecedor dos mercados brasileiros.

Vamos, agora, observar o que succede com respeito ao terceiro agrupamento, o das *Frutas de mesa*, que, em valor, foi ligeiramente superior ao das *Conservas diversas*, em 1927, ou sejam, 7.576 contos para as Frutas e 7.355 para as Conservas.

Este agrupamento é constituído pelas seguintes espécies: Amêndoas, Avelãs, Castanhas, Maçãs, Nozes, Peras, Uvas verdes, Frutas sêcas não especificadas e Frutas verdes não especificadas.

No seu conjunto, o Brasil importou em 1913, 13.961 toneladas, das quais coube a Portugal 2.270, ou seja a percentagem de 19,3 %. Em 1927 esses totais foram, respectivamente, de 12.803 e 3.899, ou seja a percentagem de 30,5 %, como sendo a correspondente ao nosso país. Em detalhe, torna-se interessante constatar que o Brasil aumentou a sua importação em todas as espécies mencionadas. A importação das *Frutas sêcas não mencionadas* baixou de 1.879 toneladas em 1913 para 1.558 em 1927, facto este demonstrativo do desenvolvimento desta industria no Brasil. Porém, a maior baixa nota-se nas *Frutas verdes não especificadas*, em que esses totais foram, respectivamente, de 4.375 e 691. Nesta espécie o Brasil, de país importador está-se transformando em país exportador, principalmente de laranjas, bananas e abacaxis.

As percentagens que a Portugal couberam nas diversas espécies em 1913 e em 1927 foram, respectivamente, as seguintes: *Amêndoas*, 18,4 e 17,5 %, em competição com a Espanha (o maior fornecedor do Brasil); *Avelãs*, 1,2 e 16 %, igualmente em competição com a Espanha; *Castanhas*, 22,9 e 84,4 %, seguido pela Espanha; *Maçãs*, 6,2 e 2,3 %, em competição com os Estados Unidos; *Nozes*, 7,6 e 46,6 %, seguindo-se-nos a Italia e a Espanha; *Peras*, 0,8 e 4,1 %, em competição com os Estados Unidos e a Argentina; *Uvas verdes*, 18,8 e 47,3 %, seguindo-se-nos a Espanha e a Argentina; *Frutas verdes não especificadas*, 30 e 46 %, seguindo-se-nos a Argentina e os Estados Unidos; e, finalmente, nas *Frutas sêcas não especificadas*, o nosso de-

clínio foi o mais acentuado, pois a percentagem das nossas vendas no Brasil baixou de 16 % em 1913 para 4,9 % em 1927, sendo os maiores fornecedores d'êste país a Espanha, França, Italia e Portugal, em 4.º lugar.

Outros agrupamentos constam do quadro de estatística comparada a que me venho referindo. São eles os *Diversos artigos destinados á alimentação* (azeite de oliveira, alhos, batatas, cebolas e vinagre); e os *artigos manufacturados* (palitos para mesa, rolhas de cortiça, ferramentas e utensilios diversos e livros, impressos, jornais e revistas) e, finalmente, o agrupamento das *Materias Primas*, constituído pela palha para cigarros e pelas plantas medicinais (folhas, flores, raizes e semelhantes).

A' excepção dos livros, impressos, jornais e revistas e das rolhas de cortiça, em todos os productos mencionados, Portugal perdeu terreno, em beneficio aos seus concorrentes, como se constata pela simples enunciação das seguintes percentagens respeitantes a 1913 e a 1927, e correspondentes ás seguintes mercadorias: *Azeite de oliveira*, 31,8 e 15 %, em competição com a Italia e com a Espanha (os maiores fornecedores); *Alhos*, 42,1 e 27,5 %, seguindo-se-nos o Chile, Argentina e Uruguay, que beneficiaram d'esse declínio; *Batatas*, em 1913 vendemos 28,1 %, em 1927 não vendemos um quilo sequer, tendo-se o Brasil abastecido da Argentina, Uruguay, França e Italia; em *Cebolas*, passámos de 91,1 para 76,7 %, em beneficio da Espanha e da França; em *Vinagre*, igualmente passámos de 81 para 58 %, em beneficio da França; nos *Palitos para mesa* é que o declínio da exportação portugueza se acentuou como em nenhum outro producto, pois passou de 99,7 para 46,3 %, quasi que em exclusivo beneficio dos Estados Unidos, que venderam o resto. Segundo informações obtidas, essa percentagem, em 1928, deve aproximar-se bastante da de 1926. Nas *Rolhas de cortiça*, ao contrario, a percentagem elevou-se de 40 em 1913, para 71,8 em 1927, collocando-se a Espanha logo a seguir, como fornecedor de 21,9 em 1927; nas *Ferramentas e utensilios diversos*, a percentagem baixou de 1,5 para 0,6 %; nos *livros, impressos, jornais e revistas* a percentagem subiu de 13,6 para 16,8 %, em competição com a França e os Estados Unidos, seguindo-se-nos a Alemanha; na *palha para cigarros*, baixámos ligeiramente de 99,9 para 98,3 %, em beneficio da Alemanha, que vende o resto, e, finalmente, nas *plantas medicinais*, pelo contrario, subimos ligeiramente de 28,7 para 29,1 %, seguindo-se-nos a Alemanha, com 25,6 % em 1927.

A exportação portugueza para o Brasil, em 1927, montou a 61:116 contos, equivalentes a 1.487.343 libras, correspondentes aos seguintes agrupamentos de mercadorias: — *Bebidas*, 32:838



contos; *Conservas diversas*, 7:355 contos; *Frutas de mesa*, 7:576 contos, ou seja o total de 47:769 contos (78,2 %) para o conjunto dos 3 agrupamentos de mercadorias que a Camara de Comercio de S. Paulo muito justamente classifica como sendo os mais tradicionais produtos portugueses exportaveis para o Brasil. Os restantes 13:347 contos, ou sejam 21,8 % dêsse montante geral, couberam aos seguintes agrupamentos: — *Diversos artigos destinados á alimentação*, 5:961 contos; *Artigos manufacturados*, 2:735 contos; *Materias primas*, 694 contos, e aos *Produtos não mencionados*, os restantes 3:957 contos, ou sejam 5,5 % sobre o total geral da exportação portuguesa para o Brasil, que em 1913 representaram, idênticamente, 11,6 %, pelo que se nota a natural tendencia para a sua substituição pelos especificados, nos mercados brasileiros.

Resumindo todas as considerações que venho de fazer, constata-se que em relação aos agrupamentos que constituem mais de 3 quartos do valor total da nossa exportação para o Brasil (exactamente 78,2 % em 1927) e os quais são, como acabamos de ver, as Bebidas, as Conservas e as Frutas — exactamente aqueles em que a Camara de S. Paulo afirma ter Portugal sido batido, pela concorrência estrangeira — é, precisamente no conjunto dêsses agrupamentos que o nosso país continua mantendo o seu predomínio de antes da Grande Guerra (1913), á excepção dos vinhos comuns e das azeitonas, em que no ano findo nos deveremos aproximar bastante das percentagens daquela época.

Nos productos que constituem os demais agrupamentos mencionados é que Portugal, salvo as poucas excepções já anotadas, tem sido ligeiramente batido pelos seus concorrentes nos mercados brasileiros. Só no Azeite e nas Batatas é que esse declínio tem sido bastante acentuado. Quanto ao azeite, segundo informações que colhi, a percentagem que em 1928 deve caber ao nosso país ultrapassará bastante a de 1913.

Salvo, portanto, as excepções anotadas e efectuadas as necessarias correcções entre 1913, 1926 e 1927, pode-se afoitamente concluir e afirmar que se o nosso país tem diminuido as quantidades de exportação dos seus principais productos para o Brasil — mercê de causas, em grande parte 'estranhas á vontade dos seus exportadores — entretanto não tem sido batido pela concorrência dos demais países fornecedores dêsse país, devido, especialmente, não só ao patriotismo da sua numerosa colonia domicilliada nesta grande e promissora Nação Irmã, que, em regra, dá a sua preferéncia ao que é português, como tambem ao facto de o commercio de sêcos e molhados nas suas diversas modalidades (grande importação, atacadistas e

varegistas) estar sob a influencia de comerciantes portugueses, que não têm deixado de secundar e estimular os esforços dos nossos exportadores mais progressivos.

Torna-se deveras notavel e digna, portanto, de todo o elogio, a resultante de toda essa actuação conjunta que, agindo bastante desajudada dos Governos Portuguezes e um pouco á revelia dos mais modernos e efficientes processos de propaganda e de apresentação dos seus produtos, tem conseguido superar a extraordinaria e progressista concorrência dos elementos estrangeiros nos mercados brasileiros. Pelo que se constata, se visionara o que poderá vir a ser o seu fomento quando os nossos exportadores derem cumprimento ao programa que as recentes noticias telegráficas nos deixam antever!

\* \* \*

Prosseguindo na análise das considerações expendidas pela Camara P. de C. de S. Paulo, é chegada a vez de me referir á sua 4.<sup>a</sup> afirmação: «Como contra-partida, os produtos do Brasil encontram boa praça em Portugal, onde uma pauta mínima, na dôce esperança da reciprocidade, lhes permite vantagens sensiveis de preço».

Nas considerações preliminares desta palestra tive oportunidade de constatar que no decorrer dêste ultimo quinquennio o Brasil tem diminuído progressivamente as suas exportações para Portugal. As nossas compras têm sido as seguintes, na sua equivalencia em libras e em moeda-papel brasileira: em 1923, 1.653.315 libras, ou 72:960 contos (o ano «récord» foi o de 1920, com 2.049.369 libras, equivalentes a 35:628 contos); em 1924, 555.340 libras, ou 21:943 contos; em 1925, 564.843 libras ou 22:926 contos; em 1926, 395.271 libras, ou 13:518 contos; em 1927, 363.338 libras, ou 14:930 contos. Em 1928, no decorrer dos 3 primeiros trimestres, a exportação brasileira para Portugal foi de 247.952 libras, equivalentes a 10:106 contos, contra 253.423 libras e 10:437 contos em igual periodo do ano anterior, ou seja, portanto, um maior saldo na Balança Comercial em 1928, a favor do nosso país, de 431 contos, que, adicionados aos 11:218 que exportámos a mais neste ano, dá o total dt 11:649 contos como sendo o aumento da referida Balança Comercial nos 9 primeiros meses de 1928, como favoravel a Portugal.

Como se nota, a média anual do quatrienio — 1924-27 — foi de 416.000 libras, ligeiramente superior á do quatrienio da guerra — 1914/18 — que não ultrapassou 407.037 libras. Ainda assim estas médias anuais são bastante superiores ás de antes da guerra que, no periodo 1901/13, não ultrapassaram 294.477

libras, como sendo o que o Brasil exportava para Portugal em cada ano.

Como se constata, estatisticamente, os produtos do Brasil, mercê de varias causas, entre as quais é justo notar-se a da relativa estabilização da população portuguesa comparada com o aumento progressivo da brasileira, é que continuam a não encontrar tão boa praça em Portugal como os produtos portugueses sempre encontraram no Brasil — tudo ao contrario do que é voz corrente, e da qual a Camara P. C. e I. de S. Paulo se faz interprete — *apesar da igualdade de tratamento aduaneiro em vigor nos dois países* (1).

O articulista do Boletim da Camara — não posso precisar com que intuitos, mas certamente com os de lançar para cima dos Governos portugueses, ou melhor dizendo, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, com culpas que exclusivamente lhes não pertence, como já vimos e continuaremos a vêr — comete a «gaffe» de insinuar que o Brasil não concede a Portugal um tratamento aduaneiro idêntico ao que concede aos demais países nossos concorrentes nos seus mercados! Repito, só a sua má vontade, ou fobia, contra os Governos Portuguezes é que pode explicar tal insinuação, porquanto não se admite a sua ignorancia em relação a um assunto cujo prévio conhecimento é fundamental a quem se arroja a tratar destes assuntos. Há poucos meses, dando-lhe o necessário relevo, a Imprensa annunciou a aparição do Boletim VIII, dos Serviços Economicos e Comerciais do Ministerio das Relações Exteriores — em tão boa hora entregues pelo eminente titular desta pasta á alta competencia do Ministro dr. Helio Lobo — inteiramente consagrado a «O Regime aduaneiro do Brasil e os Tratados de Comercio», facto este que mais agrava a parcialidade, ou ignorancia do articulista da Camara de C. de S. Paulo (2).

As principais causas do declinio da exportação brasileira para Portugal — no decorrer do actual periodo (1924-1927) comparado com o anterior (1919-1923), mas ainda assim bastante superior aos anteriores a 1919 — devem procurar-se: na *similitude da sua produção com a colonial portuguesa*, que não pode prescindir dos mercados metropolitanos, onde, presentemente, não encontra uma tão grande competencia, por motivo dos elevados direitos alfandegarios que incidem sobre os produtos homologos de origem estrangeira; no *elevado custo* porque ficam em Portugal certos produtos brasileiros,

---

(1) Vidè quadro estatístico n.º 6.

(2) Vidè parte final deste Capitulo.

em concorrência com os doutras origens; e ainda no *reduzido volume da sua exportação* em relação a determinados productos que Portugal poderia adquirir nos mercados brasileiros.

\*

\*      \*

Tambem uma só má vontade critica é que poderá amplamente justificar os seguintes periodos respeitantes á emigração portugueza para o Brasil:

«Estamos na misera condição de exportar, apenas, em grande escala, o producto que a Civilização, teoricamente, aboliu dos mercados — a Gente.

«E esse mesmo, santo Deus! chega aqui tão *mal acondicionado* que os mercadores o tomam sempre, e com sobras de razão, por generos de terceira qualidade».

Os comentarios que tão inoportunas considerações merecem, não cabem a dentro do principal tema desta despretençiosa palestra, visto tal assunto se afastar muito do mesmo tema. Se a estes periodos me refiro é sómente por os mesmos se encontrarem intercalados com outros que se não afastam do tema que originou esta.

\*

\*      \*

Somos chegados a uma das afirmações, que, parcialmente, se pode reputar como injusta.

Pregunta o articulista: «De quem é a culpa da nossa precaria situação comercial no Brasil?». Imediata e desenvoltamente responde: «Só de Portugal. Só dos Governos Portuguezes». Vejamos até que ponto se poderá tornar justa tal apreciação critica.

Ha quasi dois anos editei um modesto trabalho — que em forma de livro se encontra publicado e que gratuitamente foi distribuido — sob a denominação «Interesses economicos luso-brasileiros». Depois dum exaustivo trabalho de estatistica comparada, baseado nas estatisticas officiais portuguezas e brasileiras — e aproveito esta oportunidade para, indirectamente, responder ao seu unico, inepto e verrinoso critico, que as estatisticas se não inventam (*ou subscrevem*, como já o fez, quando efectuadas pelas estancias officiais), mas podem

e devem ser comparadas entre si — cheguei á conclusão de que é absolutamente inviável um tratado de commercio luso-brasileiro. Nesse livro se encontram suficientemente justificadas as causas dessa inviabilidade. No entanto, vou sumariamente repeti-las, para sua maior divulgação, visto que ainda ha bastantes pessoas que têm obrigação de as não ignorar, para, assim, não se aumentar a confusão que por vezes se nota no espirito doutras.

Como então demonstrei e no decorrer desta palestra já ficou igualmente demonstrado, Portugal tem visto diminuir a sua exportação para o Brasil, não por motivo da falta dum tratado de commercio, mas simplesmente por a capacidade aquisitiva-externa dos mercados brasileiros, em relação ás mercadorias que para os mesmos exportamos, tem diminuído por motivos estranhos á vontade da maior parte dos seus exportadores, que muito se têm esforçado, e dos Governos portuguezes, que se não têm mantido inactivos. Mais se constata que, apesar dessa enorme diminuição da capacidade aquisitiva externa, sómente demonstrativa do grande progresso das forças produtoras brasileiras, baseado num proteccionismo «á outrance», em regra o nosso país mantém a sua posição-relativa que occupava antes da Grande Guerra, representada pelas elevadas percentagens com que continua contribuindo para o total quantitativo da importação geral brasileira dos referidos productos. Igualmente se constata, e duma maneira insofismavel, que Portugal não tem sido batido pela concorrência dos demais países fornecedores do Brasil em relação aos principais productos da sua exportação para este país. Este facto reputo-o duma importancia fundamental, pois vem justificar a aparente inercia da nossa diplomacia (1).

No anno findo — 1928 — a proporção entre as compras de Portugal ao Brasil e as suas vendas, deve ser, aproximadamente, de 1 para 5, ou seja de 20 para as compras em relação a 100 para as vendas. Antes da Grande Guerra, como já anotei, essa proporção foi de 12,9 em relação a 100 para as nossas vendas. Presentemente, só ha um fornecedor do Brasil que ligeiramente nos ultrapassa nessa proporção: é a Inglaterra, que, apesar da grande concorrência que os Estados Unidos lhe estão fazendo nos mercados brasileiros, ainda consegue sómente comprar 18 por cento do que vende ao Brasil.

---

(1) Vidê Capitulo II da 3.ª Parte.

Outra das causas da inviabilidade dum Tratado de commercio luso-brasileiro consiste na similitude da nossa produção colonial com a brasileira (1), o que nos impede de buscar as necessarias condições de reciprocidade, a conceder para uma equitativa elaboração de tais instrumentos diplomaticos.

Outra das principais causas dessa inviabilidade é representada pela *clausula de nação mais favorecida* que a Espanha ficou gozando, mercê do seu accordo commercial com o Brasil, assinado em 1924. Desta maneira, qualquer beneficio de ordem aduaneira que Portugal pudesse obter — e esse mesmo nunca poderá ser, e só em circumstancias muito exceptionais, superior a 20 por cento sobre os direitos que presentemente as suas mercadorias pagam nas alfandegas brasileiras — revertiria exclusivamente em beneficio dum dos maiores concorrentes com que conta no mercado brasileiro e em pura perda, portanto, das nossas colonias, que, reflexamente, seriam as mais prejudicadas.

A ultima e mais importante causa dessa inviabilidade, consiste na orientação da actual politica economica do Brasil nas suas relações internacionais, iniciada com a assinatura do seu accordo commercial com os Estados Unidos, em 18-10-923 e consolidada pela lei n.º 5.353, de 30-11-927.

Pelo que sinteticamente acabo de expôr, Portugal tem que procurar noutros campos os factores necessarios para o fomento da sua exportação, especialmente para o Brasil. E, assim, aos Governos cabe o principal papel de auxiliar e de orientador do nosso commercio de exportação, como é logico. Deve, portanto, e imediatamente, padronizar (standardizar) a nossa exportação — reduzindo e definindo as marcas e tipos comerciais, criando e garantindo a manutenção da chamada «marca nacional» e fiscalizar a genuinidade e a embalagem dos productos exportados, adoptando processos identicos aos postos em pratica pelo governo italiano. Seguidamente, deve montar um serviço de Expansão Economica analogo ao que no Brasil já está produzindo bons resultados; e, externamente, deve officializar as Camaras de Comercio, dando-lhe os necessarios meios de acção para se coibir certos abusos que ainda se notam nos mercados consumidores dos productos da exportação portuguesa. Esta actuação, assim sinteticamente enunciada, deve completar-se com a criação e organização de premios, credito e seguro de exportação, bem como a sobreposição ou igualdade das cotações do escudo — a official e a do mercado livre. Em suma, o Estado deve prestar ao expor-

---

(1) Vidê quadro estatístico n.º 5.

tador a necessaria e urgente assistencia tecnico-financeira, tornando-a, simultaneamente, extensiva ao produtor.

Mas não é só aos Governos que cabe a principal tarefa; é, especialmente, aos exportadores que ela cabe no seu mais elevado grau. Felizmente que os exportadores portuguezes para o Brasil, como já disse, e segundo noticias recentes, resolveram agremiar-se, sob a elevada competencia do seu prestigioso consocio dr. Antonio Soares Franco, tendo já solicitado do Governo a necessaria autorização para a cobrança dum adicional sobre a exportação, destinado á propaganda da mesma, especialmente, nos mercados brasileiros. Quero crer que os exportadores, com essa proposta, pretendem substituir-se, parcial, senão totalmente, á actuação do Estado, que, desde 1921, vem cobrando o pesado imposto consular sobre a importação, destinado aos serviços da Expansão Economica, os quaes, até hoje, nem um simples *Boletim Commercial* conseguiram editar, por não disporem de verba, nem sequer para expediente! E' justo salientar-se que a Reforma do Ministerio dos Estrangeiros que criava tais receitas, foi suspensa sómente na parte que dava applicação economica ás mesmas!!!

A actuação dos exportadores, sob os seus variados aspectos, e a exemplo dos Mandamentos da Lei de Deus, tambem se deve resumir em dois, que são fundamentais para o seu completo exito: HONESTIDADE, dando cumprimento estrito ao que convencionarem, porquanto variados queixumes tenho ouvido nesse sentido contra alguns deles; e TECNICA, adoptando todas as inumeras e efficientes armas de caracter economico de que lançam mão os seus concorrentes mais em contacto com o Progresso, e cujo conhecimento está, por demais, vulgarizado, para que na sua enumeração se deva insistir. Torna-se, portanto, necessario «moralizar para valorizar». Bem entendido que esta actuação tem de ser efficientemente amparada pela elaboração industrial, dentro do país, dos productos exportaveis e ajudada não só pelo melhora-mento dos meios de transporte terrestres como por uma perfeita aparelhagem dos portos de embarque, conjugada com o desenvolvimento da marinha mercante nacional.

Chegou, portanto, a oportunidade de externar a minha opinião sobre o debatidissimo e sempre oportuno problema da criação duma *carreira de navegação portuguesa para o Brasil*.

Recentemente, em 23 de Dezembro ultimo, o conceituado jornal *Patria Portuguesa*, publicou uma entrevista que lhe concedi após o meu regresso da Argentina, Uruguai e Estados do Sul, na qual externei o que se me afigura dever fazer-se para, praticamente, se solucionar tão debatido problema,

bem entendido que só em relação a um dos seus variados aspectos — o que respeita, especialmente, à *carga de mercadorias*.

Cifra-se essa minha opinião no seguinte: Se os incorporadores da projectada Companhia se mantiverem no restrito objectivo de limitar o terminus da desejada linha de navegação aos portos brasileiros, melhor será não pensarem mais nessa solução que nos levaria, fatalmente, a mais um fracasso a juntar á série iniciada em 1854 pela Companhia Luso-brasileira, seguida por duas tentativas da Mala Real Portuguesa e ha poucos anos, ainda, pelos *Transports Maritimos do Estado*.

Nestas condições, muito melhor será, como sendo o menor dos males, conceder ao Lloyd Brasileiro determinadas facilidades, mediante um Tratado de Navegação a firmar-se entre os dois Governos — o Português e o Brasileiro, hoje o quasi unico proprietario dessa Companhia — e pelo qual a mesma Companhia de Navegação ficaria habilitada a conceder frêes especiais, que, simultaneamente, favoreceriam a exportação portugueza para o Brasil e a brasileira para Portugal, sem dar motivo a reclamações dos elementos coloniaes portuguezes, por não haver necessidade de mexer nas pautas aduaneiras dum e outro país.

Entretanto, se os referidos incorporadores resolverem prolongar a projectada linha de navegação até os portos argentinos, onde os mossos navios iriam buscar a necessaria carga de retorno, constituida pelas vultuosas compras de trigo que effectuamos na Argentina e as quais, em tonelagem, atingem pelo menos 3 vezes o total-anual da nossa exportação para o Brasil, então afigura-se-me como mais viavel a solução do problema da navegação portugueza para a America do Sul e não sómente para o Brasil (1). E se essa orientação se completar com a adopção de navios utilizados com amplas e modernas camaras frigorificas para o transporte alternado das nossas saborosissimas frutas e das carnes que precisamos importar da America do Sul para suprir as deficiencias da nossa industria pecuaria — depois de bem preparado o nosso meio ambiente consumidor — bem como com installações apropriadas ao acomodamento dos nossos emigrantes — tornando

---

(1) Segundo informações que me prestaram em Buenos Aires a Companhia de Navegação dirigida pelo sr. Al. da Silva, está explicitando com certa regularidade uma linha de navegação, com vapores de carga, dos portos do Mar do Norte aos argentinos, sem tocar nos portuguezes e brasileiros.



no todo ou em parte, applicavel ao seu transporte o que, semelhantemente, consta da legislação italiana (e na adopção desta medida é que se me afigura residir a sua principal, senão unica, condição de exito) — então, a solução do problema mais viavel se nos apresenta pelas relativas facilidades que se nos oferece de nacionalizar, no todo ou em parte, os fretes do commercio luso-sul-americano e bem assim as passagens pagas pelos mossos emigrantes que se dirigem áquelas paragens.

O que deveras urge é adoptar-se, em relação á nossa Expansão Economica, a orientação verdadeiramente pratica que o Brasil já iniciou, e cujo programa sintetico se deve cifrar no seguinte: «organização nos principais centros de consumo dos nossos productos, dum serviço utilitario, pratico, commercial, anti-burocratico, de propaganda; não só de informações, mas com o caracter nitidamente, francamente commercial — como se todo esse grande serviço colectivo nada mais fosse do que uma enorme casa commissaria, pondo em contacto permanente os importadores estrangeiros com os exportadores nacionais».

\*

\* \* \*

Resumindo tudo o que fica dito, direi: as culpas que o articulista do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo attribui exclusivamente aos portuguezes e, em especial, ao Governo portuguez — neste caso representado pelos seus agentes diplomaticos e consulares — não são absolutamente justificaveis, como se acaba de ver. Nestas condições, façamos todos acto de contrição e tratemos de combinar os nossos esforços isolados em prol do objectivo comum: o fomento da exportação portuguesa. O tempo mal chega para trabalhar praticamente, quanto mais para o desperdiçar em polemicas ou criticas, inuteis e sempre contraproducentes. Optimo sintoma de que por este caminho se pretende enveredar, assim se pode considerar a eleição da nova Directoria da Camara Portuguesa de Comercio do Rio de Janeiro, da qual muito ha a esperar, visto ser constituída por um grupo de novos, dotados de todos os requisitos necessarios para vencer, como todos já deram suficientes provas na sua vida commercial. A criação, em Lisboa, da Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil constitui, igualmente, um outro optimo sintoma. Da actuação destes dois organismos muito ha-de resultar de benefico, no sentido indicado.

Termina a referida Camara de Comercio (ou o articulista do seu Boletim) as suas considerações, que me serviram de tema para esta desprezenciosa palestra, repito, por dizer:

«Ainda ha pouco o sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Octavio Mangabeira, agradecendo uma homenagem dos portugueses, do Rio de Janeiro, se manifestou favoravel a um entendimento economico com Portugal».

Não tenho presente o texto, ou sequer o resumo, do discurso de s. ex.<sup>a</sup>, nem tão pouco me foi dado o prazer de assistir a tão justa homenagem que os nossos patricios lhe prestaram. Confio, portanto, no relato que acabo de transcrever. E, sendo assim, só cabem louvores a s. ex.<sup>a</sup> por demonstrar um exacto e absoluto conhecimento da orientação que ha a imprimir ás futuras relações economicas luso-brasileiras. Presentemente, as mesmas não passam do campo da simples permuta de productos, caracterizada por um grande e tradicional desequilibrio da respectiva Balança comercial, em favor de Portugal, que, ao contrario do que succedeu em 1923, presentemente está comprando ao Brasil pouco mais de 20 por cento do que lhe vende, como já vimos. Entretanto, torna-se oportuno constatar que antes da Grande Guerra, como tambem já vimos, isto é, no periodo 1901-1913, Portugal vendeu ao Brasil a média-anual de libras 2.201.248 e comprou sómente, libras 285.160, ou seja a percentagem de 12,9 %, muito menor, portanto, que a actual de 23, pouco mais ou menos (1). Esse desequilibrio é, principalmente, motivado pelas causas já mais atrás apontadas, acrescidas da circumstancia do poder aquisitivo dos mercados portugueses se manter estavel, em função do reduzido aumento da nossa população, tão ao contrario, repito, daquele que a população brasileira tem tido no mesmo periodo de tempo — respectivamente meio milhão, para 15 milhões.

Por um singular paradoxo, a concorrência colonial portuguesa com a brasileira — combinada com a admiravel localização das nossas Colonias, oferecendo excelentes bases comerciais para a expansão economica brasileira — é que deve ser o elo de ligação entre os interesses economicos portugueses

---

(1) Vide parte final deste Capitulo.

(que entre si são tão concordantes) com os seus similares brasileiros, a exemplo do que communmente succede entre duas casas comerciais concorrentes, que, de duas uma, ou se guerreiam na conquista e na manutenção da clientela mutua, ou se associam para esse objectivo.

Ora o espirito associativo, ou sindicalista, dada a extraordinaria complexidade e dinamismo da vida actual, está absolutamente na ordem do dia, e apresenta-se-nos, na pratica, sob diversas modalidades, entre as quais sobressaem os chamados «carteis», tão em voga no campo economico e já tentados com grande exito entre a França e a Alemanha, em relação a determinados productos da sua produção e exportação. Eis aqui, portanto, e em meu entender, a chave da politica economica luso-brasileira — a «cartelização» da produção colonial portuguesa com a brasileira.

Inumeras são já, as mais prestigiosas personalidades que no Brasil e em Portugal têm abordado e estudado este momentoso assunto. Iniciei, mesmo, esta palestra pela citação dum dos mais interessantes trabalhos sobre o referido assunto. Tambem eu, para não fugir á regra, já tive a pretensão de o abordar, para o que ha dois anos editei o livro, a que já tive oportunidade de me referir. Nesse trabalho, a seguir á demonstração da inviabilidade dum acordo ou tratado de commercio, coordenei e sistematizei as opiniões dessas individualidades — entre as quais é justo destacar-se, pela sua intelligencia e constancia, o sr. dr. Bettencourt Rodrigues, penultimo ministro dos Negocios Estrangeiros, personalidade bem conhecida pelo seu devotamento ao Brasil — seguindo-se-lhe a necessaria demonstração das bases em que, possivelmente, deve assentar o preconizado convenio economico luso-brasileiro. Num novo trabalho, a editar proxivamente — e para cuja obtenção dos necessarios elementos novamente me pus a caminho deste acolhedor e promissor país — tentarei demonstrar, praticamente, através da insofismavel verdade dos numeros, concretizados em trabalhos estatisticos, especialmente coordenados para o efeito, qual a viabilidade e a vantagem dessa preconizada politica economica luso-brasileira, baseada na associação da produção homologa do Brasil com a das Colonias Portuguesas, para a conquista e manutenção dos seus mercados externos mutuamente consumidores».

De então para cá, ligeiras têm sido algumas das modificações de ordem economica, possivelmente a tomar em linha de conta. Porém, algumas dessas considerações, especialmente as respeitantes á politica colonial e internacional, é que se têm desenvolvido num sentido que sómente reforçam

outras que são as justificativas das bases propostas para esse convenio economico luso-brasileiro, e as quais só comprovam a visão dessas personalidades que o têm preconizado.

Por todas estas razões, e ainda porque esta palestra já vai demasiado longa, não me assiste o direito de vos roubar o vosso precioso tempo. Além disso, a vastidão da materia e um pouco a sua complexidade, afastam estes novos aspectos da politica economica luso-brasileira do tema principal desta palestra, que se reporta exclusivamente á politica comercial entre os dois países irmãos.

Para terminar, e antes das suas conclusões, resta-me sómente deixar registada a satisfação de se poder constatar que o prestigioso chanceler brasileiro, ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Octavio Mangabeira, se manifesta favoravel ao inicio das «démarches» necessarias para se levar avante o preconizado convenio economico luso-brasileiro. Que, nesta patriótica orientação, os portugueses deste lado do Atlantico lhe facilitem a missão, colaborando, incondicionalmente, com os que residem nos Territorios da Mãe-Patria e que todos, irmanados com os seus verdadeiros irmãos, os brasileiros, no decorrer deste promissor quadriennio do grande Amigo de Portugal, ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Washington Luis — que no campo economico financeiro restituiu ao Brasil a necessaria pacificação, estabilizando a moeda nacional e equilibrando o orçamento federal — se possam lancar os alicerces dessa formídavel obra que ha-de fundir a raça lusiada num só aglomerado de interesses economicos, espalhados pelas cinco partes do mundo, numa superficie total superior á da Europa, ou seja nos territorios onde se fala a lingua comum.

Que o recente exemplo da Inglaterra, transformando o seu imenso Imperio numa unidade economica, nos sirva de guia e de farol no caminho a percorrer para se chegar a bom termo.

\*

\*      \*

Seguem-se as conclusões dessa palestra, que são analogas ás que finalizam este trabalho.

\*

\*      \*

Ligeiras correcções se torna necessario efectuar e algumas passagens dessa minha palestra, motivadas pelo

conhecimento e dedução dos elementos estatísticos referentes ao ano de 1928, visto naquele momento (18-2-929) ainda os mesmos se não encontrarem devidamente coligidos.

Essas correções, de resto, facilmente o leitor as poderá fazer em face dos quadros estatísticos n.ºs 1 e 2, adoptando o raciocínio expresso nos Capítulos I e II da 1.ª Parte deste trabalho, não devendo as mesmas correções, entretanto, alterar sensivelmente, as deduções constantes da referida palestra atendendo-se, especialmente, às flutuações de ordem interna que *periodicamente affectam a produção e o commercio de exportação dos nossos productos agrícolas*. Desta maneira, e nas suas linhas gerais, as mencionadas deduções ou conclusões mantêm-se em relação ao ano de 1928. Evidentemente que, *correndo mal o ano agrícola, ou não mantendo, a pesca marítima, a eficiencia dos anos normais*, os nossos produtores e exportadores não poderão fazer milgres e, fatalmente, terão que ser batidos, embora em relação aos mercados brasileiros, como já vimos — o sejam temporariamente. E só assim se explica que, em 1928, ao contrario do que succedeu com a exportação das conservas de peixe (sardinhas e não especificadas) e dos vinhos e do azeite subisse extraordinariamente, tendo sido a deste ultimo produto a mais elevada, quer em volume quer em percentagem, jamais registada. Entretanto, quer a Italia quer a Espanha, tambem viram aumentado o volume da sua exportação, embora as respectivas percentagens tivessem declinado em favor das respeitantes a Portugal. Torna-se justo, portanto, atender prévia e devidamente a certos factores, alguns de ordem meteorologica, contra os quais a vontade dos homens pouco ou nada vale.

E, tamem, só assim se justifica que as percentagens correspondentes á exportação dos nossos productos sofram constantes oscilações, ora para cima, ora para baixo, pelo que se deduz que nem sempre são provocadas pela concorrência que outros países lhes fazem nos mercados brasi-

leiros, especialmente. E' certo que essa concorrência se pode e deve contrabalançar, para o que basta, sómente, contrabatê-la com as mesmas armas adoptadas por esses nossos concorrentes.

Para se bater eficazmente o espirito de rotina e, porventura, o da desonestidade (de que o Marquês de Pombal já bastante se queixava, no seu tempo) muito ha a fazer no nosso país. Essa tarefa, evidentemente, compete ao Estado que, além de exercer a sua actuação educativa através os seus elementos tecnicos, por forma a eliminar o espirito de rotina, deve urgente e eficientemente fiscalizar a exportação, adoptando as severissimas medidas postas em vigor, especialmente, pelos governos italiano e espanhol, já não falando no brasileiro. A estas medidas se refere a ante-penultima transcrição constante do Livro II.

Desta maneira, esse espirito de desonestidade que caracteriza certos produtores e exportadores — notavelmente desenvolvido por toda a parte, como se nota pela adopção dessas severas medidas preconizadas — tambem se conseguiria eliminar.

Assim se chegaria a neutralizar a perniciosa actuação dos homens. Quanto á da Natureza, tambem se conseguiria amoldá-la um pouco mais ás nossas mais instantes necessidades, adoptando-se uma eficiente politica agraria e hydraulica, de forma a corrigir-se, tanto quanto possível, as condições mesologicas, bastante irregulares em Portugal.

## 2 — *Apreciações effectuadas pelo Consul de Portugal em S. Paulo*

Reduzido o alcance das ousadas afirmações do articulista do Boletim da Camara de Comercio de S. Paulo a limites que se me afiguram ser os mais razoaveis, chegou o momento de transcrever as conclusões a que chegou o operoso Consul de Portugal, dr. J. A. de Magalhães, na mesma cidade, expressas no seu interessante Relatório Consular referente a 1928.

Atribui esse funcionario o estagnamento da exportação portugueza para o Brasil ás seguintes causas:

1.<sup>a</sup> *Falta dum Tratado de Comercio;*

2.<sup>a</sup> *Fretes exagerados das Companhias estrangeiras, por motivo de ausencia da navegação nacional;*

3.<sup>a</sup> *Falta de propaganda, derivada, em parte, das elevadas taxas postais e telegraficas portuguezas e, principalmente, ao velho criterio da maior parte dos exportadores portuguezes que julgam como bastante um artigo ser bom para se acreditar no mercado, quando, na moderna luta comercial, o reclame e a propaganda, juntos com a apparencia do produto, são ainda mais poderosos factores do que a propria qualidade do artigo;*

4.<sup>a</sup> *A pouca attenção prestada ás embalagens por alguns exportadores portuguezes.*

No decorrer deste despretençioso trabalho creio ter ficado sufficientemente demonstrada a desnecessidade e a inviabilidade da 1.<sup>a</sup> causa — «Falta dum Tratado de Comercio». Entretanto, volto a chamar a attenção do leitor para as principais causas que justificam a diminuição da exportação portugueza para o Brasil e as quais são as seguintes:

1.<sup>a</sup> *Redução do poder de compra dos mercados brasileiros em relação aos externos, devido ao grande desenvolvimento da produção nacional, justificado, especialmente, pela causa imediata;*

2.<sup>a</sup> *Extraordinario agravamento aduaneiro que pesa sobre a importação no Brasil, que, por exemplo, no caso dos vinhos comuns — o mais valioso produto da nossa exportação para o Brasil — chega a atingir de 5 a 6 vezes mais as despesas que constituem a differença entre os seus preços F. O. B. e C. I. F., na qual se encontram incluidos os fretes maritimos;*

3.<sup>a</sup> *A campanha abolicionista — no caso restrito das bebidas alcoolicas, que constituem quasi metade do valor*

total da nossa exportação para o Brasil — que os médicos iniciaram e tenazmente mantêm e a qual, conjuntamente com o enorme agravamento aduaneiro, levaram a maioria dos consumidores a substituir essas bebidas pelos refrigerantes e cervejas;

4.º As causas mencionadas pelo Consul de Portugal em S. Paulo em 3.º e 4.º lugares, e de que todos os importadores — á excepção das taxas postais e telegraficas — já se queixavam no Inquerito realizado pela Camara Portuguesa de Comercio do Rio de Janeiro, em 1916, sob a competentissima orientação do então Consul Geral, sr. dr. Alberto de Oliveira, e de que, ainda hoje, infelizmente, se queixam, em relação a uma parte dos exportadores.

Estas é que se me afiguram, presentemente, serem as causas fundamentais, e não a incidencia dos fretes marítimos (como já ficou demonstrado) e a falta dum Tratado de Comercio, que, *para se levar a efeito com eficiencia*, seria preciso, préviamente, succederem-se os seguintes factos:

1.º *Deixar de existir a natural protecção que beneficia a entrada dos productos coloniais portugueses nos mercados metropolitanos*, facto este que delimita extraordinariamente a concessão das necessarias condições de reciprocidade a países de produção homologa;

2.º *Deixar de existir no accordo comercial hispano-brasileiro a clausula condicional e restritiva de nação mais favorecida*, facto este que tornaria, automaticamente, extensiva á Espanha — o país que maior concorrência nos faz, por a sua produção ser igual á nossa — qualquer beneficio que possivelmente obtivessemos do Brasil á custa dos legitimos interesses das nossas Colonias;

3.º *Deixar de existir os motivos que orientam a actual politica aduaneira do Brasil*, que tem por objectivos: *financeiramente*, promover rendas para o fisco, e *economicamente*, proteger a industria nacional;



4.º *Deixar de subsistir, também, o principio dominante da politica comercial brasileira, acentuatadamente proteccionista, que é norteado pela concessão da clausula de nação mais favorecida a todas as nações,* pelo que o regime aduaneiro do Brasil «mantem igualdade de tratamento para todos os productos que concorrem aos seus mercados, sem distincção de procedencia».

\*

\* \*

Em face do que fica expresso, não me parece que o Brasil, só por motivos de ordem sentimental ou affectiva — *como succedeu, em dado momento, com a Belgica* — modifique a actual orientação da sua politica comercial, applicando-nos um regime aduaneiro que nem os Estados Unidos gosam — apesar de serem compradores de quasi metade do valor da sua exportação geral — por estarem subordinados ao regime geral.

O Brasil, segundo a opinião do competentissimo e conceituado organizador dos Serviços Economicos e Comerciais do Ministerio das Relações Exteriores, o ministro sr. dr. Helio Lobo, «não pode fazer reduções especiais para nenhum país, sob pena de comprometer a sua economia internacional e criar ressentimentos com esse regime de desigualdade. Nenhuma nação agraria ou industrial jamais chegou a bons resultados por esse processo. O caminho é o do tratamento igual a todos, sem favor a ninguém. Com receio, porém, da tributação sobre o café o Brasil aquiesceu, durante cerca de 20 anos, a conceder 30 por cento de redução de direitos ás farinhas norte-americanas e 20 por cento a outros artigos daquela procedencia. A isenção do café em geral; não só nos beneficiava, e provinha, como provém ainda hoje, de ser um artigo de grande acolhimento, cada vez mais consumido e não produzido pelo país. Mas esse regime, verificaram os proprios Estados Unidos da America, não os satisfazia, de modo que passaram ao de igualdade, por determinação da

Tarifa de 1923. A nenhum país dão, a nenhum país pedem, agora, favores especiais.

«O acordo com o Brasil é ali apontado como o antecedente sugestivo, de que surgiu a orientação actual. Na vigencia dele, pediu-nos a Argentina igual redução e não a podemos satisfazer. Estendido tambem por nós, em 1920 á Belgica, por ocasião da visita dos seus soberanos, pouco durou pelos tropeços que nos criou geralmente.

«De modo que o unico acordo equitativo do Brasil e

com os Estados Unidos da America, por trocas de notas de 18 de Outubro de 1923, segundo a qual **TODA A DIMINUIÇÃO DE DIREITOS AGORA CONCEDIDÕS, OU QUE POSSA VIR A SER CONCEDIDA, PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE ÔU PELO BRASIL, POR LEI, PROCLAMAÇÃO, DECRETO, TRATADO OU AJUSTE COMERCIAL, AOS PRODUTOS DE QUALQUER PAÍS, SE TORNARÁ' IMEDIATAMENTE APLICAVEL, INDEPENDENTEMENTE DE PEDIDO E SEM COMPENSAÇÃO, AOS PRODUTOS DO BRASIL OU DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE, RESPECTIVAMENTE, AO SEREM IMPORTADOS NO OUTRO PAÍS».**

A titulo ilucidativo vou, simplesmente, transcrever os numeros representativos do intercambio comercial do Brasil com os países citados pelo sr. dr. Helio Lobo, no decorrer da sua notavel conferencia, realizada no começo deste ano na Associação Comercial de S. Paulo, acrescidos dos que comparativamente respeitam a Portugal e á Espa-

| PAIZES                   | Compraram ao Brazil em ££ |            | Venderam ao Brazil, em ££ |            |
|--------------------------|---------------------------|------------|---------------------------|------------|
|                          | 1927                      | 1928       | 1927                      | 1928       |
| Estados Unidos.....      | 40.981.998                | 44.273.317 | 22.843.375                | 24.089.750 |
| Argentina .....          | 3.339.964                 | 5.783.530  | 9.479.682                 | 10.481.429 |
| Belgica .....            | 2.471.586                 | 2.671.882  | 3.200.412                 | 3.572.774  |
| Espanha.....             | 695.512                   | 624.439    | 717.894                   | 877.122    |
| Portugal.....            | 963.398                   | 431.023    | 1.487.343                 | 1.857.946  |
| Vendas totais do Brazil  | 88.688.823                | 97.426.148 | —                         | —          |
| Compras totais do Brazil | —                         | —          | 79.631.046                | 90.668.685 |

nha, bem como os totais gerais das suas vendas e das suas compras, nos anos de 1927 e 1928, em moeda inglesa.

Creio que a atenta observação destes numeros e dos antecedentes, conjuntamente com a cuidada meditação c'as considerações effectuadas pelo sr. dr. Helio Lobo, serão suficientes para que certo «realejo» com «fumaças de diploma» que dogmaticamente se arrogou o exclusivo de tratar (ou complicar?) os assuntos economicos luso-brasileiros, se cale de vez e trate doutro officio mais rendoso que o de «tocar rabecão, sendo «sapateiro», em companhia doutro «economista amator» que afina pelo mesmo diapasão, certamente «na doce esperança da reciprocidade», em vez de tratar de cavalos em que, valha a verdade, se não tem revelado tão «milliciano» como nestes assuntos. Contra os factos, representados pelos numeros e pelas considerações expostas, nada podem os argumentos de qualquer curioso, com pretensões a orientador da opinião publica.

\*

\* \* \*

Quanto á segunda causa mencionada pelo Consul de Portugal em S. Paulo, não se me afigura que a mesma seja dominante, em face da enorme tributação aduaneira que sobrecarrega a importação no Brasil. O quadro estatístico n.º 3 é suficientemente concludente sobre a relativa importancia que os fretes maritimos possam exercer como causa dominante no fomento da exportação portuguesa para o Brasil. Infelizmente, a consagrada frase «uma carreira de navegação para o Brasil vale por um Tratado de Comercio» já fez epoca. Foi antes da guerra. Hoje, em face dos chamados «nacionalismos economicos», perdeu a sua verdadeira significação.

Em relação ás duas ultimas causas citadas pelo Consul em S. Paulo, concordo que são, de facto, aquelas que se apresentam como dominantes e, como tal, frequen-

temente mencionadas em todos os escritos sobre o assunto. Já no admiravel «Inquerito para a expansão do commercio Português no Brasil», organizado pela Camara Portuguesa de Comercio e Industria do Rio de Janeiro, em 1916, sob a alta e esclarecida orientação do então Consul Geral de Portugal no Rio, sr. dr. Alberto de Oliveira, se fazia uma série de recomendações aos nossos exportadores, entre as quais avultam as já citadas, que, felizmente, em relação a bastantes dos exportadores, têm sido postas em prática. Entretanto, torna-se aconselhavel a insistencia, para que mais uma vez se justifique o ditado «agua mole em pedra dura, tanto bate até que fura...».

Só os queixumes que ouvi e os exemplos justificativos que me mostraram, davam para realizar uma outra palestra mais longa que aquela que originou este trabalho! Justificam e aconselham, portanto, a ida duma missão economica ao Brasil, a exemplo do que o Inglaterra acaba de fazer, e do que a Espanha planeja.

\*

\*      \*

Para terminar esta longa 3.<sup>a</sup> Parte, resta-me, sómente, abordar algumas considerações sobre a Balança Commercial luso-brasileira, no decorrer do seculo actual, baseada na disparidade que resulta da comparabilidade das estatisticas comerciais portuguesa e brasileira.

## CAPITULO II

### Balança comercial luso-brasileira

#### 1 — *No decorrer do seculo XX*

Repetindo as considerações iniciais desta 3.ª Parte, volto a afirmar que é sómente devido á falta de elementos estatísticos, especialmente comparados, que a incerteza paira sobre a solução a imprimir-se ao problema das relações comerciais luso-brasileiras. Bem entendido que nunca tive a preocupação, nem tão pouco a veleidade, de pôr o problema em equação. Este trabalho, como se lê na capa, não visa a outro objectivo que não seja o de amontoar «alguns subsidios para a sua melhor apreciação e orientação». Os competentes e os interessados que o resolvam, terminando-se, assim, com uma situação, caracterizada pela incerteza, e que já dura ha perto de 40 anos, segundo me parece. Entretanto, será bom notar-se que os nossos mais consagrados negociadores, diplomatas e homens de Estado, nunca lhe encontraram uma solução. E, em face dos subsidios neste trabalho acumulados, não me parece que venha a competir aos diplomatas o principal papel no fomento do intercambio comercial luso-brasileiro. No entanto, como existe *um diplomata manquée*, com a velei-

dade de o resolver, aí ficam esses subsídios e mais os poucos que se seguem, conjuntamente com as sugestões efectuadas pelos exportadores para o Brasil aos poderes publicos.

\*

\* \*

Nesse intuito, organizei o ultimo quadro estatístico da série que se me afigurou ser necessario efectuar para melhor se atingir o objectivo que me propus. Esse quadro, o n.º 6, reporta-se á avaliação da «Balança comercial luso-brasileira», quer no decorrer do seculo actual, quer, mais detalhadamente, no decorrer do ultimo quinquenio.

Como imediatamente se nota, aquele lapso de tempo foi dividido em 4 periodos economicos que correspondem a outros tantos grandes acontecimentos historico-economicos, succedidos no decorrer destes ultimos 28 anos.

O 1.º Periodo decorre desde o cõmeço do seculo actual até ao fim do ano 1913, ultimo da chamada normalidade economica, que precedeu a eclosão da Grande Guerra. O 2.º Periodo reporta-se totalmente aos anos em que durou tal conflito armado, isto é, até ao armistício, que lhe pôs termo. O 3.º Periodo medeia entre o armistício e o ano 1923, caracterizado na historia economica brasileira não só pelo encerramento da Exposição Internacional do Rio de Janeiro (a qual foi uma estimulante revelação da progressiva capacidade produtora da Industria nacional) como pela assinatura do acordo comercial vigente entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada em 18-10-923, inicio da actual politica cõmercial brasileira. O 4.º Periodo, que está decorrendo, é o que se lhe segue, essencialmente caracterizado por um feroz nacionalismo economico que, valha a verdade, se muito tem contribuido para o desenvolvimento da produção brasileira, muito tem, tambem, contribuido para obrigar a *marcar passo* á exportação para os mercados do país irmão, apesar do grande e progressivo aumento da população brasileira — como se

nota pela observação da 1.<sup>a</sup> Secção do quadro estatístico n.º 1. E' preciso notar que o grande aumento havido nos dois últimos annos, quanto á importação geral brasileira, é proveniente, especialmente, da vultuosa importação de maquinaria e vehiculos, destinada, como é natural, a contribuir para o maior progresso da produção brasileira, pois não são artigos que se destinem ao consumo, pelo que levam, portanto, ser balanceados com outros identicamente considerados.

Uma vez assim orientada a elaboração do quadro estatístico n.º 6, facil se torna estabelecer as necessarias comparações. Para esse efeito agrupei, seguidamente, os respectivos elementos, colhidos nas estatisticas comerciais portuguesa e brasileira, tirando-lhes as indispensaveis médias e percentagens, para a sua melhor avaliação relativa. Observando se umas e outras, nota-se, entre si, uma enorme disparidade, originada sómente pelo enificiente metodo da valorização da exportação adoptado em Portugal, comparado com o que identicamente se adopta no Brasil.

Enquanto que no País irmão o sistema de valorização da sua exportação é devidamente controlado e obedece a regras que se não sofismam facilmente, no nosso país, como noutro trabalho já tive oportunidade de demonstrar (1), essa valorização, por causas que não vêm para o caso' é deixada ao arbitrio dos exportadores, que, como é humano, se defendem, tanto quanto lhes é permitido, da maior incidencia duma série de impostos; o que muito agravaria a situação daqueles que conscientemente declarassem o valor exacto das suas transacções. Como se nota, por esta sucinta explicação, a culpa deste ilogico estado de coisas compete *exclusivamente* ao Ministerio das Finanças, cujo eminente titular, segundo me consta e por parecer do conceituado Director Geral de Estatistica, se

---

(1) Vidè transcrição final da 1.<sup>a</sup> Parte do Livro II.

encontra decidido a pôr termo a tal anomalia, cujos perniciosos resultados se cifram numa errada interpretação da «Balança Comercial Portuguesa», por parte de todas as pessoas que lidam com as nossas estatísticas comerciais, se préviamente lhe não introduzirem o necessario coeiciente de correcção, que corresponde, evidentemente, ao da sonegação dos valores da exportação.

Quanto á importação, já essa sonegação não é tão pronunciada, senão impossivel, por ser controlada, logo de inicio, nas alfandegas dos países exportadores, simultaneamente com o «contrôle» dos consules portugueses que, no geral, são optimos zeladores dos interesses do seu país; completado pelo dos nossos funcionarios aduaneiros, a quando do seu despacho, como todos os importadores suficientemente conhecem e apreciam. Acresce ainda a circumstancia de que para pagarem em ouro a sua importação, os importadores necessitam da devida autorização para a aquisição das necessarias cambiais — ultimo «contrôle».

Evidentemente que, quem não atentar nestes factos, e se limitar á apreciação das nossas estatísticas, fica com a impressão diametralmente oposta áquella que teria se se limitasse, identicamente, á apreciação das estatísticas brasileiras. Por esse motivo, especialmente, é que se torna absolutamente necessaria a organização de estatísticas comparadas, preocupação esta que sempre me tem orientado no decorrer dos meus despreziosos trabalhos, aos quais, como é natural, fujo sempre de lhe imprimir qualquer aspecto didactico e mesmo doutrinario, para, assim, os tornar, tanto quanto o meu engenho e arte o permite, essencialmente praticos, pois os baseio, sempre que posso, nos numeros que o vulgo afirma «falarem como gente...». A's vezes são enganadores, ou dizem pouco... quando falam. E' o caso da nossa estatística comercial de exportação, em que se torna necessario acareá-los com os que, identicamente, constam das estatísticas officiais dos países a quem vendemos os nossos productos, para assim



os habilitarmos a encontrar a «sua justa virtude», tal como procederia um juiz ouvindo as partes em litigio...

Por tudo quanto fica dito sobre o assunto, me inclino a tomar como mais exactos os elementos fornecidos pelas estatisticas brasileiras, constantes do quadro n.º 6, pondo de parte, neste pormenor, os valores identicamente mencionados pela nossa estatistica comercial de exportação.

\*

\*   \*

Pela analyse das percentagens constantes deste quadro, se conclue que a Balança comercial luso-brasileira é extraordinariamente favoravel a Portugal, pois que este país, em relação aos 28 anos considerados, comprou ao Brasil sómente 27,6 por cento sobre o produto das suas vendas ao mesmo. Detalhando, por periodos economicos, igualmente se nota que essa média-anual foi de 12,9 por cento, isto é, menos de metade, no decorrer do 1.º Período — 1901-1913. No 2.º Período, subiu para 23,6 por cento, isto é, durante a Grande Guerra. No 3.º Período foi extraordinariamente favoravel ao Brasil, pois subiu para 77,2 por cento essa relação entre as nossas compras e as nossas vendas, para no Período actual baixar a 29,7 por cento, com tendencias para a média correspondente ao Período das hostilidades (1914-1918), em que a acção dos nossos concorrentes nos mercados brasileiros se não fez sentir tão intensamente como agora, como se deduz pela análise da segunda secção do referido quadro estatistico.

Da comparabilidade dessas percentagens-médias se deduz, portanto, que Portugal está sendo, desde o Período da Grande Guerra, muito melhor cliente do Brasil do que até á data desse conflito, porquanto o saldo da Balança comercial é, porcentualmente, duplo e, quanto a valores, passou da média-anual de libras 285.160 — antes da Guerra — para libras 461.764 no decorrer do actual periodo, enquanto que, inversamente, o Brasil baixou as suas com-

pras a Portugal, da média-anual de libras 2.201.248, no 1.º Período, para a de libras 1.553.463 no decorrer do actual Período, aliás com tendência a melhorar, pois que a nossa exportação em 1928 — libras 1.857.943 — ultrapassou esta média-anual em mais de 300.000 libras esterlinas.

## 2 — No decorrer do Período-económico actual

Uma vez estabilizada, de facto, a moeda portuguesa e normalizada a situação nos mercados tradicionalmente fornecedores dos portugueses, começou declinando a exportação brasileira devido, especialmente, ás causas já mais atrás citadas.

Em relação á exportação portuguesa para o Brasil no decorrer do Período-económico actual, nota-se uma animadora progressão, que, porcentualmente, já atingiu a relação média-anual entre as compras e as vendas entre o nosso país e o Brasil (23,2 por cento) idêntica á do 2.º Período — 1914-1918.

Depois da Inglaterra — que em 1928 comprou ao Brasil sómente 17,1 por cento do que lhe vendeu (libras 3.354.236 para 19.518.764) é Portugal o país que melhor posição-relativa ocupa na Balança do comércio exterior brasileiro entre o grupo dos 3 únicos países que venderam mais de um milhão de libras do que compraram áquele país. O 3.º país desse agrupamento, a Argentina, comprou ao Brasil o equivalente a 55,2 por cento das suas vendas — libras 5.783.530 para 10.461.429.

Entretanto, como se vê pelo quadro n.º 6, essa proporção entre as nossas compras e vendas ao Brasil é quasi dupla da do 1.º Período (1901-1913), ou sejam, respectivamente, 23,2 por cento para 12,9 por cento. Isto demonstra, evidentemente, que o Brasil — no momento actual, comparativamente com o Período de antes da Grande Guerra — ocupa uma melhor posição-relativa na Balança comercial luso-brasileira que o nosso país, apesar da nossa população pouco ter aumentado em relação á brasileira, que, nestes ultimos 15 anos, aumentou outros tantos milhões, segundo as estimativas officiais.

silveira

cambio comercial luso-brasileiro  
 (de acordo com as estatisticas portuguezas)

| Exportação<br>brasileira<br>para Portugal<br>C. I. P. | Equivalentes em moeda<br>inglesa                      |  | Relação<br>entre as<br>compras e<br>de<br>Portugal<br>ao Brasil<br>em £. <sup>s</sup> |
|---|---|--|---|
|   | Exportação<br>portugueza<br>para o Brasil<br>F. O. B. | Exportação<br>brasileira<br>p. <sup>a</sup> Portugal<br>C. I. E. |   |
| 25.150  | 15.416.122  | 4.601.500  | → 31,4  |
| 16.579  | 3.373.673   | 2.352.179  | + 69,7  |
| 300.828   | 3.634.363   | 7.781.926  | - 114,1   |



asilei-  
racte-

frido,  
encias  
ens —  
brasi-  
rnece-  
as do  
ileira,

lofrer,  
s dos  
espe-  
a nos  
gentes

QUADRO ESTATISTICO N.º 6

Balança comercial luso-brasileira

1 — NO DECORRER DO SEculo XX

| Períodos<br>económicos<br>e sua<br>duração | Médias-annuals do intercambio comercial   |   |   |   | Intercambio comercial luso-brasileiro<br>(segundo as estatísticas brasileiras) |   |   |   |  | Intercambio comercial luso-brasileiro<br>(segundo as estatísticas portuguesas) |   |   |   |  |
|--|---|---|---|---|--|---|---|---|--|--|---|---|---|--|
|  | Segundo as estatísticas<br>brasileiras    |   | Segundo as estatísticas<br>portuguesas    |   | Em moeda brasileira<br>(contos reis-papel)                                     |   | Equivalente em moeda<br>inglesa           |   | Relação<br>entre as<br>compras e<br>as vendas<br>de<br>Portugal<br>ao Brasil<br>em % | Em moeda portuguesa<br>(contos-papel)  |   | Equivalente em moeda<br>inglesa           |   | Relação<br>entre as<br>compras e<br>as vendas<br>de<br>Portugal<br>ao Brasil<br>em % |
|  | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil                                      | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal |  | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil                                      | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal | Exportação<br>portuguesa<br>para o Brasil | Exportação<br>brasileira<br>para Portugal |  |
|  | C. I. P.                                  | F. O. B.                                  | C. I. P.                                  | F. O. B.                                  | C. I. P.   | F. O. B.                                  | C. I. P.                                  | F. O. B.                                  |  | F. O. B.   | C. I. P.                                  | F. O. B.                                  | C. I. P.                                  |  |
| 1.º período<br>1901 a 1914                 | 1.º                                       | 1.º                                       | 1.º                                       | 1.º                                       | 605.670  | 165.760                                   | 18.015.225                                | 1.791.080                                 | 12,0   | 79.600   | 25.150                                    | 1.458.122                                 | 1.801.560                                 | 11,1   |
| 2.º<br>1914 a 1918                         | 1.727.055                                 | 598.740                                   | 475.745                                   | 570.540                                   | 190.927  | 47.840                                    | 8.105.211                                 | 2.433.772                                 | 5,35   | 21.157   | 10.570                                    | 1.071.020                                 | 2.192.170                                 | 18,1   |
| 3.º<br>1918 a 1923                         | 1.774.190                                 | 1.400.000                                 | 781.872                                   | 1.503.190                                 | 20.175   | 193.691                                   | 8.871.045                                 | 0.850.900                                 | 77,2   | 122.899  | 1.800.828                                 | 3.155.199                                 | 7.741.920                                 | 115,1  |
| 4.º<br>1924 a 1928                         | 1.521.000                                 | 611.705                                   |   |   | 31.000   | 10.000                                    | 7.707.500                                 | 2.300.800                                 | 2,7  |  |   |   |   |  |
| TOTAIS                                     | 1.064.632                                 | 1.622.510                                 |   |   | 1.111.572  | 280.110                                   | 35.990.711                                | 14.500.405                                | 27,0   |  |   |   |   |  |

2 — NO DECORRER DO PERIODO ECONOMICO ACTUAL

| ANOS            | Valor médio mensal de \$ |          |         |        |           |           |      |        |         |         |         |        |
|-----------------|--------------------------|----------|---------|--------|-----------|-----------|------|--------|---------|---------|---------|--------|
|                 | Bras.                    | Portuga. |         |        |           |           |      |        |         |         |         |        |
| 1924 (1.º anno) | 108421                   | 1.1584   | 51.030  | 21.051 | 1.250.710 | 105.150   | 15,1 | 65.811 | 120.000 | 481.035 | 100.270 | 189,1  |
| 1925 (2.º "     | 99.298                   | 97.847   | 8.771   | 22.920 | 1.44.070  | 164.851   | 16,6 | 52.954 | 61.553  | 540.267 | 192.080 | 122,7  |
| 1926 (3.º "     | 108.011                  | 10.888   | 40.280  | 11.518 | 1.082.028 | 105.271   | 26,7 | 62.000 | 52.000  | 603.584 | 551.718 | 1.09,7 |
| 1927 (4.º "     | 118.800                  | 10.800   | 10.110  | 15.800 | 1.487.351 | 103.228   | 21,5 | 61.500 | 51.000  | 608.242 | 601.150 | 1.02,0 |
| 1928 (5.º "     | 108.750                  | 8        | 15.717  | 17.808 | 1.357.941 | 51.028    | 27,1 |        |         |         |         |        |
| TOTAIS          |                          |          | 107.654 | 10.000 | 7.707.500 | 2.400.800 |      |        |         |         |         |        |
| MÉDIAS          |                          |          | 60.731  | 18.177 | 1.521.900 | 410.195   | 26,7 |        |         |         |         |        |

OBSERVAÇÕES

As estatísticas portuguesas reportam-se ao «Comércio Geral». Isto é, ao consumo, reexportação, baldeação e transitio.  
As diferenças que se notam entre os totais aqui mencionados, identicamente, pela estatística brasileira em relação as exportações do Brasil para Portugal e pela estatística portuguesa como respeitante a mesma rubrica, provem, especialmente, da diferença de colações F. O. B. para C. I. P. Efectuadas, portanto, as devidas correções torna-se totalavel a concorrencia existente entre essas duas rubricas, concordancia essa que não existe nas restantes duas devido ao inefficaz metodo de valorizações adoptado para a exportação portuguesa, o qual permite uma concessão de valores arbitrando a roda de 50 a 55 %, do valor real de exportação.  
Até á data da compozição deste quadro estatístico, 11-11-29, ainda não se havia completado o apuramento do nosso commercio exterior por países, referente ao anno de 1928.

### CAPITULO III

#### Conclusões finais

##### PRIMEIRA

A exportação portuguesa para os mercados brasileiros dos principais produtos que a constituem, caracteriza-se:

*a) quanto ás suas quantidades*, em não ter sofrido, duma maneira geral e nos ultimos anos, as consequencias da concorrência dos seus congeneres doutras origens — porquanto a redução havida na importação geral brasileira dos mesmos tem sido proporcional para os fornecedores desses mercados — mas sim as consequencias do grande desenvolvimento da produção nacional brasileira, baseado num eficaz proteccionismo aduaneiro;

*b) quanto aos seus valores*, em continuar a sofrer, em regra, as consequencias da concorrência de varios dos seus congeneres doutras procedencias pelo motivo, especialmente, da sua melhor apresentação e propaganda nos mercados brasileiros, actualmente já bastante exigentes quanto a estes requisitos.

## SEGUNDA

A exportação brasileira para os mercados portugueses, dos seus principais produtos, mantem-se estacionaria, ou pouco progressiva, em virtude, especialmente:

- a) Da sua similitude com a produção colonial portuguesa;
- b) Do seu elevado custo em relação á doutros países concorrentes;
- c) Do reduzido volume da exportação dalguns desses produtos para os seus mercados externos.

## TERCEIRA

Aos exportadores portugueses, como consequencia da 1.<sup>a</sup> conclusão, é que compete a principal actuação no fomento da exportação nacional, especialmente para o Brasil, esforçando-se por introduzir nos mercados externos, os seus produtos cada vez mais seleccionados e cuidadosamente apresentados—eficientemente coadjuvados pelos importadores junto dos consumidores — não descurando a sua mais eficiente propaganda.

## QUARTA

Ao Governo português compete, no entanto:

a) *Padronizar (standardizar) e fiscalizar a exportação antes do seu embarque*, de maneira a evitar-se os inconvenientes da multiplicidade e não definição de marcas e tipos comerciais e bem assim as possiveis adulterações de produtos e deficiencias de embalagens — adoptando rigorosamente as medidas que nesse sentido ultimamente tomaram os governos italiano e espanhol, visando o objectivo: «moralizar para valorizar»;

b) *Prestar aos exportadores a necessaria e urgente assistencia tecnico-economica e organizar, eficientemente os serviços da Exposição Economica* — adoptando uma

orientação semelhante á decretada em 1921 pelo antigo ministro dr. Veiga Simões, mas logo a seguir suspensa pelo seu successor;

c) *Reorganizar as Camaras Portuguesas de Comercio no Brasil*, transformando-as em organismos de character mais official, actuando na mais íntima comunhão de vistas com os Consulados Portugueses — por forma a poderem agir mais eficientemente, quer junto dos importadores, quer das proprias autoridades, em casos especiais.

#### QUINTA

Em face da sua actual e já tradicional posição no intercambio comercial luso-brasileiro, especialmente baseada nas causas constantes da 2.<sup>a</sup> conclusão, a Portugal não interessa qualquer acordo ou tratado de natureza exclusivamente comercial com o Brasil. Esse desinteresse é motivado, além da similitude da produção colonial portuguesa com a brasileira, pela *clausula de nação mais favorecida* que o nosso principal concorrente — a Espanha — gosa em virtude do acordo provisório de 1924, reforçada pela actual orientação do Brasil em materia de politica economica internacional, consolidada pela lei n.º 5.353, de 30-11-927.

#### SEXTA

Em face duma proxima-futura concorrência, a politica economica luso-brasileira deve assentar, principalmente, na conquista e na manutenção dos mercados mutuamente consumidores dos productos brasileiros e dos coloniais portugueses, baseada na associação da respectiva produção e no aproveitamento da Zona Franca do porto de Lisboa — combinada com a criação dos Bancos de Exportação e bem assim a exploração de carreiras de navegação, lançadas de mutuo acordo — como sendo o mais eficiente porto de distribuição da mesma, especialmente para a

destinada aos mercados do Mediterraneo, da Asia e da Costa Oriental da Africa, e bem assim na utilização das excellentes bases comerciais que a situação geografica das colonias portuguezas oferece ao Brasil para a sua maior expansão economica e commercial.

FIM DO LIVRO I



## LIVRO II

### O QUE DIZEM OS INTERESSADOS

#### 1.<sup>a</sup> PARTE

#### Actuação do autor no Brasil (Sobre a)

#### CAPITULO I

##### Aproximação luso-brasileira

Como já no Prefacio deixei dito, mais uma vez peço ao leitor me releve a imoestia das transcrições que sou forçado a fazer para, assim, esclarecer quem, porventura, me tenha de julgar através, sómente, das diatribes dum *despeitado* nas colunas do jornal de Lisboa *Novidades*, transcritas na secção paga — A Pedido — do grande jornal do Rio de Janeiro *Jornal do Comercio*. A actuação desse *despeitado* prosseguiu através o Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, veiculada por determinado individuo — *ex-official do mesmo officio* — que conseguiu endossar a sua prosa á redacção do mesmo Boletim.

Sinceramente confesso que, se não fôra o justo conceito em que é tida a Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, não gastaria *cera com tão ruins defuntos*, cujos

nomes me impus a obrigação de jamais os escrever para publico. Por tais razões me limito, sómente, a contraditar as considerações pessoais, constantes desse artigo publicado no Boletim da Camara de S. Paulo, pois que as de caracter tecnico, digamos assim, as deixei comentadas, conforme o meu engenho e arte me permitiram, no decorrer do Livro I deste trabalho.

Antes, porém, de me referir a tais considerações, permito-me transcrever algumas daquellas que a minha actuação na tarefa da aproximação luso-brasileira tem merecido em circumstancias diferentes.

\*

\*      \*

Quis a gentileza do grande obreiro desta patriótica e ingente tarefa, o sr. dr. João de Barros, dedicar-me as seguintes palavras, numa cronica que escreveu para o conceituado jornal do Rio de Janeiro — *A Noticia* — da direcção do dr. Candido de Campos, sincero e dedicado amigo de Portugal, que ainda muito recentemente nos deu a honra da sua visita:

## DE PORTUGAL

### **Brasil-Portugal:—Politica de realizações**

*(Especial para A Noticia)*

*LISBOA, 8 de Abril de 1927.*

Ha três ou quatro anos, fui procurado por um jovem de olhar decidido e de eloquencia directa e singela, que me expôs um vasto plano de aproximação economico e comercial entre Portugal e o Brasil. Apresentava-me um amigo queridissimo. E trazia ele, além dessa credencial de affecto, aquellas outras credenciais muito mais convincentes que são o poder de simpatia e a irradiação duma fé. Era official do exercito e chamava-se Francisco Ribeiro Salgado — nome, até então, quasi desconhecido nos meios literarios e scientificos de Lisboa.

Eu sinto sempre uma singular atracção pelos homens que não se recomendam apenas pelos actos do seu passado, mas que, sobretudo, se nos impõem pela sua confiança, pela sua esperança no Futuro, e que se mostram capazes de realizar as suas ambições e os seus ideais. O sr. Ribeiro Salgado pertence a essa categoria de sonhadores praticos. Só de ouvi-lo falar adivinhei nele uma vontade energica, apta perfeitamente a efectivar a aspiração que o preocupava: criar em todos os portuguezes e, se possível fosse, em todos os brasileiros, a convicção da utilidade urgente e inadiavel dum estreitamento de relações em todos os campos de actividade e de acção. Animei-o nos seus propositos, já se vê. Mas tive logo a impressão de que o sr. Ribeiro Salgado não precisava de estímulos. O seu caminho estava traçado de antemão, e coisa alguma o impediria de percorrê-lo...

O resultado, o primeiro resultado do esforço que Ribeiro Salgado pretendia dispendir na consecução do seu objectivo, está aqui na minha mesa de trabalho desde ontem: um grosso volume de quinhentas paginas, recheado de documentos, de informações, de estatísticas, escrito em linguagem fluente e vibrante, organizado com extrema clareza sob o titulo revelador de *Interesses Economicos luso-brasileiros*. Desde já direi, no entanto, que é especialmente dos interesses lusitanos que este livro se ocupa, coisa, aliás, naturalissima. Mas o sr. Ribeiro Salgado percorreu o Brasil; inquiriu aí mesmo das necessidades e exigencias dos varios mercados; auscultou cuidadosamente a opinião brasileira e a opinião dos portuguezes no Brasil residentes; viveu, enfim, o problema que debate, e viveu-o por conta propria, á sua propria custa, por sincero amor da causa, isto é, sem nenhuma intenção preconcebida nem qualquer mandato alheio que porventura obliterassem ou escurecessem a visão desempoeirada dos assuntos e dos factos. Assim, e embora na sua obra predomine um apaixonado espirito patriótico, ela recomenda-se tambem por imparciaes e exactas observações sobre as vantagens que para o Brasil resultariam dum accordo economico a estabelecer com Portugal.

Certo, unicamente aos brasileiros compete a discussão e a apreciação dessas vantagens. E não está no animo do sr. Ribeiro Salgado antecipar-se ou substituir-se a quem de direito incumbe tal encargo. O seu livro, porém, esgotando o estudo da questão pelo que a nós diz respeito, suscitará, sem duvida, nos centros cultos brasileiros, reflexões uteis, e mesmo objecções indispensaveis, para o completo esclarecimento e proxima execução da ideia que se tem em vista. A preconizada e reclamada *politica do Atlantico* encontra ali, para

sua definição e triunfo, subsídios importantes e sugestões dignas de registo.

O Brasil queixou-se, ás vezes, de nem sempre ser conhecido entre nós como devião e merecia conhecer-se. Justa queixa, justificadíssima queixa — vinte anos atrás. Mas dia a dia, esse desconhecimento desaparece; e, se não desaparece com tanta rapidez como se deseja, a culpa é — como frequentemente o tenho explicado — mais das circumstancias que dos homens, mais da rotina inconsciente que das intenções conscientes. Qual é hoje, por exemplo, o escritor português que não leia os livros dos seus camaradas brasileiros? Qual é hoje o nosso medico, o nosso engenheiro, o nosso filologo que não esteja em contacto com as descobertas e escritas dos medicos, dos engenheiros, dos filologos do Brasil? Sabemos cada vez mais, apreciamos cada vez mais o progresso, a sciencia, o valor dos grandes pioneiros da civilização brasileira. Economicamente, comercialmente, porém, andámos cada vez mais divorciados. Porquê? Para quê? Corresponderá esse divorcio a uma inelutavel imposição dos nossos respectivos destinos internacionais? Ou, pelo contrario, deriva ele duma superficial, ainda que forte neste momento, má interpretação dos fenomenos economicos a ambos os paises comuns, e em ambos os paises identicos, ou quasi? Inclino-me para esta ultima hipotese. E aplaudo, por isso, todos aqueles que arduamente procuram a interpretação fiel e proveitosa de tais fenomenos, e que se batem pela mudança imediata da actual, e inadmissivel, situação. O sr. Ribeiro Salgado é um dos raros combatentes da luta dia a dia mais urgente. Louvores lhe cabem, e grandes, pelo seu livro erudito e methodico — tentativa admiravel de propaganda luso-brasileira, em materia de acordos eficazes e de realizações concretas.

JOÃO DE BARROS.

Sobre este mesmo assunto bordou o grande vespertino de S. Paulo — *Diario Popular* — as seguintes considerações, emitidas pela pena de um dos novos de maior valor da actual geração brasileira:

### Interesses luso-brasileiros

E' velho o sonho duma mais intima aproximação entre os dois grandes ramos da lusitana raça: o que frondejou na metropole, lançando rebentos magnificos por todo o orbe, no esplendoroso findar do XVI seculo e no arrebol magnifico do

XVII; e estoutro, americano, que constituimos com o vigor majestoso da nossa ousadia, arrostando preconceitos, umbrando em mantermo-nos de corpo alçado e altaneira cabeça.

Mas toda a nossa vicejante mocidade, todos os ideais que nos encantam, são reflexos lusitanos que, da outra banda do Atlantico, acompanham, com prazenteiro orgulho, o que somos e o que nos deram.

Pode a nossa desenvoltura distanciar-nos, nunca nos separará o laço apertado do coração, os interesses economicos.

Como moços, queremos a nossa liberdade politica, porque não podem ser comuns as nossas aspirações, formadas em meio fisico tão diverso, quanto o ambiente social. Daí discordamos dessa União Luso Brasileira, sonho illusorio dos nossos mais caros amigos de além mar, quanto aplaudimos as missões economicas que a igualdade das latitudes coloniais portuguezas tanto aproxima das nossas amplas latitudes.

E' no campo economico que se fundam as grandes amizades hodiernas. O interesse material que aproxima os homens nas suas relações individuais, tambem aproxima os povos.

São os interesses colectivos que buscam as aproximações, como entendimento inteligente, capaz de evitar as lutas de tarifas, os atritos economicos. Essa é a missão que traz, pela segunda vez, ás nossas plagas, o tenente Ribeiro Salgado, economista portuguez, tecnico adjunto da Repartição de Expansão Economica do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, de Portugal.

\* Não é um militar que vem ao Brasil intensificar essa corrente de aproximação economica, porque o militar é a resultante dum acidente que o arrastou á grande guerra. Quem se mete nessa difficil especialidade é um tecnico abalizado, ex-professor do Instituto Superior de Comercio, do Porto, reputada Faculdade de Sciencias Economicas, do norte de Portugal. Mais ainda, é o autor dum belo trabalho — *Interesses Economicos Luso-Brasileiros*.

Esse volume é a demonstração duma bem orientada propaganda, calcada sobre dados estatísticos officiaes.

O tenente Ribeiro Salgado, que teima em ser militar, é uma figura encantadora de propagandista, capaz de levar a bom exito a sua missão, tão vantajosa para o Brasil e Portugal, que nunca devem deixar de andar de mãos dadas mundo em fora, segundo o anhelô desse grande amigo nosso, o dr. Bettencourt Rodrigues, illustrado ministro dos Estrangeiros, de Portugal, que tantas saudades nos deixou.

Sob o discreto amparo de tão grande patrono a obra utilitaria da expansão economica luso-brasileira assume a grandiosidade de uma acção benemerita.

Baptista Pereira, no seu recente volume *O Brasil e a raça*, defende maravilhosamente essa perene amizade, que sempre foi o nosso consciente anseio. Portugal e Brasil fazem-me recordar um casal de filhos diante do velho casal de pais, muito amigos, sempre queridos, cada um na sua casa, a pensar no outro, enquanto se não vêem e sempre apegados ao comum interesse. Tanto isso é verdade que de lá nos vem esse orientador, baseado no conhecimento das nossas mutuas necessidades e recursos na similitude de produção capazes de interessar os nossos governos, economistas e estudiosos, acostumados a jogar com os números e as realidades.

Uma luta de tarifas para produtos similares sempre seria danosa á nossa expansão comercial, quanto á expansão colonial de Portugal.

As nossas possibilidades e as das colonias do ultramar estão a indicar o grande plano a ser traçado, que, começando pelo porto franco de Lisboa, findará por essa ambicionada realização do convenio de navegação Luso-Brasileiro — cuja falta tanto nos prejudica, quanto a Portugal, ante os preços mais favoráveis alcançados por outros centros mercantis com a efectivação da navegação de longo curso sob a propria bandeira. Os fretes marítimos, como os fretes ferroviarios, constituem hoje o grande exito das vitorias da Inglaterra, da França, da Holanda e Belgica, como já o foram da Alemanha, que, a passos largos, se refaz da perda da sua frota mercante.

Essa orientação da permuta do mercado foi o grande exito da Alemanha, antes da guerra, tão grande que inspirou temores á senhora dos mares, á maior detentora dum forte imperio colonial — a Inglaterra.

Esse é o caminho indicado pelo bom senso, pela lição dos grandes povos mercadores, chamem-se eles fenícios, alemães, ingleses, brasileiros ou portugueses. Essa é a mola que anima a America do Norte e a que nos convem.

RAUL TIETE'.

## CAPITULO II

### Navegação luso-brasileira

Entre a série de entrevistas por mim concedidas á imprensa brasileira, cuja enunciação consta da parte final deste trabalho, publicou o *Jornal do Brasil* — o matutino carioca de maior circulação na capital federal, conjuntamente com o *Correio da Manhã* — uma delas, que mereceu á apreciada revista *Brasil Economico*, no seu numero de Julho de 1928, pela pena do seu illustre director Sr. Hannibal Porto, as seguintes considerações, dignas da mais atenta ponderação de quem de direito:

#### Navegação luso-brasileira

Em entrevista recentemente concedida ao *Jornal do Brasil*, o tenente Ribeiro Salgado resumiu um interessante plano de cooperação marítima luso-brasileira, amplamente desenvolvido por aquele official no seu livro *Interesses economicos luso-brasileiros*.

O sr. Ribeiro Salgado estabelece três bases para um entendimento economico entre o nosso país e o seu. A primeira seria o que denomina a «associação da produção homologa» e consiste na engenhosa transformação da rivalidade commercial criada pela identidade de productos do Brasil e das colónias africanas de Portugal, num acordo para a cooperação nos mercados consumidores. A ideia do autor de *Interesses*

*economicos luso-brasileiros* é analoga á que tem inspirado, recentemente, alguns acordos comerciais internacionais, dos quais o mais importante, pelo seu vulto e pelos seus efeitos politicos, foi o que se firmou, em 1926, entre os metalurgistas francezes e alemães, e ao qual aderiram, tambem, grandes usinas siderurgicas da Italia e do norte da Espanha. As outras duas bases do plano do sr. Ribeiro Salgado prendem-se directamente á questão da navegação luso-brasileira. Propõe o autor do citado livro que o Brasil e Portugal façam um convenio de navegação, em virtude do qual os navios do Lloyd Brasileiro e os das empresas portuguezas de longo curso ficariam gozando, nos dois paizes, dos privilegios de bandeira. Assim, os exportadores portuguezes teriam a vantagem de poderem competir com os seus rivais de paizes que possuem navegação altamente organizada, sem que houvesse necessidade de concessões aduaneiras especiais, impossiveis diante das clausulas de nação mais favorecida que figura nalguns dos nossos tratados comerciais com outras potencias. O sr. Ribeiro Salgado, na sua entrevista ao *Jornal do Brasil*, aponta casos concretos que evidenciam a situação de inferioridade em que se encontra a exportação portuguesa para o Brasil, diante das vantagens que os paizes bem aparelhados em materia de navegação podem proporcionar ao seu commercio.

Ao Brasil, o plano do sr. Ribeiro Salgado daria a vantagem de acesso livre da sua produção á zona franca do porto de Lisboa, que, segundo a terceira base do seu projecto, se tornaria um centro de distribuição dos produtos brasileiros e coloniais portuguezes para o Mediterraneo e para o Oriente. Trata-se do esboço esquematico da realização pratica duma grande ideia que sempre preocupou os espiritos mais adiantados e mais cultos do Brasil e de Portugal. A necessidade duma aproximação economica, que unifique os interesses materiais dos dois paizes, impõe-se tanto como consequencia das tendencias que nos vinoulam, como em vista das enormes possibilidades comerciais decorrentes das posições occupadas pelo nosso territorio e pelas colonias portuguezas no Atlantico meridional. Como o sr. Ribeiro Salgado observa, a identidade das produções não é um obstaculo irreductivel á cooperação economica, *facto allás já demonstrado pela experiencia de combinações internacionais actualmente em vigor*. Sob o ponto de vista brasileiro, além da vantagem imediata do acesso livre dos nossos produtos á zona franca do porto de Lisboa para sua ulterior distribuição pelos mercados consumidores do Mediterraneo e doutras regiões — *o que teria incalculavel alcance sobre o desenvolvimento futuro do nosso*



*comercio do café* — o commercio de navegação luso-brasileira abriria ás nossas industrias possibilidades consideraveis nos mercados da Africa portuguesa. Este ultimo aspecto da questão, que pode parecer remoto aos que insistem sempre em desprezar perspectivas futuras, já deve, entretanto, entrar nas cogitações da nossa politica economica, desde que consideremos a expansão acelerada que *têm tido as nossas industrias manufactureiras*, sobretudo a de tecidos, cuja produção já excede a capacidade absorvente do consumo nacional.

A ideia contida na sugestão do convenio de navegação luso-brasileiro é daquelas que merecem ser fixadas, porque se ligam a grandes problemas, *que, mais tarde ou mais cedo, teremos de abordar e de resolver.*

O Brasil e Portugal não deverão, indefinidamente, permanecer numa desunião economica *contra a qual protestam as aspirações de dois povos identificados pela raça, cuja solidariedade os tornaria um bloco de muito consideravel importancia na economia mundial.*

Um acôrdo em torno da questão da navegação nas linhas propostas pelo sr. Ribeiro Salgado formaria a base e o ponto de partida logico para o progressivo entrelaçamento das relações economicas luso-brasileiras.

HANNIBAL PORTO



### CAPITULO III

#### **Campanha de difamação contra o autor deste livro**

Quando de regresso da Argentina, Uruguay e Rio Grande do Sul cheguei ao Rio de Janeiro, foi-me chamada a atenção, por alguém que muito considero e que tão dignamente nos representa no Brasil, para o seguinte artigo redactorial do Boletim da Camara Portuguesa de Commercio de S. Paulo, que passo a transcrever na integra:

#### **Interesses luso-brasileiros**

Quando da visita do sr. dr. Antonio José de Almeida ao Brasil, o sr. dr. Epitacio Pessoa, num discurso proferido no Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, disse: *andam os tratadistas, os diplomatas e os politicos preocupados com a questão da dupla nacionalidade. As discussões surgem e os tratados preparam-se, uns, e assinam-se, outros. Esses tratados não são precisos e essa questão que alvoroça os diplomatas nenhuma importancia tem entre nações, quando elas se chamam — Brasil e Portugal.* A *Patria* desse tempo (22 de Setembro de 1922) dizia que aquelas palavras do então Presidente da Republica brasileira eram os *alicerces morais e espirituais dessa grande obra que as duas patrias iam escrever de comum accordo: o convenio economico, artistico e literario.* O *Jornal do Comercio*, da mesma epoca, frizava que a questão

das relações comerciais estava sendo encaminhada com resultados para os dois países, salientando que as mutações da Grande Guerra tinham transformado Portugal, grande exportador, em *importador de vulto dos artigos brasileiros*. E que, sendo assim, não era difícil uma combinação de favores que aproveitasse ao comércio dos dois países, unindo-os ainda mais *pelos laços mais positivos dos interesses materiais*. Já passaram seis anos depois da visita do Presidente da República Portuguesa ao Brasil.

Os resultados práticos dessa viagem cifram-se no acordo literário que, se moralmente é de grande vantagem, pelo lado material pouco pesa na balança comercial das duas nações irmãs.

Parece que portugueses e brasileiros tomaram ao pé da letra e no sentido absoluto as palavras do sr. dr. Epitácio Pessoa: *esses tratados não são precisos*.

*Os laços mais positivos dos interesses materiais*, como acentuava o grande *Jornal do Comercio*, ficaram para segundas leituras.

E bem demoradas têm elas sido, pois não vemos, nesta meia dúzia de anos, nenhum passo decisivo e firme para o acordo comercial luso-brasileiro, nem nenhuma orientação capaz de nos dar as regalias materiais que os laços de amizade podiam facilitar.

Os produtos portugueses perdem, dia a dia, os mercados brasileiros.

Todos os anos mercadorias doutras nacionalidades substituem aquelas que tradicionalmente se importavam de Portugal. Os nossos vinhos, as nossas frutas, as nossas conservas vão diminuindo, por uma forma progressiva, nas praças brasileiras. Como contrapartida, os produtos do Brasil encontram boa praça em Portugal, onde uma pauta mínima, na doce esperança da reciprocidade, lhes permite vantagens sensíveis de preço.

Estamos na misera condição de exportar, apenas, em grande escala, o produto que a civilização, teoricamente, aboliu dos mercados — a Gente.

E esse mesmo — santo Deus! — chega aqui tão mal acondicionado, que os mercadores o tomam sempre, e com sobras de razão, por genero de terceira qualidade.

De quem é a culpa da nossa precaria situação comercial, no Brasil?

Só de Portugal.

Só dos Governos Portugueses.

Ainda agora o sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, ex.<sup>mo</sup> sr. Otavio Mangabeira, agradecendo uma home

nagem dos portugueses do Rio de Janeiro, se manifestou favorável a um entendimento economico com Portugal.

De lá respondeu o sr. dr. Bettencourt Rodrigues, em entrevista com a *United Press* (1), com declarações que nos deixam absolutamente vexados e que, como defensores dos interesses comerciais e morais dos portugueses, não consentimos que passem sem o nosso protesto, porque elas ofendem o nosso brio e colocam os representantes diplomaticos de Portugal em situação menos airosa.

Da entrevista do sr. Bettencourt Rodrigues, dizem os telegramas da *United Press*, se entende que s. ex.<sup>a</sup> tem um *delegado no Rio de Janeiro tratando com os srs. drs. Helio Lobo e Raul Campos, das questões economicas que interessam aos dois países, a fim de ser concluido entre ambos um accordo economico e comercial.*

Esta declaração é duma insensatez e duma inconveniencia que a indole e o espaço deste *Boletim* não permitem analizar com vagar e como merecia.

O illustre embaixador de Portugal e o sr. Consul Geral de Portugal são considerados insufficientes ou incapazes para o grande problema das relações luso-brasileiras ser posto em equação! (2).

Os outros agentes diplomaticos e consulares acreditados no Brasil tambem pouco credito oferecem ao sr. dr. Bettencourt Rodrigues para o pôrem ao facto dos detalhes indispensaveis ao tratado de comercio que garanta os interesses de Portugal e os compatibilize com os interesses do Brasil.

Mandou, assim, o nosso ministro dos Estrangeiros um *enviado extraordinario, pessoa de reconhecido merito*, que vem descobrir novamente a America do Sul para os bisonhos portugueses.

Quem é o homem?

Apenas, segundo é notorio por estas bandas, o tenente miliciano Ribeiro Salgado!!!

Do seu valor intelectual e moral, começariamos por

---

(1) A autenticidade dessas pseudo-declarações, na parte que me interessa, foi-me formalmente contestada por S. Ex.<sup>a</sup>, o que me leva a crer que só existiram na imaginação do correspondente da *United Press*, grande amigo do ex-actido comercial no Rio, inspirador da campanha pessoal proseguida em S. Paulo contra mim (N. do A.).

(2) Estes dois illustres representantes do nosso país associaram-se entusiasticamente, como mais adiante se verá, á homenagem que a Colonia Portuguesa do Rio me prestou, prova tydente de que não colaboraram na intriga contra mim urdida em Lisboa e tramada em S. Paulo (N. do A.).

mandar os nossos leitores até aos artigos dos jornais de Lisboa, em que o illustre miliciano é acusado de plagiario, se factos mais graves não merecessem a nossa absoluta reprovação.

Naquellas condições, o sr. tenente Ribeiro Salgado aproveitou e aproveita a sua situação official no Brasil, manifestamente declarada pelo sr. dr. Bettencourt Rodrigues á *United Press*, servindo-se das credenciais que ele lhe forneceu, como ministro, para *cavar* anuncios para um livro que val fazer!

As cartas de apresentação do sr. dr. Bettencourt Rodrigues não foram para o nosso tenente ter entrada nas repartições que a sua missão diplomatica e *reservada* exigia, nem para outras coisas mais...

O sr. tenente Salgado *misturou* os seus negocios particulares com os negocios officiais ou officiosos que aqui o trouxeram e fez dos dois um *arranjinho* que soma dezenas de contos de reis, apanhados habilidosamente ao commercio português e, o que é pior ainda, ao commercio brasileiro, a titulo de anuncios para o livro em projecto.

Será este, realmente, o delegado de Portugal incumbido pelo sr. ministro dos Estrangeiros do estudo do tratado de commercio?!

Informam-nos que foi agora para a Argentina e se fez acompanhar dum secretario particular...

Tambem iria *cavar* anuncios no seio da colonia, ou, apenas como turista, conhecer Buenos Aires?

E quem paga ao tenente Salgado estas demoradas e custosas digressões pela America?

Com o sr. dr. Antonio José de Almeida vieram ao Brasil os poetas, os intellectuais, os sonhadores.

Só sonhos, só teorias, só frases lindas!

Assim se deixou passar a oportunidade que a pratica aconselhava para *um tratado que unisse os dois paises pelos taços mais positivos dos interesses materiaes*.

Agora, mandam-nos *cavadores* de anuncios que utilizam as facilidades da sua missão official para fazerem a America.

E, depois, fica toda a gente muito admirada de ainda não haver um tratado de commercio luso-brasileiro!

Com tais negociadores, o que é que Portugal pode esperar?

---

NOTA — Já estava composto o presente artigo quando a crise do Governo Português substituiu o sr. dr. Bettencourt Rodrigues pelo sr. dr. Trindade Coelho, na pasta dos Negocios Estrangeiros. Não desaproveitará o assunto, entretanto, ao novo titular.

Em face da gentilissima maneira como fui atendido pelo digno Presidente da Camara de C. de S. Paulo, sr. J. P. da Silva Porto, regressado de Portugal a S. Paulo no dia seguinte ao da distribuição desse numero do Bole-  
tim, limitarei ao minimo, que julgo possivel, os inumeros  
comentarios que a parte final desse artigo, respeitante ao  
ataque pessoal, merecia condignamente. Assim, começarei,  
naturalmente, por dizer que muito magoado fiquei por  
me ver tão injustamente atacado, mormente por uma  
entidade que nunca regateou o seu auxilio a tantos que,  
em idénticas circumstancias, para a mesma têm apelado e  
sem terem atrás de si, modestia á parte, o meu passado  
que em nada me deslustra. Verdade seja que a essa enti-  
dade, jamais, lhe pedi qualquer favor.

Recentemente, ainda, três dos mais importantes jor-  
nais brasileiros da capital paulistana — não falando nos  
doutras capitais — haviam sido gentilissimos para comigo,  
franqueando-me as suas colunas, nas quais, perentoria-  
mente afirmo, nem sequer ao de longe parodiei a obra  
derrotista que o autor desse artigo efectuava, então, em  
determinado jornal da Colonia portuguesa, *lavando a  
roupa suja fora de casa*, como é costume dizer-se, provo-  
cando, por parte doutros jornais, a divulgação da sua «inte-  
ressante» chronica, finalizada pela sua expulsão do Exército  
Português, após um movimento revolucionario em que  
tomou parte, apesar de haver dado a sua palavra de  
que no mesmo se não envolveria! Mais adiante o leitor  
ficará suficientemente ilucidado, sobre esta patologica per-  
sonalidade...

Mas de todo esse artigo, recheado de injustiças e de  
inexactidões, como se comprovou, o que tambem muito  
me magoou foi a circumstancia do seu autor chamar o  
testemunho de *alguem* para se avaliar do meu valor inte-  
lectual e moral, *esquecendo-se* de que esse *alguem*, ao  
mesmo tempo que me atacava no jornal *Novidades*, punha

as Camaras Portuguezas de Comercio no Brasil, mormente a do Rio de Janeiro, pelas *ruas da amargura!* (1) O quanto pode o odio, movido sómente pelo despeito politico que chega a fazer esquecer, não só as mais elementares conveniencias officiais e officiosas, como, tambem, o exemplo que a propria Camara me proporciona publicando e distribuindo gratuitamente o seu Boletim — no qual, aliás se exerce uma actuação de propaganda luso-brasileira de caracter economico, identica á que, presentemente, me ocupa a atençaõ — á custa de anuncios que mistura no texto do mesmo! A Camara, aliás, como todas as entidades nas mesmas circunstancias, vive á custa da cotizaçaõ dos seus associados. Eu exerço essa minha momentanea actividade e pago a edição dos meus livros de propaganda economica luso-brasileira com o produto da publicidade que angario e a qual representa, sómente, uma prestaçaõ de serviços que ofereço em troca, e nunca a paga de serviços materiais prestados a quem quer que seja, porquanto, *jamais defendi interesses privados, no que seria facil governar a vidinha, como se sabe.* Distribuo, gratuitamente, os meus livros e não solicito dos Governos qualquer auxilio pecuniario. E quanto a auxilio official, levei o meu escrupulo a não apelar, official ou officiosamente, para os nossos

---

(1) Para «ilucidaçaõ» do autor desse artigo vou transcrever, do *Diario Português*, do Rio de Janeiro, de 16-9-928, o que do mesmo consta a respeito do *seu abonador moral*:

«Conheceram, acaso, aqui no Rio, de 1922 a 23, para cá, o adido comercial de Portugal no Rio de Janeiro? Não conheceram. Ninguem deu por isso. De facto, não existia, senão «in nomine». Como tal, ele só era conhecido na Agencia Financiacal... Mas, conheceram o sr. C. N., não é verdade? Um senhor anafado, roliço, luzidio, com uma alentada protuberancia na fisionomia, a *arrastar uma forçada e incomoda importancia pela Avenida do Rio Branco?* Não se lembram dum cavalheiro que provocou um grande «charivari» na Camara Portuguesa de Comercio E QUE IA PONDO QUASI TODA A COLONIA EM POLVOROSA? Já sabem quem é? E' essa *mesmissima* pessoa, aquela de quem se trata.

«Esse gentleman era então, nada menos, nada mais que



representantes diplomaticos ou consulares. A publicidade (unico recurso material de que disponho) obtive-a, no Rio de Janeiro, por intermedio da Associação Commercial, a quem entreguei a unica credencial de que me utilizei — a carta cuja copia transcrevo a seguir, extraida do expediente daquela Associação, publicada no seu orgão officioso *O Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, em conformidade com o seguinte relato da sua sessão realizada em 23 de Maio de 1928:

## INTERESSES ECONOMICOS LUSO-BRASILEIROS

(Relato semanal da sessão da Associação Commercial realisada em 23 de Maio de 1928)

O sr. presidente comunicou haver sobre a Mesa um officio da Associação Commercial de Lisboa, apresentando o sr. Francisco Ribeiro Salgado, que trazia a missão de estudar assuntos economicos que possam aproximar o Brasil de Portugal. Esse senhor ofereceu á Casa um trabalho da sua autoria e pensa que, *por mais duma vez, terá de comparecer ás sessões da Associação Commercial.*

O sr. secretario geral leu o officio, cujo teor é o seguinte:

«O portador desta, que tenho a honra de apresentar a

---

o «Adido Commercial de Portugal no Rio de Janeiro» — Missão official. Missão officiosa: *ajudar a polir as pedras dos passeios, lustrar com as costas humbraes de certas porias e aquecer as cadeiras da Embaixada, onde se aboletara, como diplomata, a que ascendera mercê dos seus multiplos talentos e habilidades.* Missão particular e pessoal: *intrigar pela imprensa os seus amigos e caluniar particularmente aqueles que lhe não caíam em graça ou que temia lhe fizessem QUALQUER SOMBRA.*

«E nesta função ele era realmente habil e DEMONSTROU ABSOLUTA COMPETENCIA. Raciocinava com clareza. Da intriga ninguem se apercebia senão quando a baralha era já tão grande que se não encontrava o fio á meada... Não deixou, entretanto, de não ser eliminado da Camara de Comercio... Da calunia ninguem se livrava: trabalho de sapa, não se descobria com facilidade porque não chegava aos ouvidos dos atingidos e, portanto, sem consequencias... Mas, mentie

v. ex.<sup>a</sup> é o sr. Francisco Ribeiro Salgado, tenente do Exército português e actualmente tecnico adjunto da Repartição de Expansão Economica do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, tendo sido anteriormente 1.<sup>o</sup> assistente professor do Instituto Superior do Comercio, do Porto.

O sr. Ribeiro Salgado foi autorizado por s. ex.<sup>a</sup> o ministro dos Negocios Estrangeiros a proceder, em *missão gratuita*, aos necessarios trabalhos preparatorios para a elaboração de dois importantes estudos. Esses estudos são denominados: *A Colonia Portuguesa no Brasil*, nas suas relações com o fomento economico português e brasileiro, e *Interesses economicos portugueses e brasileiros*. Como os seus sugestivos titulos indicam, os dois aludidos trabalhos destinam-se a promover o desenvolvimento das relações economicas, sociais, politicas e coloniais entre as duas nações de lingua portuguesa.

Como se apreende, trata-se de dois valiosos e oportunos estudos, para mais elaborados por quem deu já uma brilhante demonstração de competencia com a publicação do livro sob o titulo de *Interesses economicos luso-brasileiros*, acolhido com geral elogio pela imprensa de Portugal e do Brasil, os dois novos estudos vão, por certo, constituir trabalhos de vulto e tanto mais que o sr. Ribeiro Salgado se propõe utilizar neles elementos colhidos *in-loco*, o que servirá a valorizá-los.

A Associação Commercial de Lisboa, á qual a iniciativa do sr. Ribeiro Salgado merece todo o aplauso, espera dever a essa prestimosa Federação das Camaras de Comercio e Industria a subida fineza, do seu concurso ao apresentado, a fim

---

publicamente e assumir a responsabilidade da mentira, subcrevendo-a, só agora, que se saiba, teve o *homem* o descoco de fazê-lo. E porque formal!...

«Levou tempo, mas, desta vez, estatelou-se de *quatro*. Arrazou-se a ele proprio. Desfez com os pés o que tanto tempo andou fazendo com as mãos.

«O pretenso *diplomata*, não se resignando com a situação de perder a *mamata*, e incapaz, pela sua *inesgotavel vaidade*, de convencer-se da sua nulidade no «*metier*», para que, inegavelmente, não nasceu fadado, foi ás colunas *Novidades* e, ao mesmo tempo que *sugería um dos cargos para que deveria ser chamado pela actual situação* — conselheiro commercial do Ministerio dos Estrangeiros, consul em Cuba ou mesmo Consul Geral no Rio de Janeiro — metete-se num dilema vicioso, de que não tem mais saída airosa, ludibriando a boa fé de *Novidades* e mentindo escandalosamente aos seus leitores.

«E agora, ao sr. C. N. fica restando um dos dois cami-

de que o mesmo possa levar ao melhor exito a missão a que se propõe, missão que, indubitavelmente, resultará vantajosa, tanto para Portugal como para o Brasil.

Certo da amavel aquiescencia de v. ex.<sup>a</sup> e dos seus ex.<sup>mos</sup> colegas, ao solicitado, em nome desta corporação anticipo os mais rendidos agradecimentos.

Queira v. ex.<sup>a</sup> aceltar os protestos da minha muita consideração. — Saude e fraternidade. — Associação Commercial de Lisboa. — O vice-presidente em exercicio, *Marcelino Nunes Correia*.

Com o auxilio da Associação Commercial do Rio de Janeiro e, principalmente, com o de bastantes dos nossos compatriotas, que, compenetrados dos meus verdadeiros intuitos, tanto me auxiliaram, e, ainda, no final me homenagearam, consegui levar a *cruz ao calvario*. Nas demais

---

nhos: ou confessa que mentiu para *satisfazer o seu vicio*, ou admite, finalmente, que esteve aqui recebendo do tesouro portuguez durante quasi três annos alguma coisa como 4 mil libras, ou sejam, ao cambio baixo, de 120 escudos, alguma coisa como 480.000 escudos, para nem ao menos saber quanto cobrava o Consulado por um visto de passaporte ou, sequer, o que o mais ignorante dos portuguezes sabe, isto é, quanto qualquer deles paga por uma carteira de identidade.

«Safa, que já é topête!».

E agora, compare a Redacção do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo a obra e a attitude desse antigo e ocasional Adido Commercial, com a do illustre e competente Adido Commercial do Brasil em Paris, o sr. dr. Francisco Guimarães, que aproveita os seus ocios para, patrioticamente, editar o «*Annuaire du Brésil (Economi- que et Financiere)*», adoptando o *mesmissimo* processo de que bastantes escritores europeus já estão lançando mão: *fazer a edição das suas obras á custa da publicidade sob capa*, isto é, o processo que eu adoptei para a edição do meu 1.<sup>o</sup> livro e que igualmente estou seguindo em relação ao que já se encontra no prelo, e o qual se destina a ser distribuido gratuitamente e não á sua venda nas livrarias, repito, para justificação do «milagre».

idades do Brasil succedeu o mesmo, substituindo-se os nossos consules a qualquer agremiação económica, apresentando-me a determinados compatriotas, que depois tanto me ajudaram. A bem da verdade, devo dizer que a actuação dos nossos consules, posterior ao artigo do Boletim, foi de iniciativa meramente pessoal, pelo que muito grato lhes fiquei, e identica á que tantas e tantas vezes adoptam para com os compatriotas que para elles directamente apelam. A todos — Consules e Associações — portanto, os meus reconhecidos e sinceros agradecimentos.

Assim fica, segundo creio, sufficientemente explicado *quem paga ao tenente Salgado estas demoradas e custosas aggressões pela America*. Sossegue, portanto, o articulista nos seus momentaneos escrupulos pelos dinheiros publicos, porquanto o Estado portuguez não gastou comigo um centavo sequer, quer em relação á minha missão de estudo, quer em relação á sua finalidade, pois que este trabalho é editado e distribuido á custa do outro que já se encontra no prelo e diz respeito ao principal objectivo dessa missão de estudo gratuita. Assim, justificarei a mesma, *o que nem sempre succede*, em casos identicos, como deve saber.

Resta, porém, referir-me ao assunto: «as cartas de apresentação do sr. dr. Bettencourt Rodrigues não foram para o nosso tenente (o articulista ainda não perdeu os habitos militares) ter entrada nas repartições que a sua missão diplomatica e *reservada* exigia, nem para outras coisas mais...» Em face da tradicional gentileza do functionalismo brasileiro, e ainda das ordens que recebem nesse sentido, qualquer pessoa pode *colher, em qualquer repartição*, quaisquer documentos destinados á divulgação economica, ainda que por antecipação. Essas facilidades redobram quando essa divulgação é desinteressada, como no meu caso, pois, *sem receio algum de contradita* o afirmo, não recebi um tostão sequer de qualquer entidade brasileira de character official ou officioso. E, pela leitura do trabalho que se encontra no prelo, o leitor o poderá comprovar, quer pela analyse do texto, quer da sua secção de publi-

cidade, absolutamente distinta daquele, pois não faço misturas. A minha entrada nas repartições federais, no Rio de Janeiro, devo-a *exclusivamente* á gentileza pessoal do dr. Lemos Brito, grande amigo de Portugal e do actual Chanceler Brasileiro, de quem fui companheiro de viagem e seu hospede durante um periodo (dois meses) de doença. *Tudo quanto se disser em contrario* não passará de afirmações absolutamente gratuitas.

E... ponho ponto final nesta série de considerações, porquanto as mesmas e muitas outras originaram a troca das seguintes cartas, publicadas no Boletim da Camara P. de C. de S. Paulo, referente ao mês de Dezembro de 1928, sob a epigrafe:

### Interesses Luso-Brasileiros

A proposito do artigo sob esta epigrafe, inserto no nosso Boletim, n.º 5, de Novembro, trocaram-se, entre os srs. presidente da Camara e tenente F. Ribeiro Salgado as seguintes cartas:

«S. Paulo, 3 de Janeiro de 1929. — *Ex.º sr. Presidente da Camara Portuguesa de Comercio.* — S. Paulo. — Com a maior das surpresas venho de tomar conhecimento das desprimorosas referencias que me são feitas no Boletim da Camara da digna presidencia de v. ex.ª, referente ao mês de Novembro p. p.

Embora certas apparencias queiram emprestar á minha actual missão no Brasil um character semi-officioso, peso *garantir e comprovar* a v. ex.ª que esta minha missão em nada diverge, quanto á sua essencia, da que identicamente requeri em 1923 e da qual resultou a publicação, em Abril de 1927, do livro da minha autoria denominado *Interesses economicos luso-brasileiros*.

Neste intuito, venho rogar a v. ex.ª o especial obsequio de me conceder uma audiencia, durante a qual e em face de determinados documentos de origem *intima*, eu possa comprovar a v. ex.ª que a minha actual missão é absolutamente de character particular e, portanto, absolutamente compativel com a minha actuação no Brasil.

Agradecendo, desde já, a anuencia de v. ex.ª a este meu pedido, certo de que virá a ser feita a devida justiça aos meus desinteressados e patrioticos intuitos, aproveito a

oportunidade para apresentar a v. ex.<sup>a</sup> os protestos da minha distinta consideração, com os meus votos de Saude e Fraternidade — (a) *Francisco Ribeiro Salgado*.

«S. Paulo, 4 de Janeiro de 1929. — *Ex.<sup>mo</sup> sr. tenente Francisco Ribeiro Salgado*. — Capital. — Atendendo ao pedido de v. ex.<sup>a</sup>, feito por carta de 3 do corrente, e em virtude do qual teve esta presidencia o prazer de lhe falar, ontem mesmo, vimos declarar a v. ex.<sup>a</sup> que, em face das provas que teve occasião de exhibir, apenas as apparencias e as informações da imprensa emprestaram character official á missão que o trouxe ao Brasil (1).

Estamos, portanto, convencidos, ante as referidas provas, que o objectivo de v. ex.<sup>a</sup> é de character puramente particular.

Nestas circumstancias, e em face das mesmas provas, as referencias que se fazem a v. ex.<sup>a</sup>, nesse ponto, no nosso *Boletim* do mês de Novembro p. p., não têm mais razão de ser.

Aproveito a oportunidade para apresentar a v. ex.<sup>a</sup> os protestos da minha consideração e aprêço. — Camara Portuguesa de Comercio — (a) *Joaquim Pereira da Silva Porto* — Presidente».

Esta redacção não nega o seu espirito de lealdade ás justificações do sr. tenente Ribeiro Salgado, publicando-as com o intuito de ressalvar até onde são legitimos os interesses de sua senhoria, tanto mais que nada temos, individualmente, com os seus negocios particulares.

A publicação destes dois documentos, especialmente o seu comentario final, em que a Redacção do *Boletim* se não mostra absolutamente concorde com o presidente da Directoria da Camara, deixando transparecer certo azedume, mereceram ao illustre jornalista santista e dedicado lusofilo, Jaime Franco, os seguintes comentarios, publicados no jornal de Santos *A Tribuna*, de 2 de Março ultimo, quando já me encontrava na Bahia:

---

(1) Originada, possivelmente, pela publicação da carta da Associação Commercial de Lisboa dirigida á sua congénere do Rio de Janeiro (N. do A.).

## INTERESSES LUSO BRASILEIROS

### A missão de economista tenente Ribeiro Salgado

O tenente Ribeiro Salgado, que em boa hora veio ao Brasil, é um oficial distinto do Exército português, um herói da Grande Guerra, um comercialista ilustre; foi o técnico adjunto da Repartição de Expansão Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e antigo 1.º assistente-professor do Instituto Superior do Comércio, do Porto. A todos estes cargos ascendeu com competência prática e teórica, que *adquiriu á sua propria custa*, com inteligência e estudo. Ha muito, porém, o problema do intercambio luso-brasileiro o preocupava em demasia, além de coparticipar dos seus planos de estudo, o commercio dos productos portuguezes no Brasil.

Iniciou a compilação de um livro onde explana profusamente essa troca mercantil com dados estatísticos, onde salienta profundos conhecimentos dessa intrincada materia. Uma obra deste jaez requere trabalho fastidioso e paciência beneditina, mas o tenente Ribeiro Salgado tudo venceu com galhardia, apresentando, pronto e perfeito, o fruto de tão escabrosas locubrações, que lhe mereceram louvores, honrarias e premios. Como todo o trabalhador honesto, a obra ainda o não satisfazia, e pela segunda vez embarcou para o Brasil, a fim de estudar, de perto, com olhos de ver, causas patológicas do commercio luso-brasileiro que efectuaram o seu declínio.

Para essa missão, o distinto economista tenente Ribeiro Salgado munuiu-se duma autorização da respectiva Repartição de Expansão Económica, e veio proceder, *livre de qualquer interesse pecuniario*, ao estudo dos fenomenos comerciais do Brasil, do qual elaborará um livro que se destina á Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em Espanha, onde será distribuido. Nem mais, nem menos; foi o que a imprensa brasileira *propalou em telegramas, comentarios e entrevistas*.

Em todas as cidades que percorreu, foi acolhido com simpatia, e do nosso governo federal, na pessoa do ex.<sup>mo</sup> sr. ministro do Exterior, *dr. Octavio Mangabeira*, e *na do illustre diplomata Helio Lobo*, recebeu referências e atenções carinhosíssimas.

Com o mesmo entusiasmo o acolheram na Argentina, donde acaba de regressar ao Rio de Janeiro, conforme acabo de ler no importante *orãõ platino* La Prensa, que lhe teceu, *tambem, votos de felicidade pela conclusão de tão importante obra*, comentando, numa ligeira entrevista dum seu redactor com o tenente Ribeiro Salgado, as impressões deste sobre a

Argentina, que é um país de intenso progresso e que lamentava na brevidade da sua permanencia em Buenos Aires não poder aprofundar-se em todos os interessantes aspectos do seu desenvolvimento. O tenente Ribeiro Salgado ainda ao mesmo diario argentino expressou o seu reconhecimento pelo Brasil, do qual disse, lisongeiramente, que lhe estava reservado um futuro promissor e incomensuravel no campo industrial e agrícola, e lamentava que não houvesse uma regular navegação entre Portugal e Brasil, extensiva até a Argentina, cujos mutuos benefícios se patenteiam desde que os respectivos governos se convencionem sobre o magno problema economico.

Ora Portugal exporta mais para o Brasil que este para aquêle. A Argentina, por sua vez, exporta cereais para Portugal, do qual pouco importa. Com esta troca pouco compensadora, Portugal, com a sua navegação regularizada, pouco lucra, e o Brasil e a Argentina tiram maiores benesses, conquanto aquêle não tenha no exterior uma propaganda eficiente dos seus produtos, nem esta conheça os nossos e os de Portugal. Resolve-se o problema economico luso-brasilio-argentino com a navegação de vapores destas nações, desde que se obriguem ao transporte dos produtos nos mesmos, com a compensação dos fretes mais baratos. Como se pode imaginar, o tratado comercial que nos ligasse intensificaria as relações diplomaticas com a sobranceira vantagem de dominarmos no sul do Atlantico, que, por direito firmado na historia das navegações e das conquistas, nos pertence.

A seguir, poderíamos, então, iniciar os trabalhos para o faladíssimo intercambio intelectual. E' o pensamento que expressámos anteriormente numa série de cronicas sobre factos luso-brasileiros.

O tenente Ribeiro Salgado, *cujo esforço para tamanha empresa nos causa pasmo*, encontrou no Brasil, entre a colônia portuguesa, quem lhe pretendesse embaraçar a missão patriótica!? Como vem a calhar a lembrança duns versos de Camões, nos Lusíadas, Canto IV, estancia XXXIII, onde o Poeta invoca a memoria de grandes traidores da Historia de Roma para os comparar a alguns dos portugueses?!...

Um desses portugueses, *dos muitos que se acotaram no Brasil, fugidos á justiça de Portugal*, escreveu, pelos jornais, aleivosias e insultos pesados que levaram o estudioso official do Exercito lusitano a defender-se delas com uma carta á Camara Portuguesa de Comercio, de S. Paulo, cujo Boletim Mensal, n.º 6, publicou com outra em resposta; *mas o laco-nismo com que os comentou levantou reparos de grande parte da zelosa colonia e da imprensa brasileira aos quais junto o*



*meu protesto.* O proprio Boletim da Camara a que me referi, no seu numero de Novembro do ano passado, contém desprimorosas referencias ao tenente Ribeiro Salgado, que as reprochou em carta de 3 de Janeiro do ano corrente, na qual garante e comprova que a sua missão ao Brasil em nada diverge, quanto á sua essencia, da que identicamente requereu em 1923 e da qual resultou a publicação, em Abril de 1927, do livro da sua autoria denominado *Interesses economicos luso-brasileiros.* Com esse intuito, o illustre economista rogou ao presidente da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo o obsequio de lhe conceder uma audiencia, durante a qual, e em face de determinados documentos de origem reservada, ele pudesse comprovar-lhe que a sua actual missão é absolutamente de character particular, e, portanto, compativel com a sua actuacão no Brasil. Em resposta á carta do tenente Ribeiro Salgado, o presidente da Camara Portuguesa escreveu cutra, onde o tal laconismo da resposta se compara a uma peacra tapando o sol, e ainda para maior descoco, publicada nas ultimas paginas do Boletim, sem destaque nem comentarios, com o que o tenente Ribeiro Salgado desfaria a má impressão que tais nefandas e subujas intrigas causaram na colonia.

Terminarei com as cordatãs palavras dum distinto diplomata portuguez, cuja amizade me honra sobremaneira, as quais trocámos ha dias, em palestra intima: «a missão do illustre economista é de real utilidade e conserva a união incontestavel do Brasil e Portugal, representando uma ardua empresa que só os mal intencionados podem maisinar, mas estes são mais merecedores de lastima que de reprehensão».

JAIME FRANCO.

Deste artigo só tive conhecimento quando regresssei a Lisboa, para onde me havia sido remetido por mão amiga. Deixo-o integralmente patenteado por se tratar dum brasileiro, «daqueles que muito se orgulham de o ser», que, por iniciativa propria, tomou a deliberação de fazer justiça a um portuguez, que «tambem tem dado provas de o saber ser, nas mais diversas circunstancias» e que na sua terra era achincalhado por outro portuguez, embora *ex-official do mesmo officio.*

E porque já vai sendo tempo de acabar este assunto, igualmente vou transcrever o que se refere á ultima *amabilidade* recebida de portuguezes, em terras de Santa Cruz,

precisamente no momento do meu regresso a Portugal, no dia 13 de Abril de 1929:

### Ribeiro Salgado e a critica

Acabo de ler, num jornal português que se publica no Pará — *A Colonia* — um artiguete criticando o tenente do Exército português sr. Francisco Ribeiro Salgado, por este cavalheiro escrever em francês um livro português. Ao lê-lo, fiquei na duvida se realmente seria uma critica.

Ei-lo, na sua integra, para poder ser bem apreciado por quem tenha amor ás raridades literarias, numa epoca em que os bocadinhos de ouro enxameiam na imprensa benevola e tolerante:

«*Sem pés nem cabeça* — Sobre o intercambio comercial luso-brasileiro, disse o tenente do Exército português Ribeiro Salgado que iria publicar um livro para ser distribuido, gratuitamente, nas exposições de Sevilha.

Esse livro, acrescenta ele, será publicado em lingua francesa — para maior expansão — com um resumo em espanhol, etc., etc.

Porque não publica esse official o seu livro, quando não todo, tambem um resumo na lingua mais linda do mundo?

Qual a razão dum cidadão qualquer preferir escrever uma obra no idioma estrangeiro que no seu, sendo este o mais claro e mais sabio?

E' assim que se brada aos ventos o patriotismo?

Assim sendo, a França e a Espanha que o abençõe.  
— J. M. T. ».

Leram bem? Esta preciosidade é a mais completa que eu tenho visto, desde a epigrafe até á assinatura, J. M. T., iniciais de muitas coisas, inclusivè *Jornalista Matuco Tolo*. Que bela concordancia, que precisa pontuação, que coerente ortografia e que especial sintaxe se nota neste pedacinho lapidar?

E esta? Inebriado pela leitura desse lindo artiguinho, nem reparei na epigrafe, que bem define o que se segue. Tem toda a razão o autor, e aqui faço a minha penitencia; não tem pés nem cabeça... nem miolo! Patriotismo? Pois pode lá ser patriota um tenente *que vem á sua custa percorrer o Brasil em estudos minuciosos* para escrever um livro com muitos algarismos e calculos, com o fim exclusivo de o distribuir, gratuitamente, nas *exposições* de Sevilha, o qual

será publicado em lingua *francesa* com um resumo em espanhol?

Aposto como o sr. Ribeiro Salgado tambem publica os algarismos em francês e espanhol.

Patriotismo, isso sim, tem-no em barda o sr. J. M. T., que vem a publico, em jornal portuguez, desancar o tenente Ribeiro Salgado por «preferir escrever uma obra no idioma estrangeiro que no seu, sendo este o mais claro e mais sabio». Mais claro do que isto só as profecias do Bandarra, apesar de não ser tão sabio como o idioma em que as escreveu.

Manda, porém, a verdade que se diga que o tenente Salgado, em que pese a zoilos e invejosos, estreveu um livro de muito valor, de que pode orgulhosamente ufanar-se, porque é o fruto do seu saber, da sua intelligencia e do seu aturado e metuculoso trabalho e não a transcriçào de trabalhos alheios a que tantos se dedicam e que apresentam como obra sua sómente porque tiveram a habilidade de lhe subporem o seu nome, por ser o que melhor sabem escrever.

E' preciso ter muito amor a trabalhos deste genero e muita dedicaçào á causa patriotica para qualquer se abalançar a deixar a Paria, deixar o remanso do lar, deixar a esposa e os filhos e, sem o menor bafejo do auxillio official, vir tão longe, estudar de *visu*, o mais complexo problema das relações internacionais da actualidade, o intercambio comercial, analisando-o desde as suas linhas gerais até ás mais pequenas minucias, apontando deficiencias, apresentando alvires, demonstrando factos com a evidencia fatal dos algarismos, com o unico intuito de mais desenvolver a expansào comercial do seu país.

E este trabalho só o pode fazer um apostolo da especialidade, um fanatico como Ribeiro Salgado, que palmilhou o Brasil de norte a sul, *sem nunca desanimar com as contrariedades que se lhe apresentavam, com as dificuldades que se lhe deparavam, ou com os entraves que pessoas mal intencionadas lhe prepararam para o abater moralmente e conseguirem o renunciamento á sua obra patriotica.*

E' pois, digno do nosso respeito e dos nossos aplausos o sr. Ribeiro Salgado, pelo seu objectivo patriotico, muito embora sem ter as *bençãos da França e da Espanha.*

A. SILVA

Este artigo, da autoria do nosso vice-consul em Santos, foi publicado no grande vespertino de S. Paulo *A Gazeta*, de 16 de Agosto de 1929. Ao seu autor manifesto o

meu agradecimento, lamentando, sómente, ter perido tempo com tão *ruim defunto*, que se acoberta sob tão significativas iniciais.

\*

\* \*

Para finalizar este Capitulo — aliás bem dispensavel, se as circumstancias a tal me não forçassem — vou apresentar ao leitor o «*heroi da campanha*» que me moveram em Terras de Santa Cruz... Podia fazê-lo por palavras proprias, mas dispenso-me de tal procedimento, que poderia ser tomado como apaixonado ou parcial. Nestas circumstancias, limitar-me-hei, portanto, a ceder a palavra ao apreciado órgão jornalístico da Colonia Portuguesa no Brasil — *Patria Portuguesa* — que em seu numero de 12-10-929, publica os seguintes conceitos, manifestados a proposito de mais uma «*façanha*» identica á cometida para comigo, por esse consumado *heroi*, nas paginas do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo:

### UMA VEZ POR EXCEPÇÃO

Um ex-official do Exercito português, atingido pelos reveses dos movimentos revolucionarios, procurou a terra acolhedora do Brasil. Estava no seu direito. Despida a farda e envergado o paletot, o revolucionario de lá *esqueceu-se sempre e sempre, dos deveres que incumbem aos asilados e outra coisa não tem feito que tentar perturbar a harmonia em que todos nós procuramos viver nesta terra hospitaleira*. Acaba de nos chegar ás mãos um periodico de S. Paulo onde o irrequieto politico, esquecendo-se de que não está em sua terra, insiste em *actrrar odios*. Atira-se colerico e furibundo á ideia, a esta hora já victoriosa, de um Congresso dos portugueses residentes no Brasil e pretende ver nessa iniciativa uma *incorreccão para o grande país que nós hospeda*. E' tão absurdo o criterio, que nem vale a pena discuti-lo: ha coisas que, antes de provocar indignação, suscitam o riso. Justamente hoje, em nosso editorial, tratamos desse caso, mantendo-o no seu devido significado. Não seguiremos o escriba nas suas ironias e motejos á Colonia *que trabalha e aqui se tem tornado credora da*

*respeito dos donos da casa.* Também não vale a pena. Não ofende quem quer, isto desde ha muito se tornou num aforismo.

Mas algumas palavras são necessarias. Essas as escreveremos *sem hesitação e com a firmeza de animo que as circumstancias exigem.*

O autor da prosa foi precisamente uma das poucas pessoas que tiveram a infeliz ideia de fundar no Rio uma celebre Liga *pseudo-republicana* contra o actual governo da Republica Portuguesa. Nessa Liga, onde pontificavam elementos de *pessima reputação e até indesejaveis e desnacionalisados, forjaram-se as maiores infamias, as maiores calunias e as mais abjectas mentiras, desacreditando-se Portugãl, pondo-se Portugal de rastos* para, dessa forma, ferir-se o seu governo. Esqueceram os famosos «ligados» que estavam em país estrangeiro, em país cujo governo mantinha as mais amistosas relações com o governo portuguez. Fizeram do Brasil o campo para as suas rasteiras, *prohucando protestos que se generalisaram, creando dissensões profundas, agredindo pessoas indefeas e chegando á infamia de dizerem Portugal vendido, pelo seu governo, á Espanha e amarrado ao pelourinho da ignominia.* Tão longe foram, esses homens, que a *policia brasileira* teve que lançar os olhos para essa organização.

*Nada temos com a politica partidaria. Nunca quizemos ter nada com essas questões irritantes.* Mas, jornal portuguez, presando o credito de Portugal, que se procura arrastar-cumprimos o nosso dever, como o estamos cumprindo agora. Todos nós, portugueses que nos encontramos no Brasil, no Brasil cabemos. Mas nenhum de nós tem o direito de olvidar seus elementares deveres de hospede. *E é o homem que desses deveres se esqueceu, que esses deveres continua a desprezar, que se apresenta como paladino da correção, pretendendo ferir toda a Colonia e tentando dar lições a quem nunca se esqueceu do exactissimo cumprimento de suas obrigações.*

*Tudo falta a este senhor: senço comunt e autoridade moral para nos atacar.* A Colonia prescinde dos seus conselhos e conhece-nos de sobra. E' inutil insistir em movimentos de desordem, e melhor seria que se convencesse, de uma vez, *que ninguem o toma a serio.* De resto, a Colonia Portuguesa do Brasil *sabe de que estofo moral* são esses «patriotas» que, do lado de cá do Atlantico, pretendem derrubar os governos e salvar a Patria...

Por hoje, basta.

Eis, fielmente, retratados — e por quem mais imparcialmente, talvez, do que eu o poderia fazer — os autores

da campanha de que fui vitima — em Portugal: nas colunas do jornal *Novidades* e revista *O Comercio Português*; e no Brasil: na secção paga do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro; no *Boletim da Camara P. C. de S. Paulo*, e num jornaleco desta ultima cidade, denominado *A Colónia Portuguesa*, o qual, pitorescamente alguns apelidam de *A Calunia Portuguesa*.

## CAPITULO IV

### Relações comerciais luso-brasileiras

Posteriormente á liquidação do assunto a que se refere a troca de cartas com a Camara P. de C. de S. Paulo, fui convidado a realizar a palestra que originou este trabalho.

As conclusões a que na mesma cheguei mereceram de alguns jornais, mais em contacto com a nossa Colonia, a consideração de serem comentadas em artigos redac-toriais. Vou transcrevê-los pela sua ordem cronologica:

#### Portugal e Brasil

O sr. Ribeiro Salgado, official portuguez, distinto economista que ha tempos entre nós se encontra, colhendo elementos e subsidios para uma obra sobre as relações economicas entre Portugal e Brasil, que temçigna publicar, realizou, no Gremio Republicano Portuguez uma conferencia interessante e oportuna sobre qualquer ponto por que se encare. Se o trabalho lido nessa assembleia não tivesse outro valor, bastaria o facto do sr. Ribeiro Salgado trazer a lume problemas que ha muito se debatem entre Portugal e Brasil para o tornar digno de apreço, tanto mais que o brilhante economista se referiu a alguns aspectos da questão, que merecem ser apreciados devidamente.

São os que se referem essencialmente á exportação entre

os dois países. Disse o sr. Ribeiro Salgado, apoiado, evidentemente, em estudos seus e dados fornecidos pelas repartições competentes, que a posição que Portugal e o Brasil ocupam no seu mutuo intercambio, especialmente no ultimo quinquennio, era a seguinte: em 1923, Portugal comprou ao Brasil 72:970 contos, equivalentes a libras 1.653.315, e vendeu-lhe réis 46:943 contos ou libras 1.044.075.

O saldo da balança comercial foi, portanto, favoravel ao Brasil em 26:027 contos, equivalentes a libras 609:240.

No ultimo ano desse periodo — 1927 — a posição dos dois países inverte-se por completo em relação a 1923, pois que Portugal só comprou ao Brasil réis 14.930 contos, equivalentes a libras 363:338, e vendeu-lhe 61:116 contos ou libras 1.487.343 pelo que o saldo da balança comercial lhe foi favoravel em 46:186 contos, ou libras 1.124.005.

Quasi o dobro daquele que, excepcionalmente, o Brasil obteve a seu favor em 1923.

Continuou o distinto economista a expôr os resultados do seu estudo, chegando a esta conclusão: de que a posição favoravel de Portugal se consolidou no decorrer do ano de 1928, pois que, desde o seu começo até 30 de Setembro, as suas vendas ao Brasil montaram a 53:057 contos ou libras 1.301.837, mais 11:218 contos que em igual periodo de 1927 — e as suas compras foram de 10.106 contos ou libras 247.953 — menos 321 contos que em 1927. Diz o sr. Ribeiro Salgado: a manter-se, no ultimo trimestre de 1928, a progressão dos três anteriores, o saldo da balança comercial a favor de Portugal deve ser pouco mais ou menos de libras 1.425.000 pelo que este país se coloca a seguir á Inglaterra e á Argentina, no grupo dos três unicos países a quem o Brasil comprou mais de um milhão de libras do que vendeu no decorrer do ano passado.

O trabalho interessante do sr. Ribeiro Salgado dava assunção para largas considerações. Faltava-nos o espaço. Mas salientando o valor dos seus estudos e a sua oportunidade seja-nos licito apontar um ponto do problema que o conhecido economista *desassombradamente pôs em foco: de que a Portugal não convem, dada a sua actual posição no intercambio luso-brasileiro, qualquer accordo ou tratado de natureza exclusivamente comercial.*

*De facto, não interessa.*

E o sr. Ribeiro Salgado, tratando de assuntos economicos, disse coisas que *não deixam de interessar ao governo brasileiro.* Aquellas que demonstram, á evidencia, que, apesar das boas amizades entre os dois países, o Brasil se encontra em manifesta inferioridade em relação a Portugal, quanto a



sua exportação. Porquê? Pela similitude dos produtos nacionais com os das colônias portuguesas, ou por falta de iniciativa, como acontece com os livros que se não vendem em Portugal? Mas isso dá assunto para outro artigo.

Ignoro, se depois do meu regresso a Portugal, se publicou mais algum artigo neste importante jornal — *Patria* — tão dedicado aos interesses lusitanos no Brasil.

### **Relações economicas luso-brasileiras**

A conferencia realizada pelo sr. tenente Ribeiro Salgado, na ultima segunda-feira, perante os representantes dos srs. Embaixador e Consul Geral de Portugal e um numeroso auditorio, foi, sob todos os aspectos, de *actualidade e interesse indiscutíveis*.

Não era precisa essa exposição minuciosa de numeros estatísticos comparados para nos revelar as faculdades de trabalho e paciencia do estudioso economista, já sobejamente patentes no seu livro *Interesses Economicos luso-brasileiros*.

Serviram eles, entretanto, para desfazer conceitos errados que por aí pululavam na pena de observadores facéis e reduzir a cinzas, com dados insofismaveis, afirmações de qualquer pretensão economista, no Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo.

Demonstrando a situação do intercambio comercial entre Portugal e Brasil, em face dos numeros mais recentes, o illustre official do Exercito portugusê prova que o saldo da balança comercial entre os dois países nos é favoravel em importância que atinge 46.180 contos ou sejam libras 1.124.005, e que a posição de Portugal se consolidou francamente no decurso do ano findo, pois que se os numeros confirmarem a progressão obtida de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 1928, o saldo a nossa favor elevar-se-ha para cerca de 1.425.000 libras.

Em resumo: a exportação portuguesa para o Brasil não diminuiu senão na proporção da ãos demais países, sendo a diminuição geral proveniente do aumento da produção industrial e agricola deste país.

Os algarismos oferecidos pelo sr. tenente Salgado ao estudo de curiosos ou profissionais, prestam-se para deducções interessantes e quasi concludentes para a orientação comercial dos exportadores dos dois lados do Atlantico. Tentaremos tambem colaborar nessa apreciação com mais espaço.

As duas mais importantes conclusões do economista patriocio, são de molde a confirmar as que temos patrocinado

nas colunas do *Diario Português* desde a sua fundação até hoje e que representam de ha muitos as faces do problema posto pelo nosso Consul Geral, sr. dr. Sampaio Garrido.

Segue-se a transcrição de algumas das Conclusões, que se omitem por já constarem do final da 3.<sup>a</sup> Parte do Livro I, deste trabalho.

### Intercambio luso-brasileiro

A questão do incremento das relações economicas entre o Brasil e Portugal, constitue um dos problemas que mais devem interessar os dois países, tanto por considerações atinentes aos interesses materiais nela envolvidos, como também pelos motivos sentimentais que sempre concorrem para estreitar os vinculos entre as duas nações irmãs. Este interessante tema, que *O Jornal* discutiu ha pouco, a propósito da posse da nova directoria da Camara Portuguesa de Comercio foi agora de novo focalizado numa conferencia feita pelo tenente Ribeiro Salgado, no Gremio Republicano Português.

O conferencista dedica-se, ha anos, ao assunto que lhe forneceu a materia da sua interessante palestra, tendo ultimamente publicado um livro sobre a questão. Com a autoridade que daí lhe advém, sustentou o sr. Ribeiro Salgado uma tese cujo alcance não pode passar despercebido aos estudiosos do intercambio luso-brasileiro. Analizando estatisticas comerciais mostrou o conferencista que as importações portuguezas no Brasil, tendo decaído consideravelmente, em consequencia da guerra, estão, entretanto, voltando gradualmente ao nivel de 1913, embora ainda esteja um pouco longe deste ponto. Observou ainda o sr. Ribeiro Salgado que aquella diminuição estendeu-se, igualmente, aos concorrentes de Portugal e que a difficuldade em reconquistar a situação anterior está correndo, principalmente por conta do *aumento da produção brasileira*, que, de ano para ano, vai tomando menor as entradas de certos productos outrora exclusivamente comprados a Portugal, á Espanha, á Italia e á França.

Em contraste com o desenvolvimento progressivo das importações portuguezas no Brasil, assinalou o sr. Ribeiro Salgado que as nossas exportações para a republica Iberica têm constantemente decrescido, apesar da situação aduaneira não se ter tornado menos favoravel. Os aspectos do intercambio luso-brasileiro, tão nitidamente expostos na conferencia do sr. Ribeiro Salgado, *justificam o estudo dessa questão* no sentido de encontrar-se meios de estreitar e expandir as

relações comerciais entre os dois países. *Embora sejam concorrentes na produção de certos artigos tropicais, o Brasil e Portugal podem organizar um sistema de cooperação económica no qual seria aproveitada aquela própria situação de concorrência, convertida assim em elemento unificador dos esforços das duas nações para aumentarem a sua riqueza.* Este interessante ponto de vista foi, aliás, sustentado, ha dois anos, pelo proprio sr. Ribeiro Salgado no livro a que acima nos referimos. São estas questões *que devem merecer a atenção de ambos os governos e que conviriam fossem cuidadosamente estudadas tanto aqui como em Portugal.*

(Artigo do director de O Jornal, Dr. Assis Chateaubriand)

A publicação deste artigo — no jornal brasileiro de maior circulação nos diversos Estados da União, que tem exercido e continua exercendo uma eficiente actuação economico-doutrinaria, pelo que se tornou muito apreciado perante a opinião publica — demonstra que o meu ideal e o de tantos outros portugueses e brasileiros não é uma mera utopia. Esta constatação neutraliza a actuação, em sentido contrario, manifestada por certos nossos compatriotas, que só têm embaralhado estes complexos assuntos, que nunca deverão, evidentemente, ser tratados sob qualquer ponto de vista unilateral.

\*

\* \*

Finalizando esta série de transcrições, ápraz-me, sobremaneira, deixar patenteada a opinião de Raul Martins a proposito da minha actuação no Brasil, mormente por se tratar duma pessoa excessivamente cautelosa nas suas opiniões, pelo que as mesmas sempre se impõem. Devo anotar que Raul Martins, durante a minha estadia no Rio, foi para comigo duma reserva inexplicavel, ou melhor dizendo, sómente explicavel pela série de *amabilidades* que certos compatriotas me dirigiam.

## ASPECTOS ECONOMICOS LUSO-BRASILEIROS

O que se tem feito e o que se deve fazer — Os trabalhos  
no Rio do tenente Ribeiro Salgado

RIO — *Abril.*

Do Rio, onde esteve largos meses, deve andar, neste momento, pelo extremo norte brasileiro, o tenente e economista Ribeiro Salgado.

Durante a sua permanencia nesta grande e numerosa babilonia, onde, diariamente, tantos interesses e ambições se chocam e se combatem, o tenente Ribeiro Salgado teve occasião de estudar alguns dos mais palpitantes problemas do intercambio comercial luso-brasileiro e de recolher farta e valiosa documentação para um trabalho que se propõe publicar e que, atentas as suas qualidades muito apreciaveis de intelligencia e de esforço — eu julgo *virá prestar um real concurso* para o estudo, senão definitivo, pelo menos *muito completo* das questões economicas que interessam os dois países irmãos. Estudioso e culto — com a vontade e energia de triunfar e de ser alguém — o tenente Ribeiro Salgado pôs-se, aqui no Rio, em contacto com os elementos *que melhor podiam servir e auxiliá-lo na sua missão* — tanto os da Camara Portuguesa de Comercio e as figuras *mais representativas* da colonia, como *as do mundo oficial brasileiro* — principalmente os que fazem parte do Itamaraty, que vem dedicando os maiores cuidados, neste governo, ao estudo das questões economicas e expansão nacional, criando, entre outras coisas de vulto, um organismo essencialmente dedicado ao estudo desses magnos problemas — dirigido, superiormente, pela *provada competencia e saber do ministro Helio Lobo.*

Os aspectos mais interessantes das relações luso-brasileiras foram objecto dum aturado estudo do jovem economista — que *levou o seu escrupulo ao ponto* de ir a Montevideu e a Argentina colher elementos e dados que, elucídando-o, *completassem* os que, no Brasil, conseguira reunir, ao fim de longo tempo e de muitas e variadas pesquisas pelas repartições officiais.

Nem sempre a sua missão, no Rio, *foi tapizada de rosas*. A vida, nesta grande cidade — é duma intensidade combativa, dum egoismo que quero crer — se ignore ainda, em toda a sua extensão e maldade nas tranquilas e sossegadas cidades portuguezas — mesmo naquelas como Lisboa e Porto — se orgulham e desvanecem duma civilização adiantada. Nestas grandes capitais do novo mundo — a luta pela vida, pelo pão, pela assistencia, adquire aspectos mais cruéis e mortificantes e mais dolorosos que no velho continente.

Certo, se morre de fome nas ruas asfaltadas de Paris e de Londres, — mas aí — o que é vencido é vencido e na terra onde nasceu, entre os mesmos horisontes, as mesmas multidões, possuindo e tendo os mesmos sentimentos e ansiedades.

Nas babilonias modernas do novo mundo — quem chega não se debate apenas com o meio hostil — representa *um con-corrente que se torna indispensavel afasia, aniquilar* — e, entre seres, das mais diversas raças — encarniçando-se pela conquista duma posição — seja ela qual fôr — ele é, *como um naufrago no fluir e refluir das ondas colericas.*

Não ha tempo para affectividades. As fisionomias tornam-se duras; as almas fecham-se intrataveis e desconfiadas. A ralé do mundo ocorre, deslumbrada, como nos tempos da conquista — atrás do velo de ouro. Vêm, de cambolhada, nos mesmos transatlanticos luxuosos, os missionarios de olhos candidos e os bandidos que a justiça procura nos «bas-fonds» das capitais deslumbrantes. Ao lado do sonhador, vem o tigre; ao lado do que ainda não perdeu todos os sentimentos de character e de honradez, o falsario, o ambicioso, o egoista, o que não conhece escrupulos de consciencia nem rebates do coração.

A America do Norte — ciosa do seu futuro — já fechou as portas á avalanche humana. Para as verdes plagas do sul, abandonadas e deserticas, necessitadas de multidões de braços — ocorrem ainda os aventureiros de todo o orbe, os ambiciosos de todo o planeta — os sonhadores do El-Dorado das miragens encantadas e enganadoras. Dessa amalgama de seres, dessas fatalidades etnicas se caldeia e se funde a raça futura. Mas por enquanto — é a luta, o turbilhão, é a vertigem, é a necessidade de ser-se aspero, ódio, mau — de echar a fisionomia e a alma — porque se não sabe, na volta duma esquina, se é com um cordeiro ou com um lobo que se depara.

Na sua missão officiosa mas vitoriosa, Ribeiro Salgado teve occasião de conhecer as qualidades e os defeitos duma cosmopolis moderna para onde afluem as ambições do universo.

Não lhe foi desaproveitosa a lição para a sua tarefa. *Conheceu os homens; avaliou-os na sua justa medida.*

Colheu elementos, documentou-se, estudou. *Venceu? Quero rer que sim.* O fruto amadurecido dos seus estudos ha-de dá-los no livro que vai publicar sobre os aspectos economicos iso-brasileiros — em que algumas velhas questões serão postas luz da verdade com um espirito ardente e juvenil e com uma intelligencia clara e sagaz.

Numa conferencia que a convite do Gremio Republicano

Português realizou, com a assistencia dos representantes de Portugal e vultos de destaque no meio social brasileiro português, Ribeiro Salgado apresentou a sumula dos seus estudos, que pode aferir pelas seguintes proposições:

.....

.....

*(Segue-se a enumeração dessas conclusões, já transcritas noutra lugar)*

O livro do tenente Ribeiro Salgado *deve interessar os economistas, os governos, os homens de responsabilidade na administração publica do país.* A mim, que me confesso leigo em tal materia, a missão de Ribeiro Salgado *interessou-me pela boa vontade, pelo esforço, pela intelligencia que dimonstro em bem servir o seu país.* Se lhe der, como espero, subsidios valiosos para o estudo mais largo e completo dos problemas economicos da vida e do labor português no Brasil, que conheceu de perto, terá Ribeiro Salgado feito muito, contruido com muito, mesmo. *Os homens só me interessam, com sempre, através das suas acções* — e a acção de Ribeiro Salgado no Brasil foi a de alguém que NÃO DESLUSTROU terra lusa.

RAUL MARTINS.

A Raul Martins, o jornalista português que, seguramente, no Brasil mais dedicadamente tem tratado deste assuntos, os meus agradecimentos pelas suas palavras finais, que, para mim, constituirão mais um estímulo contrapôr a tantos tropeços que tenho encontrado no meu caminho.

## CAPITULO V

### Homenagem prestada ao autor deste livro pela Colónia Portuguesa no Rio

Prestes a regressar a Portugal, quizeram alguns dedicados amigos — que materialmente já haviam concorrido com a sua publicidade para se poder levar ávante a minha missão — manifestar-me, publicamente, os seus sentimentos de affecto e de solidariedade, após algumas horas aborrecidas porque havia passado. Deram o sinal de reunir no orgão da nossa Colónia no Brasil — *Patria Portuguesa* — de 3-2-929, nos seguintes termos:

O illustre official do Exercito portuguez, sr. tenente Francisco Ribeiro Salgado, que aqui se encontra colhendo elementos para um notavel trabalho que está elaborando e de grande utilidade para o intercambio comercial entre Portugal e o Brasil, autorizado pelo Ministerio dos Estrangeiros a visitar pela segundá vez o Brasil, o sr tenente Ribeiro Salgado está, neste momento, elaborando o seu novo livro *Brasil e colonias portuguezas — Síntese das suas possibilidades economicas*.

O trabalho a que se dedica o sr. tenente Ribeiro Salgado será editado em lingua franceza, para maior expansão e será distribuido na Exposição de Sevilha. Deve acentuar-se que essa notavel contribuição do sr. tenente Ribeiro Salgado

*é feita sob sua iniciativa particular, sem a menor ajuda monetária do governo, apenas amparada por comerciantes e industriais dos dois países que, compreendendo o valor da obra económica do illustre official português o tem amparado.*

Atendendo ao esforço do sr. tenente Ribeiro Salgado, ao seu patriotismo e á utilidade da sua obra, um grupo de portuguezes, dentro de breves dias, vai-lhe prestar uma homenagem merecida, que constará dum almoço, ao qual, já podemos informar, aderiram altas figuras do commercio e da administração brasileiros.

Demorado o meu regresso por motivo da palestra a realizar no Gremio Republicano Português, do Rio de Janeiro, realizou-se essa manifestação no dia 21 de Fevereiro, precisamente no momento em que desembarcava no cais do porto do Rio o glorioso almirante Gago Coutinho.

Dos jornais cariocas — *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* — transcrevo, respectivamente, o discurso do orador official dessa homenagem, bem como a minha resposta:

#### **Almoço de homenagem ao tenente Ribeiro Salgado, do Exército Português**

.....

O almoço realizou-se entre expansivas manifestações de amizade, por tomarem parte no mesmo elementos todos de prestigio, bem conhecidos no commercio e na industria, obedecendo a um excelente menu, executando a orchestra Gabbellatto um bem organizado programa. A' sobremesa, o comendador José Rainho da Silva Carneiro, depois de justificar a ausencia e adesão de diversos convidados, entre os quais os viscondes de Moraes e de Sousa Prego e Afonso Viseu, ofereceu o banquete, pronunciando o seguinte discurso:

«*Sr. tenente Ribeiro Salgado, Meus senhores: — Não era eu quem devia falar neste almoço de cordealidade e amizade. A outro digno patricio estava destinada esta incumbencia, e substituindo-o, não preencho devidamente a falta de quem aqui devia estar e que, pelo brilho do seu talento e da sua cultura, melhor vos diria dos motivos que aqui nos reúne. Entretanto, se a mim, modesto homem do commercio, falta o necessario brilho da palavra, tenho, todavia, a grata satisfação de vos falar com toda a sinceridade sobre a personali-*



dade do jovem tenente Ribeiro Salgado, que eu considero um velho amigo.

«Em geral, tem-se a impressão que os homens dedicados ás estatísticas, aos algarismos, enfim, aos assuntos economicos, são homens encanecidos pelo tempo ou pela preocupação cada vez mais viva e ingrata de procurar o X dos problemas. Com o tenente Ribeiro Salgado, que, além de ser um distinto official do Exercito, é um dos nossos mais acatados economistas, tal não acontece. No entanto, a sua existencia tem sido uma vida laboriosa de estudo e de trabalho, impondo-se, por esse motivo, ao nosso respeito e á nossa admiração. Tem o nosso homenageado exercido a sua actividade no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, de Portugal, como tecnico adjunto da Repartição de Expansão Economica. Antes, porém, exerceu as funções de 1.º assistente-professor do Instituto Superior de Comercio do Porto, a reputada Faculdade de Sciencias Economicas e Comerciais do Norte de Portugal, cargo que deixou para dar toda a sua util cooperação ao referido Ministerio.

Em Fevereiro do ano findo, foi autorizado pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros a visitar pela segunda vez o Brasil, a fim de colher os necessarios elementos para a elaboração da primeira parte do seu livro, denominado *Brasil e colonias portuguesas — Síntese das suas possibilidades economicas relacionadas com a respectiva exportação.*

Esta nova missão de estudo, bem como a realizada pelo nosso homenageado em 1923, é de caracter inteiramente particular, nada custando ao governo português, pois é absolutamente gratuita.

O novo trabalho visa a demonstrar, sob a forma dum balanço comparado, as possibilidades economicas que o Brasil e as colonias portuguesas oferecem em relação aos principais produtos similares. Expostas essas possibilidades pela maneira mais simples e compreensivel para o leitor mais profano nestes assuntos, o seu autor, na ultima parte do trabalho a editar, explanará os seus já conhecidos pontos de vista expostos no seu primeiro livro denominado *Interesses economicos luso-brasileiros*, editado em Abril de 1927, e os quais visam a desenvolver o necessario meio ambiente para se chegar ao imprescindivel Convenio economico luso-brasileiro, baseado, especialmente, na associação da produção similar brasileira e colonial portuguesa e na conquista e manutenção dos seus mutuos mercados externos, a exemplo do que a Inglaterra em 1926, fez em relação ao seu imenso Imperio, que se transformou numa unidade economica, e bem assim o exemplo que a França e a Alemanha deram no

mesmo ano, associando-se para a produção e distribuição de certos produtos metalurgicos e quimicos.

Este novo trabalho do tenente Ribeiro Salgado será editado em idioma francês, para uma sua maior expansão, e o seu autor aproveitará a segunda fase da Exposição Ibero-Americana de Sevilha para, nos pavilhões do Brasil e de Portugal, *proceder á distribuição gratuita do seu livro* pelos visitantes desses pavilhões.

A obra do sr. tenente Ribeiro Salgado *é de iniciativa absolutamente particular e pessoal, sem o menor auxilio oficial de character moñetario, pois que todas as suas despesas deverão ser cobertas com o produto da publicidade obtida para figurar numa secção especial, absolutamente distinta e á parte do texto do livro.* Desta forma, o seu autor busca, não só os recursos materiais necessarios, como tambem a *liberdade de critica e de observação que uma missão official, ou mesmo officiosa, lhe não permitiriam em absoluto, bem como uma prévia e boa predisposição do leitor para aprender mais imparcialmente os assuntos que no livro se debaterem.*

Por todos estes motivos é que aqui nos encontramos cercado, com a nossa presença e o nosso conforto, o tenente Ribeiro Salgado, prestando-lhe esta homenagem pelo seu *patriotico e desinteressado labor em prol da aproximação economica luso-brasileira,* vastissimo campo em que, infelizmente, ainda se não caminhou nem laborou tão efficientemente como noutros de natureza menos pratica».

O Conselheiro da Embaixada de Portugal, dr. Pedroso Rodrigues, em nome do embaixador dr. Duarte Leite, apresentou felicitações ao tenente Ribeiro Salgado, desejando que *o seu labor e desinteresse* sejam devidamente recompensados. Usou da palavra, logo depois, o homenageado, que agradeceu a homenagem dos seus compatriotas e amigos, assegurando que ela ficaria perene no seu coração, além de representar um eficiente estímulo para levar avante a sua voluntaria missão.

### **A homenagem ao economista português tenente Ribeiro Salgado**

O almoço ontem oferecido, por um grupo de amigos e compatriotas, ao sr. tenente F. Ribeiro Salgado, official do Exército e economista português, em sua homenagem, constituiu um belo acontecimento do dia, em que, a par da excelencia do serviço do Beira Mar Casino, onde se realizou o almoço, reinou a mais completa cordealidade e simpatia

mutuas. O elemento official portuguez esteve presente, á excepção do sr. Embaixador, que se fez representar pelo sr. dr. Pedroso Rodrigues, Conselheiro da Embaixada. Por sua vez, as principais instituições de commercio nacionais estiveram presentes, assim como o Ministerio do Exterior pelo sr. dr. Raul de Campos, director geral dos Negocios Comerciaes e Consulares.

O almoco, de 60 talheres, teve inicio ás 12,30 horas, tendo justificado a sua ausencia os srs. dr. Afonso Costa, representado por seu filho; visconde de Moraes, Afonso Viseu e Joaquim Ferreira.

Como á ultima hora, por doença, tivesse faltado o sr. visconde de Sousa Prego, coube a incumbencia da oferta do almoco ao sr. comendador José Rainho da Silva Carneiro, que disse dos motivos que a todos ali reunia.

O sr. tenente F. Ribeiro Salgado agradeceu, em seguida, a homenagem dos seus compatriotas, fazendo-o nos seguintes termos:

*«Ex.<sup>mo</sup> sr. representante de s. ex.<sup>a</sup> o sr. Embaixador de Portugal, meus senhores, meus amigos:*

A força das circumstancias, representada por imprevisto da ultima hora, obrigou um dos mais entusiastas promotores desta imerecida homenagem, que vindes de me prestar, a desempenhar as funções de orador official. Se, no entanto, maldigo o acaso que nos privou da comparencia do nosso dislinto compatriota sr. visconde de Sousa Prego, escolhido para orador official e que a doença retém no leito, terei que o bendizer por ter proporcionado a oportunidade, ao grupo dos amigos que promoveu esta, de ser escolhido para interprete dos vossos sentimentos para comigo uma das figuras mais representativas da nossa Colonia, o grande homem de bem e fervoroso patriota sr. comendador José Rainho da Silva Carneiro, que nesta capital conseguiu um lugar de destaque, impondo-se a portuguezes e a brasileiros, pelas suas qualidades superiores e pela sua obra fecunda, exercida, principalmente, nos campos associativo e da beneficencia.

Referiu-se o vosso interprete, meus senhores, á minha modestissima actuação em prol do fomento dos interesses economicos luso-brasileiros, com palavras que para mim constituirão o mais eficiente estímulo para prosseguir no caminho iniciado, não só pela sinceridade que as ditou, como tambem pela oportunidade que escolheu.

Muito se tem escrito e se tem dito sobre o sempre momentoso problema das relações economicas luso-brasi-

leiras. Também eu, para não fugir á regra, alguma coisa tenho dito e escrito, pretendendo encarar os factos duma maneira concreta e despida de fantasias. E, assim, ainda ha poucos dias tive oportunidade — durante uma despretençiosa palestra realizada no salão do prestante Gremio Republicano Português, por gentil convite do seu novo Directorio — de sintetizar numa série de Conclusões o que se me afigura dever fazer-se para que esse problema possa vir a ter uma breve e satisfatoria solução.

Como essa palestra foi ou vai ser transcrita nos jornais, dispenso-me de vos roubar o vosso precioso tempo, repetindo essas conclusões, acompanhadas do seu comentario. Porém, antes de vos agradecer a vossa presença, seja-me permitido, sómente, chamar a vossa esclarecida atenção para um conjunto de circunstancias verdadeiramente excepçional e o qual só muito difficil e tardiamente se poderá vir a repetir, caso se perca a excelente oportunidade que vai decorrendo.

A realização desse problema, condensado nas conclusões a que cheguei, necessita, evidentemente, de obreiros esforçados, tenazes e patriotas.

Mas, meus senhores, quando, deste lado do Atlantico, se encontra presidindo aos destinos do grande e promissor país irmão, um Homem da envergadura do seu actual Presidente, que pela sua clarividente actuação economico-financeira conseguiu dotar o Brasil com a necessaria acalmia precursora do grande progresso que o espera e representada, principalmente, pela estabilização da moeda e pelo equilibrio orçamentario, dois actos que conseguiram restaurar a confiança na applicação dos capitais nacionais e estrangeiros;

quando a Chancelaria Brasileira se encontra dirigida por um Octavio Mangabeira, que, a exemplo seu Presidente, tem dado aos portuguezes as mais inequivocas provas da mais sincera amizade e que ainda recentemente demonstrou desejos de se abandonar a fase do platonismo que tem caracterizado as relações economicas luso-brasileiras, manifestando-se favoravel a um entendimento economico com Portugal;

quando as *élites* economicas do Brasil têm como seus chefes homens da envergadura e do prestigio de Araujo Franco, Afonso Viseu, João Augusto Alves, Jorge Street e Antonio Carlos de Assunção, entre tantos outros;

quando a nossa colonia se encontra superiormente dirigida pela esclarecida mentalidade dum dr. Duarte Leite, coadjuvado pelo operosidade do dr. Sampaio Garrido;

quando a Camara Portuguesa de Comercio desta capital se encontra entregue a um grupo de novos que no commercio

do Rio de Janeiro conseguiram uma posição destacante, e devida exclusivamente ao seu esforço e intelligencia:

quando em Lisboa se vem de fundar uma Associação dos Exportadores Portuguezes para o Brasil, entregue á superior competencia do dr. Soares Franco, prototipo do commerciante moderno, na mais verdadeira acepção do termo. a qual se propõe realizar um efficienſe programa de acção simultaneamente em Portugal e no Brasil:

Que mais será preciso, meus senhores, para que a actuação a exercer-se deste lado do Atlantico encontre do outro lado o necessario e estimulante exemplo para se sair da apatia reinante e se consiga ainda neste quadriennio do preclaro presidente dr. Washington Luis, colher os frutos da visita ao Brasil do nosso antigo Presidente dr. Antonio José de Almeida e cuja colheita só circunstancias de todos conhecidas, conseguiram adiar! ? Estou crente que essa oportunidade está decorrendo e que esse conjunto de circunstancias favorecerá extraordinariamente a obra a realizar, que é simplesmente formidavel, mas dignificante e altamente patriota.

A vossa presença neste almoço de homenagem significa tambem uma prova de carinho e de affecto, a dizer-me que vos não descontentou a maneira por que procurei desempenhar-me da minha voluntaria e gratuita missão de estudo.

Sinceramente reconhecido vos agradeço a vossa presença, que simplesmente demonstra o desejo de ver a nossa querida Patria progredir, ajudada pelo esforço de todos, por modesto que seja.

Termino apresentando-vos as minhas despedidas e convidando-vos a levantarmos as nossas taças em honra do Brasil e de Portugal, bebendo á saude dos seus Chefes de Estado e dos homens de Governo que presidem aos seus gloriosos destinos.





## CAPITULO VI

### Relações das entrevistas concedidas pelo autor á imprensa brasileira

Ao jornal *Diario de Notícias*, de Porto Alegre, em 28-11-928.

Ao jornal *Diario da Noite*, de S. Paulo, em 14-8-928.

Ao jornal *Diario Nacional*, de S. Paulo, em 14-8-928, transcrita na *Tribuna*, de Santos, em 30-8-928.

Ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 12-6-928.

Ao *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 12-6-928.

Ao jornal *A Patria Portuguesa*, do Rio de Janeiro, em 23-12-928.

Ao jornal *A Patria*, do Rio de Janeiro, de 28-2-929.

Ao jornal *O Imparcial*, da Bahia, de 7-3-929.

Ao jornal *Diario de Pernambuco*, do Recife, em 13-3-929.

Ao *Jornal do Comercio*, do Recife, em 13-3-929.

Ao jornal *Diario da Manhã*, do Recife, em 13-3-929.

Ao jornal *A Provincia*, do Recife, em 13-3-929.

Ao jornal *Folha do Norte*, de Belem do Pará, em 3-4-929.

Ao jornal *Correio do Pará*, de Belem do Pará, em 3-4-929.

Nestas entrevistas abordei assuntos já esboçados em trabalhos por mim publicados anteriormente. Ao ultimo desses trabalhos, ultimado no Brasil, se refere a seguinte transcrição:

## A evolução do commercio exterior português depois da Grande Guerra

**Uma importante comunicação do official do Exercicio português tenente Ribeiro Salgado, efectuada ao Conselho Director da Camara Portuguesa de Comercio do Rio de Janeiro**

*(Nota officiosa publicada nos jornais da Capital Federal, em 8 de Junho de 1928)*

Na reunião ordinaria do Conselho Director da Camara Portuguesa de Comercio, realizada em 6 do corrente, sob a presidencia do sr. Augusto de Castro Lopes Brandão, vice-presidente em exercicio e com a presença do consul geral de Portugal, dr. Carlos de Sampaio Garrido, esteve presente o official do Exercicio português tenente Ribeiro Salgado, adjunto da Repartição de Expansão Economica do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, de Portugal, e que ha semanas se encontra no Brasil, em missão gratuita, a proceder a diversos estudos economicos.

Pelo presidente foi comunicado ao Conselho Director que o tenente Ribeiro Salgado desejava fazer uma interessante comunicação subordinado ao tema: *A evolução do commercio exterior português depois da Grande Guerra — subsidios para a sua mais exacta avaliação e orientação*. Seguidamente, foi dada a palavra ao consul geral, dr. Sampaio Garrido, que fez não só a apresentação do illustre visitante como tambem a critica antecipada do importante e patriótico trabalho que ia ser lido aos presentes.

O dr. Sampaio Garrido, como distinto economista que é, referiu-se fluentemente ao mesmo trabalho, salientando, desde inicio, os seus principais meritos que se baseiam numa rectificação dos valores respeitantes á exportação geral portuguesa, efectuada pelo apresentado em face dum fatigadissimo trabalho estatístico, seguida duma interessante critica



à evolução do commercio exterior português, fundamentada de preferencia nas *quantidades* respeitantes ao movimento da sua importação e exportação.

Esta característica do trabalho do sr. Ribeiro Salgado é inédita, pois que até agora quasi todos os economistas têm apreciado o commercio exterior português sómente em face dos seus *valores* e não das suas *quantidades*. Ora, todos sabem que tal apreciação não pode ser exacta, em virtude, principalmente, da fluctuabilidade cambiaria que tanto tem affectado a moeda portuguesa. Pelo contrario, uma critica baseada, especialmente, no movimento das *quantidades*, tem a enorme vantagem de nos pôr em face de elementos de apreciação muito mais exactos e menos fluctuantes.

Entre tantas outras, a principal conclusão do trabalho do sr. Ribeiro Salgado cifra-se em nos demonstrar, flagrantemente, o computo mais exacto da *Balança commercial portuguesa*. Esta, em face das estatisticas officiaes portuguesas — que em relação aos valores da sua exportação estão muito longe da verdade, mercê do inefficaz processo da sua valorização, ao contrario do que succede em Espanha e ainda no Brasil — é computada, por exemplo, em 1926, em 1.612:812 contos, quando deveria ser de contos 569:760, como osr. Ribeiro Salgado proficientemente comprova. Mas se a este ultimo computo se deduzir o valor da *Maquinaria e dos vehiculos* importados no mesmo anno — facto este que os mais reputados economistas mundiaes consideram como riquezas reproductivas incorporadas no patrimonio do pais, por não poderem nem deverem ser considerados no mesmo pé de igualdade que as mercadorias destinadas ao consumo immediato, pois que estas têm de ser, de facto, liquidadas com o valor da exportação — torna-se mais exacta a avaliação da *balança commercial portuguesa*, fazendo baixar esse computo de 569:760 para 309:648 contos, visto a referida importação ter sido de 260:112 contos em 1926.

Desta forma, Portugal deveria ter, realmente, exportado, neste ultimo anno, 85,12 por cento do que importou e não sómente 31,14 por cento, como as estatisticas officiaes demonstram, devido, como já se disse, ao seu inefficaz serviço de valorizações ha poucos dias modificado um pouco para melhor.

E só assim se explica que Portugal tanto tenha resistido em materia economica e financeira, quando é certo que todo o mundo afirma que ele está á beira do abismo! E tambem só assim se explica que o actual governo português se possa desinteressar do emprestimo ha mees solicitado pelo seu antecessor á Sociedade das Nações. Mais uma vez se cons-

tata, portanto, que os recursos economicos portuguezes são, de facto, incalculaveis.

Outras conclusões constam do patriótico trabalho do sr. tenente Ribeiro Salgado, demonstrativas da extraordinaria vitalidade economica das chamadas *industrias proprias* portuguezas.

Devido á sua extraordinaria importancia e oportunidade, o Conselho Director da Camara Portuguesa de Comercio e Industria do Rio de Janeiro, depois de lida pelo seu autor a interessante comunicação, decidiu unanimemente dar-lhe toda a sua publicidade no proximo *Boletim*.

A esta reunião compareceram os seguintes senhores:

Dr. Carlos de Sampaio Garrido, consul geral de Portugal; Augusto de Castro Lopes Brandão, vice-presidente em exercicio; Alfredo Rebelo Nunes, 1.º secretario; José Luis Monterio, 2.º secretario; José de Magalhães Pacheco, tesoureiro; Celestino de Paiva Azevedo, comendador Antonio Augusto de Almeida Carvalhais, Avelino Souto da Mota Mesquita, Joaquim de Campos Mendes, comendador João Reinaldo de Faria, Maximino Rodrigues Cruzeiro, Francisco de Moura Coutinho, comendador Antonio Cardoso de Gouveia e Raimundo Pereira de Magalhães.

Esta reunião foi honrada com a presença dum representante do sr. ministro Helio Lobo, illustre director geral da Expansão Economica Brasileira, além doutros distintos representantes do alto comercio portuguez e brasileiro.

\*

\* \*

E assim, dou por terminado o relato da primeira fase da minha ultima missão de estudo gratuita ao Brasil (\*). Se procedi bem, se procedi mal, aí ficam trans-

---

(\*) A segunda fase terminará pela sua distribuição gratuita aos visitantes da Exposição Colonial de Anvers, dum trabalho baseado na estatística comparada, respeitante ás possibilidades economicas que o Brasil e as Colonias Portuguezas oferecem em relação aos principais produtos que constituem o grosso da sua exportação. Esse trabalho destinava-se, primitivamente, a ser distribuido na Exposição de Sevilla.

critos, *integralmente*, os necessários elementos, publicados no Brasil, para que o leitor imparcial possa avaliar. Raul Martins, com o seu sugestivo poder descritivo, muito poderá, certamente, concorrer para o elucidar sobre as dificuldades com que terá de lutar quem honestamente queira proceder.

Deixei sublinhadas — por minha mão — as passagens mais elucidativas nas transcrições efectuadas. Que os seus autores me perdoem e o leitor que me julgue. Injustamente me atacaram. Justificadamente me explico.

---

Circunstancias *absolutamente independentes* da minha vontade forçam-me a efectuar o grosso dessa distribuição na proxima Exposição Colonial de Anvers, cuja finalidade mais se coaduna com o objectivo desse trabalho, editado, separadamente, em lingua franceza (25.000 exemplares) e em lingua portuguesa (5.000 exemplares) que se destinam, igualmente, á sua distribuição gratuita no Brasil, em Portugal e nas suas Colonias.



## 2. PARTE

O que dizem alguns dos interessados sobre determinados problemas comerciais pendentés

### CAPITULO I

Carreira de navegação portugüesa para o Brasil

1—*Algumas opiniões manifestadas recentemente pela imprensa*

Na Historia Economica de Portugal, contemporaneamente, este problema avulta pela sua importancia apresentando-se, no entanto, como sendo uma das questões economicas das mais complexas, tendo já feito correr bastante tinta e dado lugar a um sem numero de criticas.

Por ser deveras pretencioso, num trabalho da indole deste, pôr o leitor ao corrente de toda a materia publicada, limitar-me-hei a transcrever, sómente, o que mais recentemente se tem escrito na imprensa.

Começarei, portanto, por um interessantissimo estudo da autoria do antigo ministro e deputado sr. dr. Nuno Simões, individualidade bastante conhecida pelos seus apreciados estudos economicos, recentemente publicado na

novel e bem redigida *Revista Portuguesa de Comunicações*, em seu numero referente a 15-9-929.

## O problema da navegação portuguesa para o Brasil

PELO DR. NUNO SIMÕES

Informam os jornais que pode considerar-se resolvido o problema da navegação para o Brasil.

Uma companhia da navegação portuguesa ter-se-hia comprometido já, a fazer uma carreira mensal para os portos brasileiros desde que o Governo a subsidiasse.

Da outra indicam-se mesmo os meios a aproveitar para o serviço do Brasil e pelo que a Imprensa veiu, limitando-se ela a pedir uma isenção de contribuições equivalente ao subsídio que actualmente o Estado lhe concede mas que mal chega para satisfazer encargos tributarios.

Finalmente, um grupo de capitalistas teria proposto ao Governo constituir uma forte empresa de navegação para o Brasil, adquirindo para ela as precisas unidades, com todas as características economicas, mediante o privilegio do transporte da nossa emigração.

No fundo, as três propostas reconhecem que sem a intervenção do Estado não é possível estabelecer-se e manter-se a navegação portuguesa para o Brasil.

E é o que importa fixar.

As carreiras portuguesas para o Brasil estão mais do que justificadas como um acto de intelligente politica do Estado e como um esforço de boa economia da Nação.

Portugal foi o criador do Brasil e continua ainda hoje a contribuir generosamente para o seu progresso e engrandecimento. Anualmente lhe fornece algumas dezenas de milhares de braços, tributo oneroso e sagrado com que concorre para que o Brasil, aberto a todas as correntes da emigração e do trabalho não deixe de manter a sua característica de nação de língua e cultura lusitana.

No ultimo ano Portugal lhe ofereceu um numero de emigrantes quasi igual á soma dos que lhe enviaram os outros países de emigração. E enquanto a Italia e a Espanha, países que depois de nós maiores nucleos de interesses morais criaram no Brasil, reduzem fortemente a sua emigração, a nossa aumenta sem eu discutir agora se não estaremos indo muito além do nosso interesse e da nossa obrigação.

De facto, enquanto em 1928, Portugal mandou para o Brasil 33:882 emigrantes (numero da Directoria do Serviço de Povoamento) contra 31:236 em 1927, a Italia e a Espanha enviaram

apenas, respectivamente, 5:493 e 4:436 emigrantes contra 12:487 e 9:070, no ano anterior. E em nove anos, de 1920 até 1928 inclusivé, passou de 250:000 portugueses que para o Brasil emigraram.

Certo que 25, que 30 % d'esses emigrantes regressam. Mas o resto fica. Mais de milhão e meio de portugueses, no Brasil se fixam, constituem familia, proliferam e se integram no maravilhoso *essor* da grande Pátria.

Como se traduz economicamente a posição que os nossos expatriados têm no Brasil? Afóra as remessas de ouro, hoje muito reduzidas, dos emigrantes, são eles quem no Brasil mantêm, através de tudo, a preferéncia pelos produtos portugueses.

Mais eficaz pudera ela ser, se a exportação portuguesa auxiliasse esse aspecto de nobre patriotismo dos nossos emigrantes e se o Estado se interessasse mais, como lhe cumpre, pelo seu enaltecimento. Ainda assim desde 1921 para cá podemos dizer que as nossas exportações para o Brasil aumentam continuamente. Tanto quanto podiam, aproveitado que fôsse devidamente o instrumento da penetração comercial que é a nossa numerosa colonia? Evidentemente que não. Em todo o caso aumentam, como se vê:

| Anos | Valor em £ da nossa exportação |
|------|--------------------------------|
| 1921 | 1.102.221                      |
| 1922 | 1.176.931                      |
| 1923 | 1.044.075                      |
| 1924 | 1.259.726                      |
| 1925 | 1.499.675                      |
| 1926 | 1.662.628                      |
| 1927 | 1.487.343                      |
| 1928 | 1.857.946                      |

Este ultimo valor corresponde a um movimento de cêrca de 40:000 toneladas de mercadorias.

Enquanto isto succede, as importações brasileiras em Portugal diminuem sempre. De 1.653.315 libras e 75.000 toneladas que foram em 1923, ficaram, em 1928, em 431.028 libras e á roda de 18.000 toneladas apenas. O que não quere dizer que não possam, que não devam ampliar-se. O Brasil pode, enquanto o não obtivermos das colonias, fornecer-nos todo ou quasi todo o algodão que importamos do estrangeiro e vai a mais de 15.000 toneladas.

Só o custo das passagens para o Brasil e os fretes de

uma exportação para lá correspondem a mais de 500.000 libras anualmente. Se acrescentarmos a esta importância o custo das passagens de retorno e os fretes de 1/3 da exportação brasileira para Portugal obteremos mais cerca de 200.000 libras anuais.

Uma linha de navegação portuguesa para o Brasil poderia, pois, representar a nacionalização de meio milhão de libras de passagens e fretes, além de poderem e deverem a sua existência e boa exploração concorrer muito e por varios modos para a intensificação do intercambio comercial luso-brasileiro e de um modo geral para o desenvolvimento das relações entre os dois países.

A tal respeito é oportuno examinar o seguinte quadro, em que ao aumento da navegação italiana que frequenta os portos do Brasil corresponde um grande aumento de troca de mercadorias entre os dois países, não obstante haver baixado muito a emigração italiana, como atrás fica demonstrado:

| Anos | Navegação italiana nos portos brasileiros (tonelagem) | Importação de mercadorias brasileiras em Italia (Valores em £) | Exportação de mercadorias Italianas para o Brasil (Valores em £) |
|------|---|--|--|
| 1921 | 1.002.606   | 3.810.166  | 1.760.198  |
| 1922 | 1.411.157   | 3.743.771  | 1.886.508  |
| 1923 | 1.877.152   | 4.743.477  | 1.987.832  |
| 1924 | 2.104.714   | 7.772.867  | 2.400.557  |
| 1925 | 2.268.128   | 6.563.312  | 3.073.091  |
| 1926 | —   | 5 079.522  | 2.902 411  |
| 1927 | —   | 4.062.398  | 2.752.884  |
| 1928 | —   | 4.834.210  | 3.360.676  |

Justificada política e economicamente a necessidade da linha portuguesa para o Brasil importa examinar a sua viabilidade industrial.

Os transportes de passageiros e mercadorias entre os portos brasileiros e portugueses constituem hoje uma consideravel fonte de receita das empresas de navegação estrangeira, especialmente alemãs, francesas, inglesas e holandesas. Trata-se de companhias poderosas, algumas recebendo dos seus governos fortes subvenções.

Difícilmente hão de conformar-se com a perda dos recursos a que se habituaram. Para poderem continuar a obtê-los, natural é que se disponham a uma concorrência exasperada. Tem de contar com ela qualquer empresa nacional que se orga-



nize para o aproveitamento das passagens e fretes que estamos pagando a estrangeiros.

Há possibilidade de reunir capitais para essa empresa? Francamente, creio que não. Os capitais portugueses, mercê de circunstancias varias, são tímidos além de refractarios a negocios industriais, para mais com larga tradição de insuccesso.

Seria necessario reunir um capital acções muito avultado, ainda mesmo contando com a colocação em obrigações com garantia especial, de uma importancia grande.

Navios para as carreiras do Brasil, mixtos, com acomodações para 800 a 1.000 emigrantes, com velocidade média de 13 a 14 milhas, custam, em média, de 200 a 250 mil libras, incluindo o seu apetrechamento. Para cinco unidades, nessas condições seriam precisas, portanto, 1.300.000 libras. Como reunir esses capitais? No país, impossivel. Nem para um dos mais lucrativos e seutores negocios (em Portugal e em toda a parte) o do exclusivo da emissão de notas no Ultramar, foi possível reunir capitais. A ultima emissão do Banco de Angola, apesar de a sua administração se haver dado o possível caracter industrial, teve de tomá-la o Estado, reconhecendo a dificuldade, senão a impossibilidade, de a fazer subscrever na Metrópole ou em Angola.

E a nova grande emissão do Banco Ultramarino, que não foi tomada pelas colonias, natural é que tenha de ser colocada, pelo menos em grande parte no estrangeiro, apesar da gravidade que um tal recurso assume pelo *contrôle* financeiro na nossa vida colonial que indirectamente outorga aos subscriptores estrangeiros.

Basta isto para se afirmar sem receio de erro, que não se reuniam capitais nacionais para fazer a linha de navegação para o Brasil. Capitais estrangeiros é tambem, pelo menos por agora, legalmente impossivel reuni-los.

Temos então que a intervenção do Estado é imprescindivel para que o empreendimento se efectue.

Mas em que termos?

Se tivéssemos estabelecido o Crédito Marítimo a ele poderiam recorrer as empresas actuais de navegação para a aquisição de unidades novas para a linha do Brasil. Tudo estaria depois em assegurar-lhe uma exploração economica, condicionada pela garantia de fretes e passagens.

Mas não temos Crédito Marítimo e falta-nos qualquer instrumento legal que dê á industria nacional essa garantia.

Por outro lado todo o material das duas empresas de navegação colonial está hipotecado ao Estado, grande e principal credor de ambas, o que lhe sucede tambem com a Companhia Carregadores Açoreanos. Essa circumstancia as inibe, evidentemente, de oferecerem garantias para novas aquisições.

Nada as impede, porém, de como, segundo leio, foi proposto, juntas ou separadamente projectarem e fazerem, com os navios que têm, o serviço do Brasil.

Mas ocorre ao admiti-lo perguntar se não podendo dizer-se que as colonias estejam bastantemente servidas de navegação nacional, é lícito pensar em distraír do serviço delas, unidades que se destinem á linha do Brasil.

Na verdade, se as nossas colonias occidentais podem considerar-se regularmente servidas de navegação, não succede outro tanto em relação ás orientais. Moçambique, nas condições actuais da nossa navegação ultramarina, tem apenas uma ligação regular, mensal com a Metrópole. Por ella recebe a Companhia Nacional um subsídio de 2:400 contos anualmente pago pela Metrópole, por Angola e por Moçambique, em partes iguais.

Tudo quanto seja menos de uma carreira quinzenal para Moçambique é pouco. Como admitir, portanto, que das carreiras de Africa se afastem algumas unidades, sem ao menos se assegurar que os serviços respectivos não são prejudicados?!

Mas não seria justo até, que se pensasse em melhorá-los, antes de as empresas de navegação ultramarina se abalancharem, combinada ou independentemente, aos serviços do Brasil?

Eu creio que sim, e tanto mais quando é certo que as empresas pela situação que hoje nelas tem o Estado, nada podem fazer sem o seu assentimento e além disso porque o êxito de tudo o que possam fazer depende menos da boa vontade delas do que dos favores ou auxílios que o Estado lhes prestar.

De facto, se o Estado, como supremo coordenador das actividades nacionais pode e deve intervir nas empresas que exploram serviços de caracterizado interesse publico, como grande crédor dessas empresas, tem o direito e até a obrigação de influir na sua orientação económica para lhes assegurar um progresso financeiro que, garantindo os seus capitais, garanta igualmente o Tesouro.

Parece, portanto, que ao Estado compete, e só a elle cabe autoridade para isso, dizer se as empresas podem e em que termos desviar navios dos serviços de Africa para a linha do Brasil. E' possível, por um aproveitamento racional das duas frotas de commercio ultramarino, melhorar os serviços respectivos?

Melhem-se. Para isso não tem o Estado que hesitar em impôr a sua autoridade.

Depois de melhorar os serviços de Africa, pode ainda pensar-se em aproveitar quaisquer unidades da frota actual para o serviço do Brasil? Pois que se aproveitem.

Não me repugna aceitar uma experiencia de carreiras pa

ra o Brasil feita, nas melhores condições, quanto ás unidades que, sem prejuizo das carreiras do Ultramar, possam utilizar-se para isso.

Mas como experiencia, que o Crédito Marítimo, estabelecido em curto prazo, venha a consolidar com unidades novas ou que, por auxilio extraordinario do Estado, com novas unidades possa definitivamente estabelecer-se.

Nesta revista puz já em relevo a situação especial e precária em que se encontra a nossa frota mercante do Ultramar, constituída por unidades velhas e todas a atingir, dentro de poucos anos, o limite das possibilidades de exploração. Não se comprehenderia, portanto, que, ao admitir, na experiencia da linha para o Brasil, o aproveitamento mesmo das melhores dessas unidades, não afirmasse a necessidade em curto prazo de as substituir.

Essa necessidade é iniludivel e premente, sob pena de um fracasso industrial que importa ao Estado na sua função primacial de soberania.

Admitamos, porém, que com algumas unidades existentes e com outras a adquirir, novas ou usadas, se organizava a frota para as carreiras do Brasil.

Como haviam estas de viver?

Mais uma vez a intervenção do Estado surge como necessaria e imprescindivel.

Há, na verdade, fretes e passagens dos nossos portos para os do Brasil, bastantes para sustentar carreiras quinzenais para lá.

E se quanto ás passagens e á carga de retorno, a situação não é tão favoravel, não há duvida de que utilizada pela navegação nacional exclusivamente, esta não careceria de auxilio para se manter.

Como garantir, porém, esses fretes e passagens?

A terceira proposta das que enunciei no começo d'este artigo demandava e demanda apenas o exclusivo do transporte da emigração. Representa ele uma receita de 350:000 libras pelo menos. Se não conseguissem os proponentes outros recursos, bastar-lhe-iam esses para remunerar o capital necessario para a compra de unidades novas e para a manutenção das carreiras regulares quinzenais?

Não tenho o optimismo de alguns que aí tenho ouvido pronunciarem-se a tal respeito. Admitamos, porém, que sim. Seria o exclusivo do transporte de emigração, para navios nacionais aliás perfeitamente defensavel e justo, uma medida que o Governo Português tomasse e sustentasse, sem a mais cuidadosa ponderação? Recentemente, em um artigo da revista *Neptuno*, consegui demonstrar a que insolitas pressões têm

chegado os interesses da navegação estrangeira em Portugal, quando justificadamente cuidamos de proteger a nossa.

Sei quanto custou a manter íntegra, durante cinco anos, a legislação proteccionista da navegação portuguesa de comércio. Sei o que se fez para a modificar e como foi possível alterá-la. Daí a minha pergunta. Outros e menos difíceis meios vejo porém, de o Governo Português intervir para auxiliar financeiramente a linha do Brasil.

Ainda ontem em editorial das *Novidades*, o antigo adido comercial de Portugal no Brasil (1), aventava a possibilidade de se exigir a cada emigrante uma taxa de 5 libras, destinada a um fundo de auxilio á navegação portuguesa para o Brasil e de renovação da respectiva frota.

Sou um pouco menos exigente. A taxa da emigração acho-a bem. Mas não superior a libra e meia ou duas libras, para todos os emigrantes por via marítima, embarcados em navios nacionais. O preço da passagem nestes, inferior aos das empresas estrangeiras, compensaria a maior parte dos emigrantes. A taxa seria do dôbro quando os emigrantes embarcassem em navios estrangeiros. Obter-se-hia, assim, uma importante receita para o Fundo referido e que permitiria ao Estado subvencionar fortemente a navegação portuguesa para o Brasil e promover e auxiliar, enquanto o Crédito Marítimo não fôsse instituído, a renovação da frota,

Para reforço desse Fundo seria possível e justo ir ainda buscar ao Fundo de Protecção á Marinha Mercante e Portos Nacionais alguns dos seus recursos, hõje é certo muito reduzidos pelo sentido de protecção á marinhã estrangeira que substituiu, em certa altura, o dever de defesa e protecção da navegação nacional.

Além dessa medida, outras poderiam sugerir-se ao Governo para estudo.

A nossa exportação para o Brasil, desde que houvesse carreiras regulares quinzenais, podia muito bem ser reservada para os navios portugueses. Actualmente já ela beneficia das reduções que o decreto n.º 7:822 lhe estabeleceu quando transportada em navio nacional.

Seria demais que, salvaguardados os interesses do comércio quanto á qualidade dos serviços da nossa navegação, se exigisse uma sobretaxa á que preferisse ser transportada em navios estrangeiros?

Quanto ás passagens de retorno podia ainda cuidar de

---

(1) Peço licença ao autor para omitir o nome desse antigo e accidental funcionario.

garantir-se a sua maior parte á navegação nacional. O emigrante que saía, deixava uma caução de regresso.

Para voltar em navio português, essa caução seria metade da necessária para regressar em barco estrangeiro.

As cauções de retorno são hoje moeda corrente em todos os países novos. Estão obrigados a elas os nossos colonos de Africa. Fazem-nas, e avultadas, os emigrantes portugueses que vão para a Africa Ocidental Francesa e para Fernando Póo.

Seria demais exigi-la, nos termos indicados, aos portugueses que vão para o Brasil?

Tambem quanto á carga de retorno havia possibilidade de a atrair á navegação nacional.

Já ella goza do bonus de 10 % nos direitos de importação, estabelecido no referido decreto n.º 7:822. Esse bonus podia ser augmentado. Ainda o Governo podia bonificar essa carga pelo que respeita ao imposto consular.

Claramente que tendo o Brasil navegação propria entre os seus portos e os nossos, há que pensar em conciliar os interesses da navegação portuguesa e brasileira, para que os favores a conceder á nossa, não suscitem hostilidades da parte da sua legitima concorrente.

Nisso como no mais, o problema da navegação para o Brasil demanda, pois, uma cuidadosa intervenção do Estado, sem a qual, me parece difficil o empreendimento perder o character de aventura que infelizmente resulta de anteriores e justificados insucessos.

Simultaneamente, publicava-se no numero referente a Setembro ultimo, da revista *O Comercio Português*, um outro interessante artigo — que me parece ser da mesma autoria do anterior — no qual se defende doutrina identica. Apesar dessa circumstancia, vou transcrevê-lo, por no mesmo se esplanarem certos pontos de vista que naquella se esboçam.

## **NAVEGAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL**

### **Recursos legais e financeiros e seu aproveitamento**

Relativamente ás carreiras para o Brasil ficou feita a sua justificação economica.

Viáveis industrialmente, também?

Não o crêmos, sem a intervenção do Estado Português: As poderosas empresas estrangeiras, largamente subsidiadas

pelos seus governos, não largam facilmente uma receita como a que a emigração portuguesa para o Brasil lhes oferece. Não de lutar, baixar muitos os preços das passagens, diminuir os fretes. E se a empresa portuguesa não contar com fortes subvenções ou com favores excepcionais, sossobrará.

Nos estudos a que se tem procedido, no proprio Relatório que nos serviu de guia para este artigo (1), agora que a questão da navegação portuguesa para o Brasil parece ser uma realidade proxima, assentou-se em que devem ser quinzenais as carreiras entre os portos portugueses e brasileiros.

Assentou-se mais em que os navios devem ser como os nossos melhores de Africa, mixtos, com acomodações para mais do dôbro dos passageiros de 3.<sup>a</sup> classe e um pouco mais rápidos.

Seria preciso para que essas carreiras pudessem manter-se, que em cada navio embarcassem pelo menos 1 000 emigrantes, com carga completa, tendo para retorno o mínimo de metade dêsses emigrantes e a mesma carga.

Ora a garantia de emigração só legalmente pode obter-se. E até á lotação os navios justo era que se assegurasse. Quanto á carga de ida, essa garantia era tambem possível directa ou indirectamente. As passagens dos repatriados tambem directamente poderiam garantir-se. A carga do retorno é que só muito indirectamente poderia ser atraída á navegação portuguesa.

Obrigar os emigrantes portugueses a embarcar em navios nacionais é tudo quanto há de mais justo, sobretudo se esses navios tiverem as condições de hygiene e conforto que é licito exigir-lhas. O numero de emigrantes é superior á lotação dos navios? O Estado pode autorizar sempre o embarque do excesso nos navios estranhos que tenham melhores condições de alojamento.

A carga para o Brasil só não poderá ser reservada ás carreiras nacionais se estas não tiverem a regularidade e a frequencia que são impostas pelas necessidades do commercio. E nesse caso será demais que quem queira pagar fretes ao estrangeiro pague tambem uma sobretaxa que ajude a sustentar a navegação nacional?!

Quanto ás passagens de retorno é tudo quanto há de mais corrente obrigar os emigrantes, quando deixam o país, a cautionarem a viagem de regresso. A caução para navios nacio-

---

(1) «Subsidios para o estudo das ligações maritimas com as colónias portuguezas», mandado elaborar pela Companhia Colonial de Navegação.

nais pode ser 2/3 ou metade da que se exige para o retorno em navios estrangeiros.

Se o colono que vai para o nosso Ultramar deixa uma caução que lhe garante a viagem de regresso, porque não há de deixá-la o emigrante que vai para o estrangeiro?

Ainda agora aos portugueses que entrem na Africa Occidental Francesa é exigido uma caução de 3.900 francos, reembolsavel no acto da saída ou ao fim de 5 anos de permanencia. E os emigrantes que entrem em Fernando Pó estão sujeitos ao deposito de 500 pesetas.

Quanto á carga de retorno a empresa conta já com 10 % dos direitos pautais das mercadorias importadas.

Pode o Estado aumentar esse bonus e pode bonificá-las ainda no chamado imposto consular.

Essas medidas terão que ser muito ponderadas, tal como succede á criação da sobretaxa nas mercadorias exportadas para o Brasil em navios estrangeiros, dada a circumstancia de o Brasil ter navegação propria entre os seus portos e os nossos.

Dentro de um acôrdo economico com o Brasil haveria possibilidade de vir a conciliar os interesses da navegação de ambos os países.

A não pôr em prática todas essas medidas de protecção á navegação para o Brasil ou algumas delas pensamos que só por meio de fortes subvenções do Estado a navegação para o Brasil poderá manter-se. Essas subvenções podem ser concedidas sem encargo para o Tesouro ou pelo menos com um encargo mínimo. Para isso recorrer-se-hia ao chamado imposto de emigração: uma ou duas libras pagas por cada emigrante saído, por via marítima, de Portugal em navio português e o dobro quando saísse em navio estrangeiro. A esse imposto e ás receitas do Fundo de protecção á Marinha Mercante e Portos Nacionais, apesar de muito reduzidas, poderia ir buscar-se a importancia dos subsídios a conceder ás carreiras portuguezas para o Brasil, sobre as quais o Governo exerceria uma rigorosa fiscalização, impondo-lhes orientação, administração economica e as vantagens que o Estado entendesse que lhe eram devidas pela empresa ou empresas que viessem a explorá-la.

Criados os recursos para manter as carreiras, pergunta-se: Com que navios deviam estabelecer-se?

O Relatorio da Companhia Colonial admitiu apenas a hipótese de as fazer com unidades novas. E seria o melhor. Partindo de um aproveitamento mais cuidadoso e economico da actual frota mercante das colonias e adquirindo três unidades novas do tipo já indicado, seria possível na verdade, melho-

rando muitos os serviços de Africa, manter as ligações quinzenais com o Brasil. Claramente que se, para o melhor aproveitamento da frota era necessaria e imprescindivel a interferencia do Estado, mais necessaria ela era para a obtenção dos navios novos para a linha do Brasil. Essas três unidades não podiam custar menos de 800.000 libras. As empresas de navegação colonial, mesmo juntas para o efeito, só as obteriam com o aval do Estado, o que não quere dizer que não conseguissem importantes facilidades de pagamento dos estaleiros que as construissem.

Até que essa construção se fizesse ou sem esse limite e durante um determinado período de experiencia, aventou-se a hipotese de aproveitar para carreiras quinzenais para o Brasil, os melhores navios de passageiros das duas Companhias: Nacional e Colonial. Veiu até já nos jornais a indicação das unidades a empregar nas carreiras do Brasil por parte de uma delas.

E agora preguntamos nós: Como afastar das carreiras de Africa quatro ou cinco unidades para a linha do Brasil, sem prejudicar os serviços coloniais? Sobretudo se, afastadas essas unidades, as duas empresas continuassem a fazer os serviços que mais lhes conviessem, em um regime de acesa concorrência?! Bem sabemos que a Companhia Nacional vai ter mais uma excelente unidade nova: o *Quanza*. Mas também não ignoramos que está já autorizada a vender dois navios dos que melhores serviços lhe têm prestado: o *Pedro Gomes* e o *Africa*. E sendo assim, preguntamos mais: Sem melhorar os serviços de Africa, quanto é necessario e até prejudicando-os, é lícito ás duas empresas coloniais abalançarem-se, junta ou separadamente, ao serviço do Brasil?

O problema demanda, parece-nos, um cuidadoso estudo, pois ainda que a exploração da linha do Brasil representasse para as duas empresas um lucro certo e importante, não lhes seria lícito buscá-lo sem que elas se entendessem espontanea ou forçadamente sobre a melhoria dos serviços de Africa e sem que a realizassem.

Esta a nossa opinião, que francamente expomos. Entendemos que sem a intervenção legal e financeira do Estado as carreiras do Brasil não passarão, dentro em pouco, de uma tentativa frustrada. Sê-lo-hiam pelo menos quando fôsse necessario substituir as unidades que ora se lhes destinassem, se não se houvesse previsto e estabelecido préviamente onde ir buscar os recursos para material novo e economico.

Mas se o Estado tem de intervir, que intervenha como deve e em tudo, de modo a lucrarmos todos: o Tesouro que gaste menos, a Nação que veja a sua economia melhorada, a marinha mercante que prospere e se desenvolva, e as nossas



colonias de territorio e de população que reconheçam que a Mãe Pátria as não esquece e se preocupa permanentemente com o seu progresso e melhoria.

Mais recentemente, em 17-10-929, o *Diario de Noticias* publicava na sua 1.ª pagina a seguinte local:

### Navegação portuguesã para o Brasil

#### **A Companhia Nacional de Navegação vai iniciar, em Dezembro, as suas carreiras para aquele país**

A Companhia Nacional de Navegação, que está atravessando um periodo intenso de renovação e de progresso, depois de haver melhorado extraordinariamente os seus serviços para a Africa, resolveu satisfazer uma velha aspiração, inaugurando carreiras para o Brasil. Na ultima reunião do seu Conselho de Administração, o sr. José Cardoso Leitão, cujas qualidades de mocidade e de intelligencia se têm affirmado notavelmente naquele organismo, propôs que fôsse estabelecida essa carreira.

O Conselho aceitou a idéa, parecendo que a primeira viagem se efectuará já no principio de Dezembro, inaugurando-a o belo paquete «Niassa». O valor economico desta iniciativa é enorme, porque, sendo de 50.000 por ano o movimento de emigrantes, o dinheiro da deslocação deles ficará em Portugal, evitando-se uma consideravel drenagem de ouro para o estrangeiro. A Companhia Nacional de Navegação, porque é a mais antiga e dispõe de uma frota que está aumentando, é, por sua vez, a que dispõe de condições bastantes para manter um serviço regular e cómodo.

Compreende-se bem quanto satisfará o orgulho patriotico dos portuguezes residentes no outro lado do Atlantico verem navios do seu país nos portos do Brasil, além de que a fiscalização e protecção aos emigrantes nacionais são mais facéis em navios nossos do que em navios estrangeiros.

Ao que parece, coincidirá com a inãuguração desta carreira o envió ao Brasil de uma embaixada dos nossos primeiros valores intellectuais e economicos.

Essa local mereceu ao brilhante vespertino *O Povo* os seguintes comentarios, nos seus numeros de 22 e 23 de Outubro:

Em matéria economica e financeira, o patriotismo es-  
rusiante é, por vezes, gerador de graves consequencias e de  
perdas irreparaveis para o País.

A Companhia Nacional de Navegação annunciou estron-  
dosamente que se propõe, já em Dezembro, iniciar as carrei-  
ras de navegação para o Brasil, e note-se, sem qualquer au-  
xilio monetario do Estado.

Até aqui, muito bem. Aumentou, porém, a referida Com-  
panhia o numero de unidades da sua frota para poder con-  
tinuar a manter com regularidade os serviços das colonias?

E' o que não sabemos e que é preciso que no-lo digam  
com precisão e clareza.

Adquiriu o «Quanza», mas desfez-se de dois barcos.  
Logo a frota diminuiu e não aumentou.

Companhia Nacional de Navegação e Banco Nacional  
Ultramarino são duas entidades que de tão proximas que vi-  
vem chegamos, por vezes, a confundi-las. Ora o Banco Na-  
cional Ultramarino, que se criou tão sómente para auxiliar  
o fomento das colonias, a certa altura entrou a espalhar pelo  
orbe terraqueo sucursais e filiaes. E todos sabem que o Brasil  
não foi a parte do mundo onde os negocios lhe correram  
mais propicios.

Todos se recordam ainda que o Brasil deu ao Banco  
Emissor colonial sérios desgostos e podemos afirmar, sem  
receios de contestação séria, que as colonias bastas vezes se  
sangraram para auxiliar os azares bancarios em Além-Atlan-  
tico. Em vez de haver-se operado uma concentração de ca-  
pitais para reforço e auxilio das colonias, produziu-se uma  
dispersão que ás colonias ficou cara.

Parece-nos que em igual erro vamos cair. Com a mira  
num negocio provavel e com base numa atmosfera favoravel  
a um rapido entendimento com o Brasil, vão desviar-se das  
colonias navios, e os melhores, decerto—pobres coloniais,  
eternos negros e escravos!—para os irmos utilizar em servi-  
ços novos e diferentes daqueles para que foram adquiridos.

Pode dizer-se-nos que a Companhia Nacional de Nave-  
gação é uma empresa particular e como tal senhora absoluta  
de dispôr dos seus barcos. Não é assim.

O Estado tem, hoje, como grande credor, uma situação  
particular em relação á Companhia. Pode e deve intervir em  
matéria de tanta importância. Além disso, a Companhia tem  
contratos com o Estado e ha que cumpri-los. Mas, mais e  
ainda, a Companhia Nacional de Navegação não poderá por  
si só assegurar o serviço completo para o Brasil.

Dir-lho-hemos depois porquê.

Vai o primeiro navio á aventura. Depois outro, a seguir outros; entrementes surge o almejado—perdão—o infalivel «deficit». E, como seria desastroso fazer cessar a carreira patrioticamente iniciada e tão ardentemente desejada, é necessario que o Governo subsidie, dê mais umas vantagens, enfim, já se adivinha o que vai seguir-se.

A questão está mal postã.

Hoje, o verdadeiro armador é o Estado. Pois bem, ele que escolha na frota que as companhias em seu nome exploram as unidades que melhor se adaptem ao trafego brasileiro e ás colonias, promova a aquisição de uns dois barcos mais ou troque alguns navios por outros melhores e jogando com todos os dados, fazendo ou criando com os armadores actuais e sob a sua fiscalização o organismo central que cuide do aproveitamento integral da nossa frota marítima.

Temos ou não razão? E' de crêr, é certo, que a temos. Se assim não fôr, venham provas. Depois, falaremos.

A solução que preconizamos é nacional, e pode resolver amplamente o instante problema.

Pela forma, patriótica, é certo, como vai tentar resolver-se, não.

E' tão melindroso, tão grave o problema que até mal nos fica pretendermos solucioná-lo applicando os processos velhos, cansados e prejudiciais do conta-gótas e do anzol...

\*

\* \*

O problema das carreiras de navegação para o Brasil, se bem se mantenha nos dominios da controversia, parece-nos em bom caminho de solução. Ressurge uma esperança nas classes marítimas, duramente experimentadas, desde ha anos, por uma crise de trabalho determinada pela carencia de transportes.

Boa ou má, duradoura ou efemera, experimental ou definitiva, a solução que se aproxima vai ser, certamente, a semente que fecundará uma arvore, a cūja sombra uma multidão amargurada se acolherá—a multidão de emigrantes sem recursos, a multidão dos que no oceano têm o seu ganha-pão.

Inutil o declararmos que não quebremos lanças por qualquer dos interesses comerciais ou industriais que se chocam. O mar não pode ser monopolio de ninguem e, se uma companhia se lança numa tentativa audaciosa, numa experiencia aventurosa, não se ganha motivo para afirmar que a solução do problema se afasta das realidades.

Entendemos que a navegação para o Brasil pode bem ser tentada por entidades que se sintam com força para evitar um desastre. Este ponto, porém, foi, ontem, devidamente focado por um nosso colaborador, que a assuntos coloniais muito se tem dedicado. Concordamos em que os interesses económicos da nação devem ser mais respeitados do que os interesses de qualquer entidade ou classe.

Os portugueses costumam despertar muito tarde ante as realidades. Despertam, quasi sempre, ao ruído que cause uma solução advinda de circunstancias varias e, logo, em vez de encararem o lado pratico da solução apresentada, atiram o problema para longas e complicadas controversias. Com o estabelecimento de uma carreira de navegação para o Brasil, embora seja uma experiencia, não acontece coisa diversa.

Apenas as classes maritimas, quasi esmagadas por uma crise que parece interminavel, seguem essa controversia com uma expectativa angustiosa, talvez prevendo que o choque dos mesquinhos interesses de empresas vá protelar a solução de um problema, que deveria ser-lhes benefico. Deste modo, apertadas pelas realidades, as classes maritimas fogem ao feitiço dos portugueses.

Não importa áquelas classes que entidade poderá estabelecer as carreiras de navegação transatlantica: o que lhes importa, posto que o dominio patronal será o mesmo, é que haja carreiras de navegação e haja navios a navegar. De acôrdo com elas andamos nós. Os interesses nacionais exigem que uma, ou muitas carreiras, de navegação se estabeleçam, quer para as colónias, quer para outros pontos do globo. Defendamos, pois, os interesses nacionais, sem nos preocuparmos de interesses particulares, em cuja controversia não queremos, nem devemos, participar.

\*

\* \*

Terceiro artigo foi publicado em *O Povo*, de 25-10-929. Dispensamo-nos da sua transcrição pelo motivo de ser, em tudo, identico ao primeiro — o publicado em 22 de Outubro — embora caracterizado por uma certa vivacidade...

Um 4.º artigo, foi publicado no dia 9-11-929, no qual se punha em fôco a razão dos anteriores, em face da entrevista concedida pelo sr. Jaime Thompson, Presidente de Honra da Companhia Nacional de Navegação, ao correspondente do jornal «Patria Portuguesa», do Rio de Janeiro e cuja entrevista mais adiante transcrevo na integra.

\*  
\* \* \*

No mesmo dia em que a Companhia Nacional de Navegação anunciava o seu proposito de iniciar em breve a exploração da sua carreira de navegação para o Brasil, publicavam os jornais o seguinte telegrama:

**Um protesto contra as dificuldades criadas ao commercio  
Luso-Brasileiro**

RIO DE JANEIRO, 16 de Outubro.—Sob a presidencia do sr. barão de Saavedra, presidente da Camara de Comercio e Industria, reuniram-se na sede daquele organismo, os importadores de produtos portuguezes, para estudar a situação criada ao commercio luso-brasileiro pelas companhias de navegação, com os seus fretes dos portos de Leixões e Lisboa para a America do Sul. Resolveram protestar contra a attitude das companhias e dirigirem-se á Associação Commercial do Rio de Janeiro, pedindo o seu apoio para o movimento iniciado. Ficou também assente procurarem a direcção do Lloyd Brasileiro, a fim de tratarem de obter daquela empresa facilidades especiais para os transportes entre Portugal e Brasil.

Os negociantes telegrafaram para Lisboa, ao sr. ministro do Comercio, protestando contra a injustiça das companhias proprietarias de navios, injustiça que os levou á disposição de suspenderem as importações, e lembrando que o momento é oportunnissimo para o estabelecimento de carreiras de navegação portuguesa para o Brasil.

\*  
\* \* \*

Influenciada, possivelmente, pela recente decisão da Companhia Nacional de Navegação, a distintissima escritora sr.ª D. Ana de Castro Osorio publicou, no Pri-

*meiro de Janeiro*, de 30-10-929, um interessantissimo artigo que, com a devida venia, vou transcrever e com cuja doutrina — excepção da parte a que se refere propriamente aos resultados praticos a advir ao commercio com o lançamento da carreira de navegação — estou absolutamente de acôrdo, em virtude do que vi e ouvi, através a finha recente peregrinação pelos Estados do Brasil. No final deste Capitulo, resumidamente, exponho as razões dessa minha ligeira discordancia. Quanto ao resto do seu admiravel artigo, 'receba S. Ex.<sup>a</sup> as minhas sinceras felicitações.

### Navegação para o Brasil

De tanto que se tem dito sobre a navegação portugueza para o Brasil, sem se ter conseguido uma efectivação pratica dessa ideia, que é a natural expansão do desejo colectivo, sairá agora a realidade pratica duma ou de mais carreiras directas que ponham em communicação as duas grandes Patrias lusitadas?!...

Tão 'acostumados estamos ao sonho vago do amanhã sonolento da nossa terra, que nem já ousamos regosijar-nos com a esperanza, por mais brilhante e exequivel que nos pareça.

Quem nos dirá a nós que dessa forte miragem da guerra, quando se balouçavam no Tejo os navios de que o nosso direito se apoderou, e deviam ter sido um principio da renovada frota mercante, de que fomos no passado uma das nações mais ricas, tudo se iria desfazer em miseria e lama com prejuizos e não lucros para o país?

Só quem conhece o Brasil, não de ter ido passear e espanejar-se ao Rio de Janeiro, deitando a S. Paulo e ás vezes até Belo Horizonte, as capitais magnificas dos dois Estados que mais pesam na vida federativa da Nação, e sim de lá ter vivido, da sua propria vida em anos seguidos de relações officiais e ainda de visitas e viagens de estudo pelos demais Estados, pode bem comprehender o que representa para nós todos, portuguezes de cá e de lá, a falta duma ou de mais carreiras de navegação regular a valorizar o nosso commercio e relações continuas com a nação irmã.

O simples facto de existir a Carreira brasileira tocando nos portos portuguezes foi já um beneficio, senão material, pelo menos moral, que muito tem ajudado a propaganda progressiva da lingua portugueza em toda a Europa comercial,

até que chegue o momento de a impormos literaria e socialmente.

O juntar a esse esforço dos nossos irmãos o nosso proprio esforço e iniciativa é o maior beneficio que se pode fazer á patria, que tanto pode e deve esperar dos seus filhos.

A nossa exportação, o nosso commercio, a nossa influencia moral, tudo se tem ressentido do estado depressivo que tomou Portugal e os portuguezes, numa crise de cansaço, do qual, felizmente, vai reagindo, um tanto desconexamente, mas, enfim, reagindo.

Começamos por aceitar, sem resistencia de brio, a errada noção de que somos um país pequeno, dependente de influencias estranhas, sem capacidades economicas, e acabamos por aceitar todas as consequencias dessa falsa modestia, individualmente insofrida.

Ora a verdade é que Portugal foi uma das maiores nações do Mundo e ainda hoje é das que se podem contar entre as maiores. A extensão do territorio portuguez não é a que se conta na Metropole, que mais não é que a Capital esplendida dum grande Imperio, mas todo o que se estende por esse vasto mundo sob o dominio e nome portuguezes. Os seus habitantes não são os escassos 7 milhões que vivem na Europa, ilhas e arquipelagos portuguezes, mas os 15 milhões que falam a lingua portuguesa em todas as nossas possessões e ainda os emigrados que se espalham em respeitadas colonias nas Americas, na Africa, na Asia e em muitos países estrangeiros.

Porque nos quiseram convencer de que somos uma nação pequena e nos querem enfileirar junto dos pequenos povos?! Evidentemente, por inconfessaveis interesses alheios e falta de resistencia nacional, que só a ignorancia e a preguiça podem explicar.

Se nós necessitamos dos outros países, tambem eles precisam de nós, porque hoje não ha nações verdadeiramente independentes, sob o ponto de vista administrativo e economico; a prova está no desequilibrio mundial que trouxe a guerra e no pavor em que todos os governantes vivem do dia incerto de amanhã, que possivelmente possa trazer novas guerras e conflitos diplomaticos e economicos.

Do que necessitamos é de trabalho persistente, de audacia e de energia para manter, sem derrotismo, o lugar que já temos marcado para o futuro e de que as relações intinas com o Brasil são uma das primeiras e mais sérias bases.

Não devemos esquecer que a grande federação lusitana da America é filha do nosso esforço, da nossa intelligencia; do nosso sangue e da nossa persistencia em mantermos ali

as qualidades admiráveis da raça, deixando-lhe tudo arca-bolçado tão fortemente que não houve força para desfazer o que o Imperio encontrou feito e a Republica admiravelmente soube continuar. A lingua portugueza é comum aos dois países, sendo uma insignificante differenciação de pronuncia o que distingue, e mais fraternalmente une, os dois povos, como succede com todos os de fala irmã — inglezes, francezes e espanhois.

Que no Brasil haja uma percentagem minima de pessoas que dizem não nos estimarem, nem sequer é motivo para perdernos tempo a ouvi-los, quanto mais a responder-lhes e a modificar a nossa attitude e destino historico para os satisfazermos.

Devemos ter a certeza que o Brasil nos estima e aprecia pelas vantagens superiores que na nossa emigração encontra — e desse facto temos as melhores provas — mas quando tal não succedesse, se o nosso interesse é ir e manter ali a nossa influencia racial, o nosso dever é continuar.

Os povos não se governam com amúos nem com berros de criancinhas mimosas, mas com factos e com a sua energia dura.

Que o Brasil não embandeire em arco a cada leva de emigrantes portuguezes que o procuram, não para o beneficiar, é evidente, mas para satisfazer o seu desejo, e a sua ambição, é naturalissimo; mas que os receba hostilmente, é uma injustiça dizer-se.

Em quatro anos de habitação no Brasil, conhecendo a vida intima dos principais Estados do Sul e em communicação diaria, não só com a colonia como em especial com os brasileiros, não tivemos nunca o desprazer de nos sentirmos colectivamente hostilizados; mas que sentissemos?! Porventura os estrangeiros que vêm a Portugal, pelo seu interesses, se importam da simpatia ou da antipatia que os recebe? Os países não são a propriedade particular dos seus habitantes e quem emigra sabe muito bem que vai para lutar e trabalhar e não para cão de regaço e objecto de luxo.

Quem vai para os Estados Unidos conhece bem a luta de concorrência a que se vai sujeitar e os trabalhos materialmente inferiores que tem de desempenhar até entrar no equilibrio das suas aptidões naturais e da sua educação. O grande escritor inglês Stevens não foi lavador de pratos e outros officios mais baixos, quando emigrou, sem dinheiro, para os Estados Unidos?

O escritor Dhan Gopal Mukerji, doutor pela Universidade de Calcutá, Brahmane, senhor duma alta familia indú, não conta no seu interessante livro «Brahmane e Paria» os mis-



téres inferiores aos quais teve de sujeitar-se no Japão e nos Estados Unidos? Ele, como todos, encontrou a mesma dificuldade em qualquer parte onde se emigre sem situação official ou dinheiro proprio. E o que succede hoje, succede sempre e só o desconhece quem não quera ler a historia e as viagens escritas em todos os tempos e quem não sabe raciocinar, pensar, digerir o que lê e o que vê. Quem emigra sabe que deve encontrar em si proprio energia e resistencia para tudo e se triumphar tambem por sua vez pode aspirar ás maiores honras... sendo, decerto, esse o motivo porque as familias dos emigrantes se dizem, muitas vezes, filhos de reis e de principes, de grandes fidalgos e pessoas celebres, tirando da vaga sombra duma origem estranha uma nobreza que ninguem lhes contesta.

\*

\* \*

Mas deixando essas razões mais ou menos morais e sentimentais da emigração, que não podemos nem devemos estancar para o Brasil, antes devemos vigiar, canalizar, drenar da vasa e da areia inutil que a prejudica, para a tornar o que deve ser de facto — um elemento de progresso e de intima união entre os dois ramos entroncados na mesma arvore racial — e que só por si justifica as regulares carreiras entre o Brasil e Portugal, pois que esse é o primeiro passo duma politica de fraternização que está na logica dos nossos destinos e interesses comuns, outros factos nos levam a desejar e a fazer quanto seja possivel para que a realidade immediata corresponda á aspiração de todos os verdadeiros patriotas de cá e de lá.

A exportação dos produtos de colocação immediata e certa nos mercados brasileiros tem sido batida em toda a linha pela falta duma navegação nacional que dê primazia ao que é nosso.

Deste facto tem beneficiado a exportação italiana, espanhola e até a francesa, na colocação de produtos em que nós deviamos ser os primeiros, já pela qualidade das nossas coisas, já porque a nossa colônia lhes dará sempre a preferencia em igualdade de circumstancias comerciais, como é obvio. São os nossos vinhos, as nossas conservas, o nosso azeite enlatado, as frutas verdes, os queijos amanteigados da Serra, os queijos curados de conserva, as carnes ensacadas de fuméiro — tão afamadas e procuradas pelos bons apreciadores — as doçarias especiais, as frutas secas, em que as nozes e as amendoas têm um lugar distincto, as batatas, as cebolas e

tantas outras coisas de venda imediata e em épocas especiais, que muito têm perdido na concorrência do mercado onde os outros países europeus produtores de artigos similares chegam sempre primeiro.

Por maior que seja o patriotismo da colônia — e não ha duvida de que é imenso, apesar do que dizem os inadaptados e mal humorados, e sempre prontos á rabujisse maledicente — o que é verdade é que em commercio não se pode exigir sacrificios que redundam em perda total, se os fornecimentos não forem feitos a tempo e horas e em condições de acondicionamento iguais, senão melhores, que os outros.

O ouro que ficará no país, não só o da emigração como o da exportação, vale bem mais do que as mesquinhas economias a que estamos reduzidos, numa vida que entristece, empobrece e amesquinha a vida nacional por mais que o reclame pago na imprensa estrangeira queira convencer os ingenuos, que só vêem o que lhes querem mostrar.

ANA DE CASTRO OSORIO.

## 2 — *O que alguns interessados desejam*

No dia seguinte, o grande matutino *O Seculo* publicava a transcrição da seguinte proposta:

N.º 1, Bis — *Ex.ªs srs. presidente do Ministerio, ministro do Interior e mais ministros.* — Os abaixo assinados, representando o grupo organizador duma empresa de Navegação para o Brasil, denominada «Companhia de Navegação Portugal-Brasil», tiveram já a honra de expôr a v. ex.ª em documento do ano passado (1927), as linhas gerais daquele empreendimento e de pedir ao Governo o auxilio para uma obra a que não pode ser indifferente.

I — Para se ser o menos pesado possível ao Estado português, para se não reincidir em erros passados, que têm frustrado todas as tentativas do estabelecimento de carreiras de navegação para os portos do norte e sul do Brasil.

Para dar uma base sólida e estável e interessar o mais possível os dois países nos serviços que há direito de esperar duma empresa desta ordem, o grupo organizador, em vista do decreto n.º 15.360, orientou ultimamente os seus estudos e trabalhos pelos seguintes principios:

a) — Substituir um subsidio anual ou mensal por o pedido ao Governo de uma lei que conceda á empresa «Companhia de Navegação Portugal-Brasil» o exclusivo, durante 15 anos, do transporte de emigrantes em navios portugueses, que façam

carreiras regulares para a America do Sul. (O governo italiano já fez, há muito tempo, uma lei, que está em vigor, para que os seus emigrantes só possam sair em navios italianos).

b) — Adquirir navios modernos, especialmente destinados e construídos para emigração e com todas as comodidades que os emigrantes portugueses ou o Estado por eles, têm o direito de exigir, que os collocassem em condições de superioridade para aquele fim especial, em relação a navios de linhas estrangeiras, ainda que de categoria mais elevada.

c) — Interessar os portugueses de Portugal e do Brasil e de outros países na empresa, mediante a subscrição do capital necessario, sendo certo que os portugueses do Brasil só subscreverão quando carreiras com bons barcos se lhes apresentem como começo de uma realização séria.

Nesta orientação e nas disposições do decreto n.º 15360, que permite a entrada de capitais estrangeiros, os signatarios sollicitam do Governo a publicação da referida lei, a fim de lhes facilitar:

d) — A constituição de uma sociedade com o capital de 50 mil contos, divididos em séries, das quais a 1.ª série (10 mil contos), constitui o capital inicial da Companhia.

II — a) A subscrição de 10 mil contos para capital inicial da empresa (está assegurada a subscrição).

b) — Temos um grupo financeiro que nos fará um adiantamento de 250.000 libras, em dinheiro, e nos facilitará a aquisição dos seguintes vapores:

| NAVIOS              | Tone-<br>legem | Consumo<br>toneladas | MARCA<br>MILHAS | Ano da<br>cons-<br>trução | S/classificação      |
|---------------------|----------------|----------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|
| General Carmona..   | 8.139          | 80                   | 14              | 1924                      | Brit. Corp.          |
| Rio Douro .....     | 8.150          | 80                   | 14              | 1924                      | "                    |
| Rio Tejo .....      | 8.331          | 80                   | 14              | 1922                      | "                    |
| Rio de Janeiro .... | 12.809         | 80                   | 15              | 1920                      | 100 A I Lloyd's      |
| Rio da Prata.....   | 17.000         | 210                  | 16,5            | 1922                      | "                    |
| Rio Vouga .....     | 7.909          | 85 oleo              | 17              | 1922                      | "                    |
| Rio Zezere .....    | 7.289          | 85 >                 | 17              | 1922                      | "                    |
| Rio Mondego .....   | 5.410          | 80                   | 15              | 1915                      | "                    |
| Rio Tamega .....    | 9.520          | 80                   | 10              | 1908                      | "                    |
| Rio Sado .....      | 7.165          | 85 oleo              | 17              | 1915                      | Brit. Corp. SS N.º 2 |
| Rio Guadiana .....  | 6.150          | 80                   | 15              | 1912                      | 100 A I Lloyd's      |
| Rio Lima .....      | 12.700         | 105                  | 16              | 1910                      | Bur. Veritas 1928    |

— NOTA — O «Rio Sado» foi reconstruido e transformado em 1921 com todo o conforto moderno.

E' uma bela frota, de construção moderna e com belas instalações para emigrantes, como exigem as novas leis de emigração americana e italiana.

c) — Iniciadas as carreiras, será feita no Brasil uma emissão de duas séries de acções na importancia de 20 mil contos, dos quais sabemos já serem tomados 10 mil contos, devendo nos estatutos, reservar-se uma representação ao capital do Brasil na administração da Empresa por meio de um «comité» da Companhia com séde no Rio de Janeiro.

d) — Aquisição, com o produto dessas acções, de 4 vapores de 7.000 e 9.000 toneladas, para carga.

e) — Estabelecidas as carreiras para o Brasil com as duas linhas norte e sul, reservando para esta os melhores barcos adquiridos com o dinheiro do adiantamento feito pelo grupo financeiro, emitir-se-hiam, na devida oportunidade, no Brasil e em Portugal, as ultimas séries de acções.

Este plano garante, a nosso vêr, a criação e estabilidade das carreiras portuguezas para o Brasil, sem apelar para uma subvenção do Estado, que seguindo o parecer da Comissão da Marinha Mercante, deveria atingir 13.000 libras mensais, durante 10 anos, ou sejam, ao cambio actual, *156 mil contos de despesa* nesse periodo, sem qualquêr compensação.

III — As carreiras do Sul do Brasil serão quinzenais e uma vez por mês os navios irão até á Argéntina (Buenos Aires).

As carreiras do norte do Brasil serão mensais.

A lei de protecção para o transporte de emigrantes é uma lei que vem favorecer a Marinha Mercante Portuguesa, e impedirá a saída annual de cêrca de *600.000 libras-ouro* para o estrangeiro.

IV — Se o Governô julgar conveniente dar uma parte dos emigrantes ás companhias estrangeiras, lembramos que lhes poderiam dar 25 por cento ou, no *máximo*, 1/3 (um terço), dos emigrantes que onualmente embarcam para a America do Sul e os restantes 2/3 á nossa Companhia.

O referido terço terá a faculdade de embarcar em qualquer navio.

Isto era realmente uma grande protecção á Marinha Mercante, visto que a nossa Empresa vai empregar nos seus navios mais de mil e quinhentas pessoas de pessoal maritimo, que já há muito tempo luta com difficuldades por falta de emprego. E' uma Empresa que vai levantar o nome da Marinha Mercante Portuguesa pelos excellentes navios que vai empregar nas carreiras.

Propômos a v. ex.<sup>sa</sup> que a Companhia de Navegação Portugal-Brasil em formação, pague, annualmente, uma renda fixa de 30.000 libras, a contar do inicio das carreiras, e em troca da concessão dos dois terços da emigração.

Propomos mais que seja fixado o preço de 15 libras para as passagens de cada emigrante ou passageiro de 3.<sup>a</sup> classe, de Portugal ao Rio de Janeiro, visto que, actualmente, as dife-

rentes companhias estrangeiras cobram entre 15 e 19 1/2 libras pela mesma passagem.

Uma vez decretada a concessão que pedimos, anunciaremos imediatamente a subscrição das acções, as quais já estão tomadas firmes quasi todas, e faremos a seguir o depósito de mil contos, como ordena a lei, na Caixa Geral de Depósitos, a fim de podermos fazer a escritura da constituição da Companhia e registá-la no Tribunal do Comercio e no Ministerio do Comercio, como é de lei.

Constituída assim a Companhia, serão os seus directores quem assinarão o contrato com o Governó relativo á concessão que temos pedido.

Permittam-nos v. ex.<sup>aa</sup> que digamos que no contrato a celebrar do Governó com a nossa Companhia deve ficar estabelecido que a Companhia se obriga a pôr pelo menos 4 navios dentro de três meses, e depois os 8 restantes dentro de 6 meses, até completar os 12 navios.

Se dentro do prazo de seis meses estipulados, a Companhia não tiver os doze navios a navegar nas carreiras do Norte e Sul do Brasil, o Governó reserva-se o direito de anular a concessão.

Esperando os signatários que um tão elevado empreendimento e de tão grande alcance para a economia do País, mereça ao Governó, a que se dirige na pessoa de v. ex.<sup>aa</sup>, não só cuidadosa atenção, mas uma decidida simpatia.

Lisboa, 20 de Julho de 1929. — O grupo organizador: *dr. Antonio Centeno, Conde de Agueda, Bento de Vasconcelos Menezes de Magalhães, Francisco Dias de Lemos, Artur Belo de Moraes* (comandante da Marinha Mercante).

Devído a um topico, publicado na 1.<sup>a</sup> pagina deste importante jornal, chamando a atenção do Governo para os possiveis intuitos do principal proponente, dias depois, os dois primeiros sinatarios desta proposta, publicamente, se desligaram de qualquer compromisso tomado para com os demais proponentes:

Com a devida vénia, vou transcrever do conceituado órgão da Colónia Portuguesa no Brasil *Pátria Portuguesa*, de 12 de Outubro de 1929, a seguinte e interessante entrevista:

Uma entrevista com o sr. Jaime Thompson, presidente de honra da Companhia Nacional de Navegação.

(Exclusivo para a *Patria Portuguesa*)

Tivemos ocasião de falar em Hamburgo, quando foi do lançamento do vapor «Portugal», com o sr. Jayme de Bettencourt Thompson, digníssimo presidente de honra da Companhia Nacional de Navegação, de Lisboa, proprietário daquela nova e bela unidade da nossa Marinha Mercante. O sr. Jayme Thompson teve a amabilidade de nos dizer o que pensa da formação das carreiras portuguezas para o Brasil, e de nos dar um autografo em que sauda a laboriosa colonia portugueza do paiz irmão.

—As carreiras para o Brasil—disse-nos o sr. Thompson—constituem, sei-o muito bem, uma velha aspiração dos portuguezes que ali trabalham. Todavia, o problema das carreiras não deve ser encarado apenas sob o ponto de vista meramente patriótico, por mais consideração que ele mereça como bom portuguez que sou e sempre fui. Ha, sobretudo, a considerar o lado economico e financeiro da questão, que é o mais importante, visto que dela depende, afinal, a efectivação ou não efectivação dessas carreiras. Ora, se nos delivermos no estudo deste problema, verificaremos que nenhuma das nossas companhias está em condições de arcar com a responsabilidade e consequentes despesas que uma iniciativa desta natureza nos acarreta. As carreiras que ainda assim compensam até certo ponto os esforços que temos feito no sentido de dignificar a nossa Marinha Mercante e levar a nossa gloriosa bandeira a varios portos do mundo, são as carreiras para a Africa, mas mesmo estas não as poderíamos sustentar se não fossem os subsídios que recebemos do governo e que, mesmo assim, são insufficientes. Acresce ainda a obrigação que temos, de levar o Correio de graça, de transportar tropas, de manter na linha uns tantos vapores por mez, etc., etc. Em summa, e para remate, das difficuldades, nós não temos carga que chegue para meter dentro dos vapores. Esta é que é verdade.

Neste ponto da conversa julgámos oportuno fazer uma pergunta:

—Mas, então, porque mandou a Companhia construir o «Portugal»?

—Justamente para atenuar essas difficuldades, porque necessitamos de vapores mais pequenos que o «Nyassa» ou o «Angola» e que, ocasionando menos despesas, tenham uma lotação mais remuneradora. Mas, voltando ao assunto da nos-

sa conversa: as carreiras de vapores portuguezes para o Brasil são desde ha muito objecto de um estudo muito atento da parte da minha Companhia, que, de resto, tem pelos nossos compatriotas do Brasil a maior consideração. Veja, porém, a concorrência que nos fazem as Companhias estrangeiras—francesas, inglesas, alemãs, etc.—e diga-me se a possibilidade de competir com elas, que estão na Bahia do Brasil ha longos anos, que tem vapores como nós não temos, e que, apesar disso, são ainda por cima, subsidiadas pelos governos respectivos.

—Mas v. ex.<sup>a</sup> não acha que a colonia portugueza...

—Acho, sim, e muito bem, e eu conheço demais o patriotismo da nossa gente para duvidar das suas boas e nobres intenções. Tenho a certeza que toda a colonia, em peso, carregaria nos nossos vapores, num belo gesto de amizade para com a Patria distante. Mas não se trata só disso, não obstante esse facto ser já de véras importante. E' que um vapor custa um dinheirão de despezas com combustivel, tripulação, reparações e muitas coisas mais que ninguem imagina. Ora, a colonia portugueza, por maior que sejam o seu patriotismo e a nossa vontade de corresponder ás suas justas aspirações, não tem nem póde ter carga sufficiente para carregar os vapores. E o que digo do lado de lá, digo de cá, de Portugal. Ora, sem carga nem passageiros, é impossivel manter por muito tempo carreiras de longo curso como esta de que estamos tratando.

—Mas isso não é desilusão nenhuma. As coisas são o que são. Estou mesmo muito longe de ser um pessimista. Como já lhe disse, nós estamos a estudar o problema com toda a boa vontade de o resolver o mais breve possível, e logo que estejam removidas as difficuldades de que lhe falei—com o auxilio do governo, dá se vê—nada impede que aquilo que hoje não passa de uma simples aspiração de nós todos, venha a ser, afinal, uma completa realidade.

Estava terminada a entrevista que o sr. Jayme Thompson tão amavelmente nos concedera e que nos deixou a impressão de que s. ex.<sup>a</sup> realmente tudo fará por corresponder ás velhas aspirações da colonia portugueza do Brasil.

*Berlim—Julho, 1929.*

SILVA MONTEIRO.

\*

\* \*

No decorrer deste despretencioso trabalho, procurei acumular determinados elementos para melhor orientar

o leitor sobre o que se está passando, presentemente, a respeito deste momentoso problema. Com toda a franqueza, devo deixar bem expresso que a minha actual opinião, baseada não sómente nos elementos do quadro estatístico n.º 3, mas ainda na série de fracassos anteriores e, também, na opinião de certos importadores dos nossos produtos do Brasil, corroborada, ainda que parcialmente, por alguns autores das transcrições que acabo de fazer — é que a solução mais ou menos pratica de tal problema só será possível á custa de fortes subvenções por parte do Estado, que, para nacionalizar uma determinada verba que a economia nacional perde com o dispendio de fretes e passagens dos nossos emigrantes, vai arcar com responsabilidades e dispendios que não serão, financeiramente, suficientemente compensadores.

Já em algures preconizei o emprego desse inevitavel auxilio — por parte do Estado, á economia nacional e ás classes marítimas, obtido por processos identicos ou iguaes aos preconizados pelo sr. dr. Nuno Simões — em forma de subvenção a uma linha de navegação para o Oriente, servindo os nossos promissores mercados do Mediterraneo levantino e bem assim as nossas Colonias da Asia, *economicamente vivendo na esfera de acção dos países em que se encontram, por assim dizer, encrustadas*. Antes, portanto, *renacionalizar* o que ainda nos pertence do que nos envolvermos numa inevitavel guerra de fretes e de passagens, por parte de companhias já lançadas e fortemente subsidiadas pelos seus respectivos Governos.

Tudo indica, portanto, que joguemos com este trunfo que as circumstancias nos forcem e aconselham a manter em nosso poder para, assim, não só favorecer o nosso commercio exportador como, também, para constituir um possível ponto de apoio destinado ao oportuno e pratico aproveitamento da zona franca do porto de Lisboa, que deverá ser o local de concentração e de distribuição, nomeadamente para os mercados levantinos e orientais, dos productos homologos das nossas Colonias e do Brasil, transpor-



tados, respectivamente, pelas nossas Companhias de Navegação coloniais e brasileiras, mediante um previo accordo. Enquanto esse accordo se não fizer, deveremos aproveitar o estado de coisas actual para ratear o nosso contingente emigratorio para a America do Sul, pelas Companhias *que melhores tarifas de fretes ofereçam ao nosso commercio exportador*, tendo sempre presente que, em nossa casa, mandamos nós.

Execute-se esse rateio por nossa conta em vez de consentir na sua continuação por parte do «pool» da navegação que frequenta os nossos portos,, por forma a tirar desse rateio o maximo de compensações que actualmente não existem. Integremo-nos, de vez, na POLITICA DE VERDADE, corajosamente preconizada e praticada pelo actual Ministro das Finanças, e da qual já o nosso país está colhendo belos e sazoados frutos.

\*

\* \*

Depois de escritas, mas antes de revistas, estas considerações, gratamente fui surpreendido pelas declarações abaixo anotadas, effectuadas pelo illustre Governador de Macau, sr. dr. Artur Tamagnini Barbosa, na sua tão interessante entrevista concedida ao «Diario de Noticias», em seu numero de 1-11-1929 (1). Os pontos de vista por S. Ex.ª

---

(1) ...Finalmente empenho-me em promover a navegação entre Macau e as outras colonias portuguezas, especialmente Timor, e entre Macau e a Metropole, para o que preciso que os meus esforços sejam auxiliados e facilitados pela acção do Governo Central e do commercio e industria daqui. Devo esclarecer que tenho tido o melhor apoio no actual ministro, illustre colonial que conhece muito bem a colonia, e no seu antecessor o ministro interino comandante Mesquita Guimarães e dos directores gerais do ministerio. A este respeito tenho tido sempre a convicção de que em accordo com o governo do Brasil, em que nos comprometessemos a colocar no Extremo Oriente os productos desta grande nação e importando dali o que mais util fôsse ao desenvolvimento dos mercados e do commercio brasileiro, facilitaria muito a melhor solução deste problema.»

focados tão sintética, como inteligente e patrioticamente, são aqueles que se me afiguram verdadeiramente praticos. Desde que o Estado é o maior credor de todas as nossas companhias de navegação; desde que sem o seu auxilio pecuniario se torna impossivel lançar uma nova linha de navegação; tudo o aconselha a que, a enveredar-se por este inevitavel caminho, o faça, de preferencia, em beneficio das nossas Colonias já desnacionalisadas no campo economico. E, segundo se depreende das declarações de S. Ex.<sup>a</sup> o Governador de Macau, parece ser essa a orientação do Ministerio das Colonias. Ainda bem.

## CAPITULO II

### Fomento da exportação portuguesa para o Brasil

#### 1 — *Representação das colectividades interessadas dirigida ao sr. ministro das Finanças*

Recentemente, as Associações Central de Agricultura, Industrial e de Exportadores para o Brasil, colectivamente, dirigiram ao sr. dr. Oliveira Salazar a seguinte representação em que concretizam os seus pontos de vista sobre este interessante problema, ainda pendente duma solução satisfatoria:

A Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil, como legitima representante do commercio portuguez de exportação para o Brasil; a Associação Central da Agricultura Portuguesa e a Associação Industrial Portuguesa, como legitimas representantes da agricultura e industria portuguezas, ramos de actividade estreitamente ligados a esse commercio, tem a honra de dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> a presente representação, a qual, mais de que uma exposição de factos, constitui um apelo feito a V. Ex.<sup>a</sup> para que salve o commercio portuguez de exportação para o Brasil. V. Ex.<sup>a</sup> salvou as finanças do País, salvará tambem o seu commercio de exportação, se a tão importante assunto dedicar a sua atenção e comprovada intelligencia. Será mais uma divida de gratidão que a Nação e todos nós contrairemos

para com V. Ex.<sup>a</sup>, neste caso, porém, como a seguir o demonstraremos, a Nação bem mais do que nós.

### **O desinteresse dos governos pelo fomento da nossa exportação**

Não vêm estas colectividades reeditar, perante V. Ex.<sup>a</sup>, as considerações e advertências que há já bastante tempo vêm fazendo: vêm, infelizmente, apresentar, documentadamente, os resultados, ha muito previstos, da falta de atenção dos governos anteriores para com as justas advertências dos organismos economicos. Eesses resultados, os mais graves que poderiam advir para o nosso commercio de exportação, consistem no desinteresse que os exportadores portuguezes estão manifestando pelos productos nacionais. Não podendo, por falta de medidas e providencias há muito solicitadas, apresentar os productos portuguezes em condições de concorrência como os dos outros países, os exportadores portuguezes, ante a expectativa de uma inactividade forçada, sem esperanças de verem atendidas as suas reclamações, resolveram, dentro de um criterio que não podemos deixar de considerar logico, commercial e de defeza dos seus interesses, solucionar a difícil situação que o Estado lhes criou pela forma que lhes estava naturalmente indicada, isto é, trabalharem com os productos de outros países com os productos preferidos pelo comprador, em razão da diferença de preço, já que lhes não era possível trabalhar com os productos portuguezes. Tal facto origina, como se pode calcular, um desprendimento completo pelos productos portuguezes, que nenhum lucro proporcionam, ao contrario do que succede com os productos similares de outras procedencias, que, sendo fortemente amparados, constituem uma base de lucros remuneradores e como tal atraem os exportadores.

Até hoje os exportadores tem dedicado a sua actividade apenas a productos considerados de granel, que não necessitam de embalagem propria; em face, porém, dos resultados obtidos, das facilidades que nesses países são concedidas, onde tudo se combina para facilitar a acção do exportador, eles pensam na criação de instalações apropriadas, finalmente, em se dedicarem completamente á exportação de todos os productos desses países. Isso trará como consequência um desinteresse ainda maior pelos productos portuguezes, pois, logicamente será a propria defeza do capital immobilizado nessas instalações que mais contribuirá para que os exportadores dediquem a sua atenção aos productos com que passaram a trabalhar. São estas as deploraveis consequências de uma politica de abandono e imprevidencia que, infelizmente, há tantos anos vimos sofrendo. O producto português abandonado, os exportadores

portugueses vendo-se na necessidade, para poderem viver, de terem de trabalhar com os productos de outros paises, que elles estavam naturalmente indicados combater.

### **A attitude adoptada pelos exportadores portuguezes**

Conscienciosamente nenhuma culpa pòde ser attribuida aos exportadores portuguezes por tão deploravel situação. Esses tem feito tudo o que tem podido; tem lutado, sacrificado os seus interesses, procurando por todas as formas conservar o mercado brasileiro. Da sua margem de lucros, quando os tinham, e do seu proprio capital, quando os não tinham, eles deduziam, para poderem competir, as diferenças dos fretes; deduziam as diferenças das taxas e juros de descontos dos seus saques; deduziam, ainda, as diferenças provenientes da concorrência illicita, as diferenças do custo da propria mercadoria; simplesmente, como era de prevêr, um tal espirito de sacrificio, digno de todo o louvor, e com o qual tem sido possível manter uma illusoria supremacia, não podia, sem esperanças que o justificassem, eternizar-se; ninguém de bom senso se pode convencer de que, quem quer que seja, peròá dinheiro por prazer, que uma casa comercial possa viver sem lucros.

O desinteresse, portanto, do exportador portuguez pelos productos nacionais é, apenas, forçado pelas circunstancias, pela falta de providencias, por não poder lutar com quem em melhores condições do que ele se apresenta no mercado a vender os mesmos productos.

Os comerciantes exportadores, pacíficos exportadores dos mercados externos, conscientes da importante missão que desempenham, contribuem poderosamente com os seus conhecimentos para o aperfeiçoamento e expansão da industria e agricultura. Sempre atentos ás flutuações dos mercados, estimulados pela concorrência, pensam continuamente na forma de melhor servirem os compradores, ensaiam constantemente metodos novos, põem em pratica ideias modernas, estudam incessantemente as conveniencias e exigencias dos mercados consumidores.

Sem eles, sem os seus esforços e conhecimentos, não é possível, principalmente para productos como os nossos, exercer qualquer commercio de exportação.

, Eis porque estas colectividades tomaram a resolução de apelarem para V. Ex., por cuja pasta correm a maior parte dos assuntos que se prendem com a exportação, para que proporcione aos exportadores portuguezes os elementos necessarios e indispensaveis ao desempenho da sua missão, para que eles voltem a ter fé, a interessarem-se pelos productos nacio-

nais, para que deixem de exportar do estrangeiro os productos que existem no país, finalmente, para que V. Ex.<sup>a</sup> salve o commercio portuguez de exportação para o Brasil, porque se o exportador tem um meio de se defender, a agricultura e a industria portuguesa é que o não tem.

Nessas circumstancias pedimos permissão para apresentarmos a V. Ex.<sup>a</sup> um conjunto de medidas, que não trazendo qualquer encargo ao Estado, muito podem contribuir para os fins que se tem em vista.

*Propaganda e defesa dos productos portuguezes nos mercados estrangeiros*—Requerimentos entregues no Ministério das Finanças pela Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil, Commercial do Porto e Commercial da Madeira. Sobre este assunto, do maior interesse para o commercio de exportação, julgamos desnecessario fazer qualquer consideração visto estar aprovado por V. Ex.<sup>a</sup> conforme informação dada aos interessados. Solicitamos simplesmente a maior urgencia na publicação do diploma que V. Ex.<sup>a</sup> mandou informar que ia ser effectuada.

### **O problema da conservação dos mercados externos**

*Conservação dos mercados externos*—Requerimentos entregues nos Ministérios das Finanças e Agricultura pela Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil. Os países que não proporcionarem aos seus exportadores os elementos necessarios para que eles possam, seja em que circumstancias fôr, abastecer sempre os mercados externos, conservando-os portanto, estão sujeitos a perderem-nos, a admitirem a concorrência, logo que por circumstancias internas, escassez de produção ou elevação de preços os seus exportadores não possam satisfazer as necessidades dos mercados. A perda de um mercado externo representa sempre um profundo golpe vibrado na economia de um país.

As restricções e proibições que ainda estão em vigor em Portugal são o principal obstaculo a um trabalho de penetração e conservação. Os exportadores não podem dedicar-se, confiadamente, ao formidavel esforço da conquista e manutenção de um mercado externo se não forem apoiados e se não tiveram a garantia de que a sua acção, o esforço que terão que dispensar não virá a ser prejudicado e mesmo aniquilado pelos criterios quasi sempre errados que, infelizmente, estamos habituados a sofrer da intromissão de coisas contrarias e, portanto, incompativeis. O commercio externo exige, muitas vezes, certas medidas que necessitam de serem comprehendidas e avaliadas, pois, parecendo contrarias aos interesses do País,

são, entretanto, de um grande alcance económico nacional. A comprova-lo estão as medidas adoptadas pela Italia e Espanha nesse sentido que são as mesmas que os exportadores Portuguezes, muito antes desses países as terem posto em pratica, as haviam solicitado e novamente solicitam.

*Creditos para a exportação*—O principal elemento de um commercio de exportação é o credito. A obtenção de capitais em boas condições, as facilidades de desconto são o melhor auxilio que o exportador pode ter. Os exportadores portuguezes na generalidade não obtêm o desconto dos seus saques, ou capital para o movimento de prazos que tem de conceder, a menos de 10 por cento, nos outros países os creditos para a exportação não ultrapassam 3 por cento. Sendo as vendas effectuadas a 90 dias o producto Português só na differença das taxas e juros é sobrecarregado em cerca de 1 e meio por cento. Como não é possível contar com os Bancos nacionais para as facilidades de diminuição das taxas e juros v. ex.<sup>a</sup> poderia conceder, da mesma forma que o fez para a agricultura, creditos a juros reduzidos para proteger a exportação.

*Concurrencia ilícita*.—Representação entregue no Ministerio das Finanças pela Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil. Em todos os países, modernamente organisados, existe um cuidado especial em combater a concurrencia ilícita; a venda, por exemplo, de artigos por preço inferior ao marcado pelo fabricante nas embalagens é considerada, muito criteriosamente, como uma concurrencia ilícita. E' preciso ter em consideração que o que se procura é, principalmente, evitar a desorientação que tal facto origina, desorientação que dá como resultado um retratamento por parte dos compradores pela incerteza em que ficam de adquirirem o producto em boas condições. No commercio de exportação para o Brasil os exportadores têm estudado formas de harmonizarem as cotações evitando assim inconvenientes da luta de preços. O que porém não podem é impedir, sem a interferencia do Estado, o que aliás é de inteira justiça, é a concurrencia ilícita que sofrem daqueles que não pagando qualquer espécie de contribuições exercem o mesmo commercio com vantagens incontestaveis, e das quais se aproveitam para reduzirem as suas cotações lançando dessa forma a desorientação no mercado.

### **A necessidade da criação de bolsa de mercadorias**

*Bolsa de mercadorias*.—A educação commercial do produtor, a divulgação das cotações internacionais, o conhecimento das exigencias dos mercados externos, são indispensaveis para

uma boa e produtiva organização económica do País. Os produtores portugueses, na generalidade, não têm uma noção exacta, nem mesmo superficial, das necessidades e facilidades de aquisição dos mercados externos. Não tendo ao seu dispor organizações económicas que os elucidem convenientemente, que lhes proporcionem dados estatísticos da produção internacional, caem frequentemente em erros que prejudicando-os prejudicam, consequentemente o País. Não se lembrando, ou mesmo, ignorando que ha países que também produzem os mesmos produtos que o nosso, tão depressa pedem pelos seus produtos quantias que afastam toda a possibilidade de transacções, como armazenam, ou, baseados em raciocínios destituídos de todo o bom senso, oriundos de um completo desconhecimento, declaram que só o venderão por tal quantia: na época actual de grande concorrência, esses calculos saem sempre errados, redundando em prejuizos. Apodera-se, então dos produtores o receio de novos prejuizos, do que resulta uma diminuição da produção.

A criação, nos principais centros produtores do País, de Bolsas officiaes de mercadorias, providas de todos os esclarecimentos indispensaveis que servissem de guias aos produtores, traria evidentemente um espirito de organização e orientação, indispensaveis a todo o commercio moderno. Nada ha mais prejudicial para quem trabalha do que a desorientação. Os compradores preferem sempre os produtos de cotação uniforme e isso é difficil obter em Portugal. Entretanto, bem perto de nós e em regiões pequenas, ha já bastante tempo que funcionam, com os melhores resultados, as Bolsas de mercadorias.

*Exigencias dos mercados externos*—(Representação entregue no Ministerio das Finanças, pela Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil).—O importante problema do desenvolvimento das nossas relações commerciaes com o exterior, não tem, infelizmente, sob o ponto de vista de perfeito conhecimento dos usos e costumes dos mercados estrangeiros, sido tratado com o cuidado e interesse que tão importante assunto economico deveria merecer. Resulta daí que as repartições officiaes nem sempre estão ao facto das necessidades e exigencias desses mercados, tendo, por esse motivo, muitas vezes, um criterio completamente diferente do que deveriam ter, e contrário aos interesses geraes do País.

As formas e modalidades de que actualmente a concorrência se reveste, que modificam todas as previsões, que transformam e reforma totalmente métodos e sistemas, ainda ontem julgados excellentes, só muito tardiamente chegam ao conhecimento das entidades competentes do que resulta não



poderem as reformas necessárias para combater essas concorrências ser applicadas com rapidez precisa para produzirem o devido efeito.

E', portanto, de inteira justiça, e no proprio interesse do País, admitir e tomar em consideração as ponderações e conhecimentos dos que pela natureza das suas occupações, são forçadamente technicos da materia.

*Fretes maritimos:* — Se bem que este assunto esteja sendo tratado por S. Ex.<sup>a</sup> o sr. Ministro da Marinha, com uma atenção digna de registo, é tal a importancia que exerce no desenvolvimento do nosso commercio de exportação, que julgamos de toda a conveniencia chamar para o mesmo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

São estes os assuntos que, de inicio, se nos afiguram de maior interesse e urgencia para o desenvolvimento das nossas relações commerciaes com o Brasil. V. Ex.<sup>a</sup>, em quem confiamos absolutamente, os avaliará e resolverá como os interesses geraes do País lhe aconselharem.

## *2 — Sugestões apresentadas sobre a propaganda e defesa dos productos de exportação portuguesa*

Nas Conclusões finais do Livro I, deste trabalho, reporto-me aos principais factores do fomento da nossa exportação para o Brasil: a sua propaganda e a sua defesa e apresentação nos mercados consumidores.

Sobre a sua propaganda, torna-se deveras louvavel a attitude assumida pelos nossos exportadores, resolvendo-se, finalmente, e depois de devidamente agremiados, a arcar com os necessarios encargos para se chegar a um eficiente resultado. E' o que se deduz da seguinte representação igualmente dirigida ao sr. ministro das Finanças pela Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil, em 26 de Junho passado:

Os exportadores portugueses para o Brasil, em face da necessidade imperiosa e inadiavel de se defender os productos portugueses das constantes falsificações e de se contrabalançar a propaganda dos países concorrentes, resolveram, atendendo a que ninguém melhor do que os interessados o poderia fazer, iniciar no Brasil uma acção permanente de defesa e propaganda dos productos portugueses.

Para custear essa acção de um largo alcance economico, que será realizada «in loco» pelos interessados, com a colaboração das Camaras Portuguesas de Comércio e outros elementos, concordaram, desde que não é possível contar com o auxilio material do Estado, em criar, por uma forma equitativa, um fundo de propaganda alimentado por uma percentagem, bastante reduzida para não constituir um encargo, e fixada pelos interessados sobre o movimento de cada firma.

Essa percentagem, conforme ficou estabelecido, para evitar possiveis contrariedades, será directamente depositada pelo interessado no Banco de Portugal para crédito da Associação Portuguesa dos Exportadores para o Brasil, por meio de impressos especiais na ocasião da entrega das guias de sobretaxas de exportação.

Para dar, porém, a esse pagamento uma garantia sólida e imutavel, procurando dessa forma evitar os inconvenientes do «muito entusiasmo mas pouca persistencia», a que V. Ex.<sup>a</sup> já teve ocasião de se referir, resolveu-se solicitar de V. Ex.<sup>a</sup> a necessaria autorização para o Banco de Portugal sómente visar as guias de sobretaxas de exportação referentes ás mercadorias exportadas para o Brasil depois das firmas exportadoras terem provado que efectuaram o pagamento das suas cotas-partes nas despesas dessa propaganda e defesa dos productos portugueses.

Organizaram para tal fim um requerimento assinado pela maioria absoluta das firmas que exercem o comércio de exportação para o Brasil, provando assim a concorrencia unanime de classe, e no qual solicitaram a referida autorização.

O assunto, porém, apesar de depender directamente de V. Ex.<sup>a</sup>, visto resumir-se numa simples autorização a dar ao Banco de Portugal, foi encaminhado por indicação das repartições officiais, por se tratar de um assunto de fomento externo, pelo Ministerio do Comércio tendo sido, depois de devidamente aprovado pelas respectivas repartições, feito o decreto referente, que há já bastante tempo está na pasta de V. Ex.<sup>a</sup>

Como até hoje ainda não foi publicado e como a sua publicação depende quasi que exclusivamente de V. Ex.<sup>a</sup>, esta Associação, como unica e legítima representante das firmas exportadoras para o Brasil, dentro do patriotico critério publicamente manifestado por V. Ex.<sup>a</sup> «de que o Estado não tem o direito de se desinteressar dos problemas economicos», tem a honra de vir solicitar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para tão importante assunto, plenamente convencida de que V. Ex.<sup>a</sup> não recusará, a quem com tanta isenção deseja trabalhar, a indispensavel protecção do Estado.

Para tal provará:

Que a referida solicitação, conforme o certificado junto

do Banco de Portugal, foi effectuada pela maioria absoluta, quasi totalidade, das firmas que exercem o commercio de exportação para o Brasil.

Que até hoje, apesar de ter sido bastante divulgada pela imprensa, nenhuma reclamação appareceu por parte dos directos interessados.

Que, conforme está expresso nos estatutos da Associação, oficialmente aprovados, o produto integral dessa percentagem é exclusivamente destinado a custear as despesas da defesa, propaganda e desenvolvimento dos interesses commerciaes portuguezes no Brasil.

Que representa a unica forma prática e viavel de manter e desenvolver o nosso commercio com o exterior, como acaba de ser demonstrado pela Associação Commercial do Porto, com a adopção do mesmo critério para a defesa e propaganda dos vinhos do Porto em França.

Que não trás ao Estado o minimo encargo.

Que não causa o minimo embaraço ao bom andamento do serviço das guias de sobretaxas de exportação.

Que diz referencia apenas ao commercio de exportação para o Brasil.

Que representa a satisfação do desejo da colonia portugueza no Brasil, e dos rogos constantes das Camaras Portuguezas de Comercio impossibilitadas, por falta de elementos, de cumprirem a sua patriótica missão.

Que não constitui um onus, visto ser realizada com os proprios recursos do exportador e não com qualquer novo encargo sobre a mercadoria, o que seria impraticavel, por incomportavel.

Que foi aceite e apoiada pelo Ex.<sup>mo</sup> Ministro do Comercio.

Que foi favoravelmente despachada pela Repartição respectiva.

Que está dentro do critério governamental de expansão económica.

Nestas circumstancias, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro, não existindo nenhum inconveniente, e representando a solicitação dos exportadores portuguezes para o Brasil um empreendimento económico da mais alta transcendencia, reforçado, ainda, pelo facto de não trazer ao Estado o minimo encargo, ousamos esperar que V. Ex.<sup>a</sup>, dentro do patriótico critério já citado «que o Estado não tem o direito de se desinteressar dos problemas economicos», se dignará atender á solicitação dos exportadores portuguezes para o Brasil.

Com o maior respeito,

Pela Ass. Portug. dos Exportadores para o Brasil.—O Presidente,—(a) *Antonio Soares Franco*.—Lisboa, 26 de Junho de 1929.

Igualmente se torna deveras interessante a transcrição dum oportunissimo e notavel artigo, publicado em *O Seculo* de 25-7-929. A sua autoria, tudo me leva a supôr, pertence ao distinto e considerado ministro plenipotenciario de 2.ª Classe, sr. dr. Armando Navarro, cuja notoria competencia levou o ex-ministro dos Negocios Estrangeiros, sr. comandante Quintão Meireles — quando da recente reforma do seu Ministerio — a confiar-lhe a chefia da recém-criada Repartição de Informações Comerciais, pela qual, além doutras atribuições, se edita o *Boletim Comercial do Ministerio*, destinado especialmente a informar o publico do que, em materia de legislação, tratados, transportes, mercados e estatisticas, á expansão do commercio portuguez mais pode interessar.

Enquanto não chega o momento de vêr estabelecidos, sobre a larga base dos interesses economicos, os Estados Unidos da Europa, há já tanto tempo falados, mas que há dias apenas as gazetas ffrancesas dizem ser a mais recente tentativa do sr. Briand para a reunião do Conselho da S. D. N. em Setembro, alguns países vão legislando no sentido de estimular, promover as suas exportações. Trata-se, evidentemente, de se prepararem para argumentar com realidades no momento preciso, e até de tomar desde já posições no balanço geral a que se há-de proceder, antes de aquilatar capacidades e distribuir funções.

Sem nos perdermos em inuteis divagações sobre o que está para vir, parece-nos de immediata utilidade informar o publico em geral, e os interessados em especial, de alguma coisa que em materia de exportações se está passando ao pé da nossa porta.

Por um decreto de 2 de Junho findo, o Ministerio da Economia Nacional de Espanha criou a «Marca Nacional», destinada a garantir a produção e procedencia espanholas dos frutos e productos da cultura agricola, dos azeites e vinhos, applicavel a mercadorias que os produtores e exportadores espanhois enviem para o estrangeiro. .

O artigo 2.º deste decreto attribui ao «Comité» Permanente de Vigilancia de la Exportacion» a concessão ou recusa da

«Marca Nacional» e a aplicação de severas penalidades aos contraventores das suas disposições regulamentares.

Falando do que têm feito outros países neste sentido, o preambulo do decreto que motivou estas notas, diz: «nos países em que não existem estas organizações (associações de produtores), cooperativas ou simplesmente comerciais ou naquelles onde elas não dispõem ainda da autoridade sufficiente para «impôr os seus regulamentos», pertence aos Governos estabelecidos, para evitar que a ganancia («sic») de alguns possa desprestigiar, mesmo momentaneamente, um ramo inteiro do commercio.» E mais adiante: «A preponderancia consideravel do caracter individualista do nosso commercio de exportação de productos agrícolas, e a falta de poderosas organizações cooperativas de produtores ou simplesmente comerciais, levam a estabelecer, agora, a título de ensaio, e para observar os seus resultados, uma «marca nacional». Esta «marca» pode ser tornada obrigatoria para os productos que pela sua homogeneidade e fixidez de caracteres comerciais representem tipos perfeitamente definidos, «e será registada nos países estrangeiros, nos termos da respectiva legislação». Mas pertence exclusivamente ao «Comité» a iniciativa de a conceder «às exportações de productos cujas condições de comerciabilidade, qualidade e categoria mercantis internacionais adoptados nos países de destino».

Em caso de uso indevido da «marca nacional», por falta de autorização ou por falsificação e fraude, o «Comité de Vigilancia das Exportações applicará as seguintes sanções, que dispensam comentarios:

- a) — publicação do nome e marcas do infractor nos centros comerciais a que isso possa interessar;
- b) — suspensão temporaria do uso da marca;
- c) — multa de 100 a 5:000 pesetas;
- d) — apreensão da mercadoria e perda do seu valor;
- e) — prohibição permanente do uso da marca;
- f) — prohibição de exportação por um tempo a determinar;
- g) — suspensão do exercicio do commercio;
- h) — independentemente destas sanções, os infractores serão, civil, criminal e commercialmente responsaveis, nos termos das leis vigentes.

Este «Comité» de Vigilancia das Exportações compõe-se dos seguintes membros: director geral do Comercio, Industria e Seguros (presidente), chefe da Repartição do Comercio do Ministerio do Estado, um representante do Conselho da Economia Nacional, outro da Direcção Geral das Alfandegas e outro da Direcção Geral da Navegação, a nomear pelos respectivos directores gerais.

Os serviços distribuem-se pelas seguintes repartições: 1.ª, estudos de organização comercial para as exportações; 2.ª, policial comercial e inspecção das exportações; 3.ª, secretaria e pessoal.

Esta organização autoritária, que pretende acabar com a rotina dos processos antiquados e a ganancia de especuladores e mixordeiros, justifica-a o preambulo de um decreto de 22 de Julho de 1928, pela Presidencia do Conselho de Ministros, nos seguintes termos (que parecem escritos para nós, mas infelizmente o não foram):

O esforço constante e tenaz que todos os países empregam para colocar a sua produção nos mercados compradores, bem como a perfeição dos metodos comerciais utilizados, criaram uma competencia cada dia mais difficil, contra a qual é preciso lutar por meio de organizações adequadas, que garantam a qualidade e o estado dos productos nacionais a exportar, o seu pontual, ordenado e oportuno embarque e entrega, buscando reduzir as despesas para alcançar preços de competencia, e perseguir, por todos os meios legais, as imitações fraudulentas e as falsificações, tanto de nacionais como de estranhos».

Bem sabemos que os ultimos periodos transcritos brigam com as doutrinas, e a prática, seguidas nos Estados Unidos; tambem temos conhecimento de que o sr. Hoover, seu actual presidente, disse, quando só era secretario de Estado do Comercio, ao discursar num banquete do Export Menagere Club, de Nova York, em 16 de Março de 1926, que a expansão do comercio externo americano era função do progresso social e económico da nação, e do desenvolvimento e difusão do ensino e pessoa ltecnicos em todas as «avenidas da produção», o que livrava o «Work People» de pensar erradamente que as restrições dos esforços individuais aumentavam o numero dos negocios. Mas nos países em que as «avenidas da produção» andam desertas de tecnicos e de esforços cooperativos, como em Espanha, tem o Estado de intervir, para estimular, orientar e dirigir as suas actividades fundamentais.

\*

\* \*

O Boletim do Instituto Internacional do Frio, de Outubro do ano passado, reproduzia as disposições estabelecidas pelo Governo da Africa do Sul para a exportação das suas frutas para Inglaterra; segundo essas disposições, é necessaria uma autorização do «Conselho de Exportação dos Productos de Facil Deteriorização», com séde no Cabo, dando o exportador o seu

nome, endereço e marca, que ficam lançados num registo sob um numero especial. Os frutos são examinados por inspectores, que os exportadores pagam á razão de 1 sh. 4 d. (cerca de seis escudos) por 40 pés cubicos (1m3,08), ou por cada 17 caixas para as laranjas. Os frutos julgados defeituosos pelos inspectores são retirados pelos consignatarios, dentro de 24 horas, sob pena de destruição. E para as embalagens usa-se do mesmo rigor, havendo um apertado regulamento a aplicar a cada fruto, no que se refere aos acondicionamentos e até á collocação de cada unidade nas caixas.

\*

\* \*

No Brasil, no Estado de S. Paulo, já transitou para o Senado, e será lei estadual em Janeiro proximo, um projecto cujos dois únicos artigos são assim concebidos:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a organizar por intermedio da Secretaria da Agricultura, a fiscalização do beneficiamento, tipos de padronagem e classificação dos productos agrícolas destinados á exportação.

Art. 2.º — Para a execução desta lei, poderá o Poder Executivo instituir a fiscalização dos pomares, «mandando destruir os frutos apodrecidos», para evitar a propagação das pragas, providenciando para que nos mesmos seja conseguido o maior aproveitamento na cultura da laranja e outras frutas nacionais, de modo a serem aprimoradas, quanto possível, as suas qualidades intrinsecas e extrinsecas.

O Brasil há muito tempo que se revelou exportador de laranjas; mas com não quere que por culpas nacionais os mercados ingleses se lhe fechem para um artigo cujo desenvolvimento cultural vai sendo colossal, toma desde já as suas precauções.

Seria bom que entre nós se pensasse a sério nestes assuntos.

\*

\* \*

Não sô pelo facto de as suas conclusões finais serem idénticas ás que acabam de ser transcritas, mas tambem pelas suas oportunas e sensatas declarações sobre a viabilidade prática do preconizado Congresso dos Portugueses residentes no Brasil, vou transcrever uma interessantissi-

ma entrevista publicada no jornal do Rio de Janeiro *Pátria Portuguesa*, de 7-9-929:

«Os nossos leitores já conhecem a opinião de varios vultos da Colonia, sobre o Congresso dos Portuguezes no Brasil, ideia levantada por este jornal e que tem provocado o apoio de todos os nossos compatriotas aqui residentes, de vultos illustres de Portugal, como João de Barros e a propria imprensa do nosso país.

Ha dias, depois da costumada reunião da directoria da Camara Portuguesa de Comercio e Industria, conseguimos ouvir a opinião do seu presidente, o sr. barão de Saavedra, opinião que, não só pelo logar que ocupa, de presidente da referida instituição, mas pela sua personalidade, como uma das figuras de maior representação no seio da nossa colonia e nos meios comerciais e bancarios desta capital, se reveste da maior importancia e oportunidade, e que neste assunto se torna indispensavel.

O sr. barão de Saavedra declara-nos que a ideia do Congresso é excelente e dá-lhe todo o seu apoio.

— De facto, diz-nos S. Ex.<sup>a</sup>, muitos e importantissimos problemas podem ser tratados nesse Congresso, problemas que estão desde ha muito á espera de uma solução. O problema da emigração e varios outros problemas economicos, tão mal tratados ou ainda nem tratados, podem ser nesse Congresso, já não digo resolvidos, mas encaminhados para uma solução que dia a dia se torna mais indispensavel.

— E confia nos resultados ou parece-lhe que algum provelto se possa tirar do Congresso?

— O Congresso, pelo menos no que diz respeito a estes assuntos, parece-me que só terá um resultado pratico, satisfatorio, se o nosso governo tomar nele uma parte activa, isto é, se ele se fizer representar nas suas sessões, assistindo ás discussões dos casos a tratar e das teses que forem apresentadas.

— E parece-lhe possivel essa representação official?

— Não sei se é possivel, mas creio-a indispensavel. O governo deve-se fazer representar pelo Ministerio do Comercio e pelo departamento dos serviços economicos e comerciais do Ministerio dos Negocios Estrangeiros. E não só o governo, mas tambem o commercio exportador portuguez, e os proprios produtores, para que ouçam de viva voz e para que conheçam pessoalmente o que eles, lá, precisam de saber e fazer, affirm de que não se percam, como se estão perdendo, os mercados dos nossos produtos no Brasil.

— E é por culpa deles que esses mercados se perdem?



— Sim. Exclusivamente por culpa dos produtores e exportadores portugueses, não tenho a menor duvida. Veja o que se dá com os vinhos. Os seus produtores não conseguem manter nas suas marcas um tipo unico do seu produto. A segunda remessa de uma determinada marca, difere consideravelmente da primeira. Não é possível, nestas condições, e por esta forma, ao commercio portuguez aqui, por mais patriota que seja, garantir a saída dessa marca. E o que se dá com o vinho dá-se com os outros productos.

«As frutas, por exemplo, chegam aqui quasi inutilizadas pelo seu pessimo acondicionamento. Diga-me: cabe a culpa ao commercio portuguez daqui a perda dos mercados para os nossos productos? Não, a culpa cabe exclusivamente aos de lá. Ora, se o Congresso que se vai reunir é para pôr termo a estas anomalias e a outras, ou pelo menos para se apresentarem estudos e teses neste sentido, parece indispensavel a colaboração do nosso governo e das classes interessadas do nosso país.

— E se lhes forem enviadas essas teses...

— E' tempo perdido. Quantas reclamações se tem feito nesse sentido? Quantas foram atendidas? Mesmo a sua vinda ao Brasil, só lhes pode ser util e benefica. E' preciso tambem que conheçam a praça, que vejaam a forma de negociar e que comparem os productos vindos de lá, seu acondicionamento, apresentação e qualidade, com os vindos de outros países concorrentes.

«Quanto á vinda de delegados do Ministerio do Comercio, e direi mesmo, do proprio Ministro do Comercio e da representação do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, pelo departamento dos serviços economicos e comerciais, reputo-o indispensavel e sou até de opinião que o Congresso não se deve realizar se não houver essas representações. E' preciso que o governo tome em consideração o que fór resolvido sobre a exportação portuguesa para o Brasil, isto é, que converta em leis as teses discutidas e aprovadas; que faça o que se faz no Brasil e noutros países, estabelecendo o controle e a fiscalização dos productos destinados á exportação. Do Brasil nada é exportado sem que o governo fiscalise e controle os productos destinados ao estrangeiro. Só assim será possível manter o credito e a expansão do commercio de qualquer país fora das fronteiras. E' preciso que o nosso governo assim proceda e para assim proceder é indispensavel que ouça as queixas do commercio portuguez no Brasil, pela voz do Congresso que se vai realizar. O mesmo acontece com os exportadores e produtores portugueses, porque deles depende em grande parte o credito do' nosso commercio.

Agradecemos sinceramente ao sr. barão de Saavedra, que, além de presidentê da Camara Portuguesa de Comercio e Industria e de director do Banco Boavista, é tambem um homem de negocios e um fino diplomata, as palavras que teve a gentileza de nos conceder e daqui as enviamos ao nosso governo e ás classes produtoras e exportadoras de Portugal, na certeza e, pelo menos, na grande esperanza de que serão tomadas na devida consideração.»

As sugestões do distinto entrevistado são caracterizadas pela mais absoluta oportunidade, mormente as que se relacionam com a ida ao Brasil de uma missão económica. A recente estadia neste país da Missão Económica Britânica, chefiada por Lord d'Albernon, pela sua actuação, torna-se digna de ser observada com a devida atenção pelo nosso Governo e pelas classes interessadas.

\*  
\*       \*  
\*

Era meu intuito transcrever para este lugar determinados estudos elaborados pelos nossos consules no Brasil, nomeadamente os da autoria do dr. Julio Augusto Borges dos Santos, ex-titular do consulado de Santos. Porém, como os trabalhos dêste conceituadissimo funcionario, muito justamente têm merecido a honra da sua oportuna divulgação não só na Imprensa portuguesa como, principalmente, junto das colectividades interessadas, dispenso-me da sua transcrição, bem como dos da autoria de alguns dos seus colegas, pelo facto dêstes se destinarem á sua oportuna divulgação no *Boletim Commercial*, do Ministério dos N. Estrangeiros, para o qual reporto a atenção do leitor. Limitar-se-hei, portanto, a transcrever do importante jornal *O Comércio do Porto*, de 5-11-929, a seguinte local:

O nosso zeloso consul em S. Paulo, sr. dr. José Augusto de Magalhães, procedeu a um estudo, deveras curioso e proveitoso, sobre a importação de vinhos pelo porto de Santos, em 1926, 1927 e 1928.

Por esse trabalho se verifica:

Logo ao primeiro exame, que de 1913, que precedeu a

Grande Guerra, para 1928, a importação de bebidas alcoolicas decresceu consideravelmente (mais de 1/3), não obstante haver quasi duplicado, naquele periodo, a população do Estado de S. Paulo. O consumo era, áquella data, de 10,7 per capita, descedo, em 1928, a 3,3. Ainda assim a situação dos vinhos portuguezes neste mercado poderá considerar-se privilegiada.

Em 1913, foi de 30,8 % a percentagem de vinhos portuguezes sobre a importação total dos vinhos comuns, e já em 1927 era de 46,3 %, passando, em 1928, para 50,4 %.

Nas «bebidas alcoolicas e fermentadas», apesar do decrescimo da importação total, vemos a parte importada de Portugal subir a 29,962 kilos em 1913, para 94.514 em 1928.

No «Vermouth e similhantes» em que se nota sensivelmente diminuida a importação total, vemos as procedencias de Portugal subirem de 20,848 kilos, em 1913, para 153,998, em 1928.

Quanto aos «Vinhos finos» (Porto e similhantes), mantem-se incontestavelmente a supremacia das nossas marcas, em que o maior dos concorrentes não chega a alcançar 10 % da nossa exportação.

E', como dissemos, privilegiada a situação dos vinhos portuguezes em S. Paulo, graças, seguramente, á sua inexcelsiva qualidade.

Mas, não nos entusiasmemos com tal situação, ante os progressos da campanha anti-alcoolica que está tomando no Brasil um aspecto de educação fisica e sanitaria.

No continente americano, restringe-se, cada vez mais, o consumo de bebidas alcoolicas, indicando aos países vinhateiros, que aqui tem interesses, novos rumos á sua directriz.

Se S. Paulo, se o Brasil, se fecham ao consumo das bebidas alcoolicas, em compensação teremos aqui um mercado inexgotavel para a uva de mesa convenientemente seleccionada.

Cultivem os nossos agricultores, carinhosa e inteligentemente, a uva de mesa e a crise vinicola terá a sua solução natural e vantajosa.

Seremos capazes dessa evolução? Urge responder pela afirmativa.

O cooperativismo, inteligentemente organizado e praticado, conduzirá á solução que se impõe, pela adopção de medidas que melhorem a cultura e fixem no padrão mais conveniente a uva a exportar e as operações de embalagem, transporte e embarque.

Como se vê, o interessante trabalho do solicito consul, que está sendo profusamente distribuido pela Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo, que o editou, constitue um

ensinamento muito aproveitável, mostrando, claramente, a situação daquele vasto mercado.

As conclusões que acima ficam, devidas ao referido estudo, são, na verdade, muito para ponderar.

### 3—Actuação do novo Director Geral dos Negocios Comerciais

Antes de finalizar esta já longa série de transcrições destinadas a pôr, ainda que insufficientemente, o leitor ao corrente do que vai decorrendo sobre os mais fundamentais problemas comerciais pendentes, gratamente vou transcrever o artigo redactorial do conceituado jornal «O Comercio do Porto», referente ao seu numero de 25-10-329, a proposito da actuação do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, pela sua Direcção Geral dos Negocios Comerciais recentemente entregue á superior gerencia do esclarecido professor sr. dr. Francisco Antonio Correia, antigo Director do Instituto Superior de Comercio de Lisboa e Ministro dos Negocios Estrangeiros e Finanças:

Reconheceu-se, finalmente, a necessidade imperiosa d Portugal se adaptar ás novas modalidades do mundo moderno criado pelo *após-guerra*, encarando tambem de frente os complexos problemas da competição comercial em que se empenham os grandes e pequenos povos, todos animados da ansiedade irreprimivel de vencer na luta economica que se está travando por toda a parte.

Compenetraram-se os poderes publicos de que soára hora para as realizações immediatas e de que era tempo de começar a agir no louvavel e patriotico proposito de se preparar melhor futuro á expansão económica de Portugal no estrangeiro, promovendo não só a conquista de mercados, mas tambem procurando activar a produção e concorrer para o equilibrio da nossa balança comercial, que é deficitaria, de o elevado excesso das importações sobre as exportações.

Uma das primeiras medidas dos poderes publicos foi a publicação do decreto n.º 17400, que reorganizou em nove bases, o Conselho do Comercio Externo, reorganização fundamentada nos considerandos que precedem o mesmo diploma e que podem resumir-se na necessidade de tornar mais efficientes os serviços da nossa expansão económica no estrangeiro, «serviços que representam um elemento primordial»

obra do fomento económico da nação, e na necessidade, aliás reconhecida, da conquista de mercados externos para a colocação do excesso da nossa produção, especialmente no que respeita aos vinhos, cortiça, conservas e produtos coloniais.

Para este efeito, impõe-se, como se prevê num dos considerandos do referido diploma, o «estudo minucioso e continuado do diferentes mercados, cuja sensibilidade excessiva está á mercê de uma concorrência sempre crescente e revestindo as formas mais complexas», e a que é preciso atender para a colocação, com êxito, no estrangeiro, de mercadorias portuguesas.

Vasta e complexa é a tarefa que compete ao Conselho do Comercio Externo, ao qual incumbe o encargo de se pronunciar sobre todos os assuntos relativos á nossa expansão económica e, em especial, no que respeita á celebração de acórdos comerciais; propôr a realização de inquéritos económicos ou comerciais sobre a acção dos consules no desenvolvimento da expansão dos produtos nacionais; tomar conhecimento das modificações introduzidas nas pautas aduaneiras dos países que têm relações económicas com Portugal; colligir todos os elementos relativos á economia nacional; estudar as correntes emigratorias e os meios de protecção a conceder aos emigrantes portugueses; estudar e discutir a oportunidade e organização de institutos de créditos á exportação; e estudar e aconselhar os meios mais adequados de conseguir nos mercados externos a garantia da protecção ás nossas marcas e designações de origem.

A enumeração dos multiplos fins a que obedece a reorganização do Conselho do Comercio Externo constitui sobejá demonstração da importancia que passa a ter o novo organismo, constituindo tambem uma afirmação peremptoria das responsabilidades que ele assume, dada a função de elevado alcance que vem desempenhar no desenvolvimento das relações comerciais com o estrangeiro e na expansão da economia nacional.

Como complemento da acção prestada e importantissima ao Conselho do Comercio Externo, o esclarecido professor sr. Dr. Francisco Antonio Correia, director geral dos negocios comerciais do Ministerio dos Estrangeiros, acaba de enviar os funcionarios consulares de Portugal, um questionario minucioso e oportuno, que constitui um inquérito valioso sobre os mercados estrangeiros.

O alludido questionario, que deverá ter a feição de curta precisa monografia, visa a organizar um conjunto de informações comerciais sobre a situação presente dos mercados externos, nas suas características essenciaes e permanentes. De-

verá ser de fácil consulta pelos interessados portugueses e facultar-lhes um conhecimento exacto e rápido das possibilidades de intercambio, se se trata de mercados novos a explorar, da maneira de ampliar relações já estabelecidas e dos processos de defesa contra as concorrências leais, se se trata de mercados já anteriormente frequentados.

Para nos servirmos das próprias palavras do questionário em referência, convém frizar que não se trata de um inquérito exaustivo sobre os mercados externos em todos os seus aspectos, mas sim de informar o commercio nacional resumidamente, mas com rigorosa exactidão, das condições permanentes, próprias de cada mercado, que lhe sejam de reconhecida utilidade.

As transformações económicas profundas, ocorridas depois da guerra, que vieram modificar as condições de produção, de métodos de trabalho e de expansão económica, dão toda a actualidade ao inquérito agora iniciado, sendo lícito esperar dele os mais frutuozos resultados para o desenvolvimento do nosso comércio de exportação e para o futuro das relações económicas de Portugal com o estrangeiro.

M. A.

#### 4 — *Actuação dos portugueses residentes no Brasil*

Para, condignamente, finalizar este despretencioso trabalho, nada de mais interessante que a transcrição do artigo editorial do órgão jornalístico da Colónia Portuguesa no Brasil — *Pátria Portuguesa* — de 12-10-1929, no qual já mais concretamente se esboça o programa de acção do preconizado *Congresso dos portugueses residentes no Brasil*, admirável e patriótica ideia a que me refiro no Prefácio d'este modesto livro.

#### **Pelo Congresso!**

Temos sobre a nossa mesa de trabalho as primeiras cartas que nos trazem a entusiasmada adesão á ideia que aqui se lançou para a realização de um grande Congresso de portugueses, representados pelas organizações espalhadas por todo o Brasil. É, circuntancia curiosa, que não queremos deixar de salientar: as duas primeiras cartas que nos vieram são, res-

pectivamente, do Centro Republicano Português, de S. Paulo, e da Liga Monárquica D. Manuel II. Que lição preciosa e confortadora nesta coincidência, que temos por felicíssima! Provamos que, para honra de todos nós, as dissidências de ordem geral política, que podem dividir e malquistar os nossos irmãos além-mar, aqui se atenuam e ficam no campo vastíssimo dos princípios, sem de modo algum quebrarem a harmonia da linha que orienta, superiormente, o nosso sentimento colectivo. Acima dos partidos e dos regimes, que são de alguns, ergue-se a Pátria, que é de todos nós. As colunas deste jornal, e esta mesa em que escrevemos, tendo diante dos olhos as cartas onde estão pedaços de alma patriótica, são o campo neutro onde todos se podem e devem encontrar para a comunhão mil vezes bendita da grandiosidade de um supremo objectivo onde todos nos daremos as mãos e sentiremos o bater dos corações. Não foi, portanto, em vão, que apelámos para os portugueses residentes no Brasil.

Do Congresso, que deve, de facto, representar o sentir unânime da Colónia, não há a exigir medidas excepcionais para nossa defesa, visto que ninguém nos ataca e vivemos, sob a bandeira e as leis brasileiras, plenamente garantidos em todos os nossos direitos. Entendemos que a união que preconizamos fará da Colónia uma formidável força, organizada pela coerência e pela disciplina. Essa força nós a queremos para mais e melhor servir o Brasil na extensão de todo o nosso amor e, naturalmente, para nos tornarmos em um organismo que sempre se possa impôr ao respeito.

Temos, entre nós, portugueses residentes no Brasil, uma considerável diversidade de pontos de vista e de assuntos, que por vezes enfraquecem a nossa coesão, fazendo deste milhão e tanto de pessoas, uns quantos valores isolados, incapazes de se firmarem em uma orientação. Há, todavia, mil e um assuntos, da máxima gravidade e da mais inadiável urgência, que devem ser apresentados, discutidos e resolvidos. Nunca formámos ao lado dos que tiveram a exdruxula ideia de enviar deputados, eleitos pela Colónia, ao Parlamento Português: essa ideia infeliz affectava o justo melindre brasileiro e ia suscitar paixões de ordem política, que, graças a Deus, se acham extintas. Do que precisamos é de nos conhecermos todos, de nos abraçarmos todos, de nos entendermos todos -- aqui.

O Congresso que preconizamos trará ao Rio a legítima representação da unanimidade ou, pelo menos, da enorme maioria das corporações portuguesas, desde as campinas rasas do extremo sul, ás margens abraçadas do Amazonas, que já se encontrarão com as suas congêneres da Capital Fede-

ral. Em devido tempo se darão a conhecer as teses a tratar: em cada uma e em todas elas haverá um assunto de real interesse, como, por exemplo, a possibilidade da confederação das Beneficências. Fortes na nossa união, poderemos apresentar ao governo da nossa terra, sem serem necessários os deputados em quem alguém quis vêr os nosso porta-vozes, alguns alvitres que a nossa longa experiência nos tenha indicado como preciosos a adoptar em medidas que necessitam reforma ou início para o desenvolvimento das relações entre Portugal e Brasil, relações essas que não podem cingir-se ao gastos lugar comum de intercambios inexpressivos, mas têm de entrar, resolutamente, no campo das realizações práticas, firmadas na mutualidade de interesses.

Entre o muito que há a sugerir, respeitosamente, ao Governo Português, está a reforma radical de certas disposições de ordem consular. Os consulados não devem ser fonte de receita, mas organismos de ordem económica e de fomento, e ao mesmo tempo ponto convergente de todos os que nos encontramos no Brasil. Cada consulado deve ser a casa de todos nós, onde recorramos confiadamente, e onde encontremos, não apenas na côr de uma bandeira, mas na atmosfera nacional, um pouco da nossa terra. Há hoje disposições, e tabelas, que afastam os portugueses dos consulados; tudo se deve fazer para que cada português procure o seu consulado em todos os actos de sua vida cívica, e que os consulados estejam apto para nos receber e nos atrair. Este é um ponto a que por vezes nos temos referido, mas que deve ser apresentado concretamente depois de ser estudado pelo Congresso.

O nosso comércio no Brasil, que dominou em absoluto, perde terreno, assustadoramente, não já de ano para ano mas em verdade de dia para dia. O Congresso deve estudar as causas derivantes desta anomalia e tentar pôr-lhes um enérgico e decisivo ponto final.

A navegação portuguesa para o Brasil é uma velha aspiração de todos nós. Crêmos que estamos em vespuras de vêr flutuar á brisa branda da Guanabara o pavilhão, descendente directo daquele que há mais de quatrocentos anos pela vez primeira ondulou nestas praias de encanto e beleza: nem por isso o Congresso pode descurar esse vital factor de nosso geral ponto de vista.

A emigração vinda de nossas terras exige a urgencia e uma profunda remodelação, seleccionando-se e valorizando. Embora os estudos pertençam ao governo, este não pode prescindir da nossa colaboração. Do Congresso, da reunião dos portugueses vindos de todos os pontos do Brasil, do exame da



condições especiais de cada Estado, pode e deve sair o informe geral das medidas a acautelar.

Tocámos apenas, e ainda assim pela rama, em três ou quatro aspectos da multiplicidade dos que se apresentarão ao Congresso. Bastam para dar aos nossos leitores uma ideia da importancia capital desta iniciativa. O patriotismo não está nas tiradas retóricas, mas nas afirmativas práticas. Honremos Portugal, sempre, e acima de tudo. Para mais e melhor honrarmos Portugal no Brasil, urge que façamos da nossa Colónia, d'este milhão de almas dispersas, uma só alma, e a tornemos assim em uma formidavel força — para nosso prestígio e para lealmente oferecermos ao Brasil em todas as circumstancias, ainda mesmo as de mais imprevista emergencia. Nesse sentido nos dirigimõs, uma vez mais, a TODAS as colectividades lusitanas espalhadas pelo vastissimo territorio da Republica Brasileira. Abriram a marcha duas organizações visceralmente antagonicas na liça politica, que se vieram encontrar e abraçar, primeiro na imparcialidade da nossa mesa de trabalho, depois no objectivo comum de que fazemos um ponto de honra. Sigam-lhes, todos, o nobre, o mobilissimo exemplo, e venham a nós, porque vêm para uma ideia grandiosa que constituirá o legitimo orgulho da colectividade. De braços abertos os esperamos a todos!

F I M



# CORRIGENDAS



Bastantes são, neste livro, os lapsos de redacção e de revisão. Por serem tão manifestos e, pelo leitor, tão facilmente reparáveis, julgo-me dispensado de os apontar e corrigir. Abro, porém, uma excepção para o final da Nota, de paginas 52, pois que: onde se lê «*sem tocar nos portuguezes e brasileiros*», se deve ler «*tocando raramente nos portuguezes e brasileiros*». A Companhia de Navegação a que me refiro, nessa Nota, é a Sociedade Geral de Comercio, Industria e Transportes.



# INDICE

|  | Pag. |
|--|------|
| Duas palavras á guisa de <i>Prefacio</i> .....   | 7    |
| LIVRO I— <i>O que dizem as estatisticas :</i>  |      |
| 1. <sup>a</sup> PARTE— <i>A posição de Portugal no Comercio de Importação do Brasil :</i>                |      |
| CAPITULO I—Exportação para o Brasil dos seus mais valiosos productos.....                                | 13   |
| CAPITULO II—Importação geral brasileira dos productos mais exportaveis por Portugal.....                 | 17   |
| CAPITULO III—Custo unitario dos productos mais exportaveis por Portugal para o Brasil.....               | 19   |
| 2. <sup>a</sup> PARTE— <i>A posição do Brasil no Comercio de Importação de Portugal :</i>                |      |
| CAPITULO I—Exportação brasileira para Portugal dos seus mais valiosos productos.....                     | 27   |
| CAPITULO II—Importação geral portuguesa dos productos mais exportaveis pelo Brasil.....                  | 31   |
| 3. <sup>a</sup> PARTE— <i>Comparações e Conclusões (sobre o intercambio comercial luso-brasileiro) :</i> |      |
| CAPITULO I—Algumas das mais generalisadas apreciações sobre o mesmo :                                    |      |
| 1—Manifestadas pela Redacção do Boletim da Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo.....                | 35   |
| 2—Apreciações effectuadas pelo Consul de Portugal em S. Paulo.....                                       | 58   |

|  |    |
|--|----|
| CAPITULO II — Balança comercial luso-brasileira: |    |
| 1 — No decorrer do seculo XX.....                | 65 |
| 2 — No decorrer do Periodo economico actual..... | 70 |
| CAPITULO III — Conclusões finais.....            | 71 |

LIVRO II — *O que dizem os interessados :*

1.<sup>a</sup> PARTE — *Actuação do autor no Brasil (sobre a) :*

|  |     |
|--|-----|
| CAPITULO I — Aproximação luso-brasileira.....  | 75  |
| CAPITULO II — Navegação luso-brasileira.....   | 81  |
| CAPITULO III — Campanha de difamação contra o autor.....                               | 85  |
| CAPITULO IV — Relações comerciais luso-brasileiras.....                                | 105 |
| CAPITULO V — Homenagem prestada ao autor pela Colonia Portuguesa no Rio.....           | 113 |
| CAPITULO VI — Relação das entrevistas concedidas pelo autor á imprensa brasileira..... | 121 |

2.<sup>a</sup> PARTE — *Problemas comerciais pendentes (O que dizem alguns dos interessados sobre determinados)*

CAPITULO I — Carreira de navegação portugueza para o Brasil :

|   |     |
|---|-----|
| 1 — Algumas opiniões manifestadas recentemente pela imprensa..... | 127 |
| 2 — O que alguns interessados desejam .                           | 148 |

CAPITULO II — Fomento de exportação portugueza para o Brasil :

|   |     |
|---|-----|
| 1 — Representação das colectividades interessadas dirigida ao Ministerio das Finanças.....                | 157 |
| 2 — Sugestões apresentadas sobre a propaganda e defesa dos productos da exportação portugueza.....        | 163 |
| 3 — Actuação do novo Director Geral dos Negocios Comerciais, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros..... | 171 |
| 4 — Actuação dos portuguezes residentes no Brasil.....  | 176 |

|                  |     |
|------------------|-----|
| CORRIGENDAS..... | 181 |
|------------------|-----|

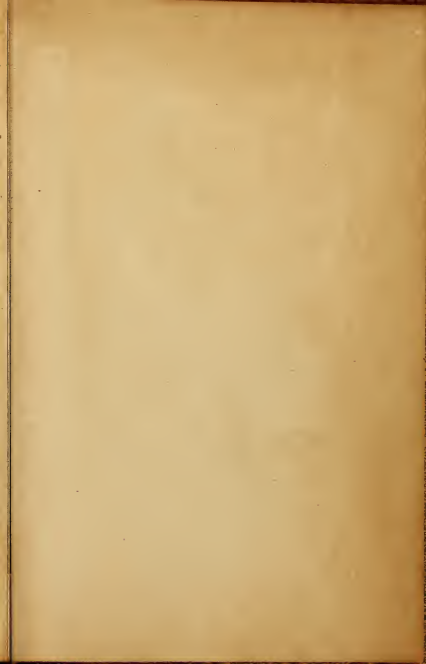


M. FAZENDA

16529

16529







Biblioteca do Ministério da Fazenda

3543-46

382.846 9

3543-46

382.9469

5164

Salgado, Francisco Ribeiro.

AUTOR

Relações comerciais luso-brasil-  
TITULO  
r.,

Devolver em

NOME DO LEITOR

3543-46

382,9469

5164

r

Salgado,

